



Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Direito

Mestrado em Ciências Sociais

Análise do discurso jurisdicional do Tribunal da Relação de Évora nos casos de violência doméstica. Serão as decisões influenciadas pelo sexo do relator?

Márcia Marques

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Pereira de Melo

Lisboa, 2016

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Direito

Mestrado em Ciências Sociais

Análise do discurso jurisdicional do Tribunal da Relação de Évora nos casos de violência doméstica. Serão as decisões influenciadas pelo sexo do relator?

Márcia Marques

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Pereira de Melo

Lisboa, 2016

Márcia Marques

Análise do discurso jurisdicional do Tribunal da Relação de Évora nos casos de violência doméstica. Serão as decisões influenciadas pelo sexo do relator?

Dissertação apresentada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Pereira de Melo

Lisboa, 2016

Declaração de compromisso anti-plágio

Declaro por minha honra, que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falha ética disciplinar.

Declaração de número de caracteres

Declaro que o corpo da dissertação possui um total de 225.883 caracteres, incluindo notas e espaços.

Lisboa, 15 de março de 2016

Márcia Marques

Agradecimentos

Um muito obrigada....

A todas as pessoas que estiveram perto e me apoiaram durante esta fase importante da minha vida.

À minha orientadora, Professora Doutora Helena Pereira de Melo, por toda a paciência, orientação, disponibilidade e apoio.

Ao meu Blake, pela companhia incansável nas longas noites de trabalho.

Às amigas de todos os dias, por se preocuparem, pelo apoio e brincadeiras que, nos piores momentos, me fizeram rir.

A ti, por não me teres deixado desistir.

O meu maior agradecimento, à minha mãe e ao meu pai, um obrigada ENORME pelo que sou. A eles dedico a minha tese, pelo incentivo, apoio e força constantes durante o meu percurso académico.

Sem a vossa ajuda não teria chegado aqui, muito obrigada!

Resumo

O crime de violência doméstica previsto e tipificado no artigo 152º do CP, constitui uma grave violação dos Direitos Humanos, que deve ser por todos combatida. Neste contexto, o discurso jurídico reveste-se de uma tipologia própria de poder e de persuasão. Sendo a linguagem jurídica um instrumento ideológico, as suas representações simbólicas podem preservar as relações de poder na sociedade, onde a diferença de sexos se encontra enraizada.

Abstract

The crime of domestic violence predicted and typified in article 152º from CP represents a serious threat to Human Rights and, therefore, must be fought. In this context, the legal language gains a specific type of power and persuasion. As an ideological instrument, the legal language and its symbolic representations can preserve the power relations in society, where gender bias are based in.

LISTA DE ABREVIATURAS

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CC - Código Civil

CEDAW - Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CP - Código Penal

CPP - Código do Processo Penal

CRP - Constituição da República Portuguesa

DGRS – Direção Geral de Reinserção Social

DI – Decisão Instrutória

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

MP - Ministério Público

RAI – Requerimento de Abertura de Instrução

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

TC - Tribunal Constitucional

TRC - Tribunal da Relação de Coimbra

TRE - Tribunal da Relação de Évora

TRP - Tribunal da Relação do Porto

UE – União Europeia

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta

INDICE

Agradecimentos	4
Resumo/ Abstract	6
Lista de Abreviaturas	7
Indice	8
Indice de figuras, gráficos, quadros e tabelas	10
Introdução	12
1 – VIOÊNCIA DOMÉSTICA	14
1.1 – Conceito de Violência Doméstica	14
1.2 – Tipos e Formas de Violência Doméstica	17
1.3 – O Ciclo da Violência Doméstica	22
1.4 – Crenças Legitimadoras da Violência Doméstica	25
1.5 – Fatores de Risco e Medidas Preventivas	30
1.6 – Perfil da Vítima e do Agressor	32
1.6.1 – Perfil da vítima	34
1.6.2 – Perfil do agressor	37
1.7 – Casos Extremos de Violência Doméstica	40
2 – DA VIOÊNCIA AO DIREITO	44
2.1 – O Direito e as Reivindicações Feministas	44
2.2 – Evolução Histórica do Conceito de Violência Doméstica em Portugal	47
2.3 – Os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica	50
2.4 – Dos Maus Tratos à Violência Doméstica: A Evolução do Tipo Legal	55
3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS DE COMBATE À VIOÊNCIA DOMÉSTICA	62
3.1 – Os Impulsos Legislativos Internacionais	62
3.1.1 – A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDAW	64
3.1.2 – A Convenção de Istambul	66
3.2 – Os Impulsos Legislativos Comunitários	68
4 – INFLUÊNCIA DOS SEXOS E PODER NO DISCURSO JURÍDICO	72

4.1 – O Discurso Jurídico e Fatores de Influência	72
4.2 – Discurso e Sexo do Julgador	74
5 – ANÁLISE DO DISCURSO JURISDICIONAL	77
5.1 –Âmbito e Objeto do Estudo	77
5.2 – Amostragem e Recolha de Dados	78
5.3 – Apresentação dos resultados	79
5.4 – Dados Sociodemográficos	80
5.5 – Caracterização da Violência	82
5.6 – Caracterização do Agressor	86
5.7 – Análise do Processo Crime	86
5.7.1 – Do Tipo Legal de Crime	88
5.7.2 – Da Medida da Pena	92
5.7.3 – Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Feminino	96
5.7.4 – Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Masculino	98
5.7.5 – Das Questões Colocadas ao TRE	100
5.8 – A vontade do Legislador e a Prática da Lei	103
5.8.1 – A Semântica nos Desembargadores de Sexo Feminino	105
5.8.2 – A Semântica nos Desembargadores de Sexo Masculino	113
5.9 - Discussão de Resultados	129
Conclusão	136
Bibliografia	140
Anexos	150
Anexo 1 – Ficha dos Acórdãos	150
Anexo 2 – Quadro Resumo Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Feminino	151
Anexo 3 – Quadro Resumo Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Masculino	152

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 – Roda do Poder e do Controlo, Modelo de Duluth	19
Figura 2 – O ciclo de violência doméstica	23

Gráfico 1 – Formas de violência a nível nacional no de 2014	21
Gráfico 2 – Tipo de vitimação em Portugal no ano de 2014	24
Gráfico 3 – Duração da vitimação em Portugal no ano de 2014	25
Gráfico 4 – Ocorrências de violência doméstica participadas às forças de segurança	29
Gráfico 5 – Violência doméstica na área de competência do TRE	30
Gráfico 6 – Relação de parentesco das vítimas com o agressor a nível nacional	34
Gráfico 7 – Distribuição por grupo etário das vítimas a nível nacional	35
Gráfico 8 – Distribuição do sexo das vítimas a nível nacional	36
Gráfico 9 – Sexo do agressor no crime de violência doméstica, a nível nacional	38
Gráfico 10 – Grupo etário do agressor no crime de violência doméstica em Portugal	39
Gráfico 11 – Relação entre homicida e vítima em 2014	41
Gráfico 12 – Idades homicida e vítima em 2014	42
Gráfico 13 – Femicídios por distrito em 2014	43
Gráfico 14 – Tipo legal do crime acusado/pronunciado em 1ª instância	89
Gráfico 15 – Tipo legal do crime condenado/pronunciado em 1ª instância	90
Gráfico 16 – Comparação entre crime acusado e condenado em 1ª instância	91
Gráfico 17 – Tipo legal do crime condenado	95

Quadro 1 – Abordagem da noção de violência doméstica numa perspetiva evolutiva	16
Quadro 2 – Crimes de violência doméstica reportados à APAV em 2014	18
Quadro 3 – Exemplos de impacto da violência na vida das mulheres	31

Quadro 4 – Perfil da Vítima e do Agressor em 2014	33

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das vítimas e agressores	81
Tabela 2 – Relação entre agressor e vítima	82
Tabela 3 – Local da agressão	83
Tabela 4 – Tipologia da agressão	84
Tabela 5 – Caracterização da violência quanto ao tipo e duração	85
Tabela 6 – Comportamento de <i>Stalking</i>	86
Tabela 7 – Consumo de substâncias pelo agressor	86
Tabela 8 – Percentagem de relatores do sexo feminino e masculino na secção de crime do TRE	87
Tabela 9 – Percentagem de relatores do sexo feminino e masculino na amostra analisada	87
Tabela 10 – Crimes convolados	92

INTRODUÇÃO

Distintas experiências sociais e distintas posições histórico-culturais influenciam profundamente as formas individuais de ser, estar, agir e pensar. A construção social dos sujeitos, resulta do contexto socio económico em cada um cresce e se desenvolve.

O nosso estudo incidirá sobre a violência doméstica, nomeadamente sobre as decisões proferidas pelo TRE, tendo por base que a criminalização das condutas inseridas na violência doméstica, e consequente responsabilização penal dos seus agentes, resulta da progressiva consciencialização da sua gravidade individual e social, sendo imperioso prevenir condutas de quem, a coberto de uma pretensa impunidade resultante da ausência de testemunhas, inflige maus tratos na intimidade do lar.

Cumprе esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de fazer uma análise crítica das decisões proferidas, nem tão pouco do tipo legal em apreço, mas sim perceber se estas decisões ainda seguem um discurso de génese patriarcal, atribuindo à mulher um papel estereotipado.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira faremos uma abordagem histórica e sociológica da violência doméstica, da evolução do tipo legal de crime e legislação vigente no nosso ordenamento jurídico, a influência do Direito Internacional, e a semântica associada à linguagem jurídica.

Na segunda parte, fazemos uma análise quantitativa e qualitativa de um conjunto de acordões proferidos pelo TRE em casos de violência doméstica, comparando o discurso utilizados pelos relatores de sexo feminino e masculino, nomeadamente a maneira como descrevem as vítimas, os agressores, e o contexto em que a agressão teve lugar.

1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

"O instinto de amar um objeto conduz à destreza em obtê-lo, e se uma pessoa pensar que não o consegue controlar, por ele se vai sentir ameaçado, e contra ele vai agir."

Sigmund Freud

1.1 – Conceito de Violência Doméstica

A violência doméstica é um fenómeno mundial, denunciado a partir dos anos 60/70 pelos movimentos feministas, que tem assumido elevadas proporções, permanecendo na atualidade, como uma relevante fonte de exclusão social. Foi o aumento da violência na esfera privada, que revelou a necessidade de formular um conceito capaz de abranger as várias facetas do fenómeno.

Com o passar do tempo, temos assistido a uma maior atenção dos meios de comunicação social por estas notícias, que retratam um aumento da inépcia emocional, do desespero e da inquietação das famílias na comunidade. A crescente visibilidade na esfera pública, traduzida pelo aumento das denúncias, levou a que este tipo específico de violência, se tornasse objeto de diversas políticas dirigidas à sua prevenção, criminalização e ao apoio às vítimas.

A violência doméstica constitui assim, um problema generalizado de índole social, frequentemente encoberto, que afeta qualquer pessoa independentemente da raça, idade, orientação sexual, religião, género, cultura e nível socioeconómico. Pode acontecer entre parceiros homossexuais e heterossexuais, casados ou não casados, que vivam juntos ou simplesmente namorados.

Nas últimas décadas, a definição e as teorias explicativas da violência doméstica, as políticas e estratégias de intervenção desenvolvidas, e os tipos de problematização social deste fenómeno, foram evoluindo. Diferentes conceitos

emergiram, alguns dos quais referem uma forma de disciplina ou castigo, que reflete a tradição em termos de educação.

Para a Organização Mundial de Saúde, a violência doméstica é o uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, contra o próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que provoque ou vise provocar lesões, morte, danos psicológicos e/ou perturbações do desenvolvimento.¹

O Conselho da Europa², define-a como o ato ou omissão cometido no âmbito da família por um dos seus membros, que constitua atentado à vida, à integridade física ou psíquica, ou à liberdade de um ou de outro membro da mesma família, ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade.

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2003, de 7 de julho, descreveu a violência doméstica como toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar, e que inclui maus tratos, abuso sexual das mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora seja uma violência maioritariamente exercida sobre mulheres, também são atingidos direta e/ou indiretamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis como, por exemplo, pessoas portadoras de deficiência.

Por ser um fenómeno complexo, multifacetado e multicausal, torna-se difícil alcançar um conceito que englobe todas as manifestações desta violência, razão pela

¹ The world health report 1996 - Fighting disease, fostering development WHO, 1996.

² A questão da violência intrafamiliar foi abordada no Conselho da Europa que no Anexo II - Exposição de Motivos Relativa ao Projeto de Recomendação Sobre a Violência no Seio da Família - elaborada pelo Comité Restrito de Peritos Sobre a Violência na Sociedade Moderna, aprovado na 33.ª Sessão Plenária do Comité Diretor para os Problemas Criminais, em abril de 1984, especificou o conceito de violência física no seio da família, excluindo a violência sexual, como *"Qualquer ato ou omissão cometido no âmbito da família por um dos seus membros, que constitua atentado à vida, à integridade física ou psíquica ou à liberdade de um outro membro da mesma família ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade"* (cfr. publicado no Boletim do Ministério da Justiça, n.º 335, pág. 5-22).

qual, alguns autores o entendam de maneira diferente. Para uns³, estamos perante um caso de violência doméstica quando um dos elementos da família exerce contra outro, na intimidade do lar, comportamentos agressivos, violentos e destruidores. Para outros⁴, cuja opinião se partilha, o conceito de violência doméstica reflete uma relação assimétrica e hierárquica de poder com fins de dominação, exploração e opressão, e designa dois polos de uma relação interpessoal de poder, encontrando-se de um lado o mais forte, e do outro, o mais fraco⁵.

Abordando a noção de violência doméstica numa perspetiva evolutiva, apresentamos no quadro 1, as diferentes definições e distinções do conceito de violência.

Violência	Qualquer ação intencional que, por meio do uso da força, coação ou intimidação, lese de algum modo a integridade, os direitos e necessidades de terceiro.
Violência de género ou violência sobre as mulheres	Todos os atos de violência exercidos sobre a vítima por esta ser mulher, e que visem provocar-lhe danos ou sofrimento (físico, sexual e/ou psicológico). As teorias feministas têm conceptualizado a violência sobre as mulheres, mais especificamente a violência doméstica, como uma questão de género, assente em crenças históricas que criaram a conceção da superioridade masculina com direito de submeter a mulher a uma posição inferior.
Violência doméstica	Qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente (ou não), sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite, ou não, no mesmo lar.

³ Martins e Quintal, *op cit.*, p. 17

⁴ Azevedo e Guerra (2003)

⁵ A este respeito, o acórdão do Tribunal da Relação de Évora, processo nº1340/14.7TAPTM.E1, de 30-06-2015

Violência conjugal	São todas as formas de violência anteriormente descritas, exercidas por um dos (ex)cônjuges ou (ex)companheiro contra o outro.
Violência nas relações de intimidade	Resulta da necessidade de alargar a noção de violência doméstica. É a violência que ocorre entre duas pessoas que têm ou tiveram uma relação íntima.

Quadro 1 – Abordagem da noção de violência doméstica numa perspetiva evolutiva⁶.

1.2 – Tipos e Formas de Violência Doméstica

Por tudo o que até agora foi dito, depreendemos que o conceito de violência doméstica deve abranger qualquer ação ou omissão, capaz de infligir sofrimento entre pessoas que habitem o mesmo espaço ou, não o fazendo, sejam (ex)cônjuges, (ex)companheiros, (ex)namorados, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente. Estamos perante um processo dinâmico, cujas múltiplas combinações dos elementos implicados nos permitem ter uma ideia dos tipos e formas de violência a analisar. Numa família podem ocorrer todos os tipos de violência, ou apenas um. Falamos de múltiplas formas de agressão que podem não ser apenas praticadas por meio de força física. Falamos de formas de agressão psicológica, emocional, sexual, ou outras que visem afetar o outro e, de alguma forma, subjugar-lo a uma situação de poder ou de controlo⁷.

A APAV distingue violência doméstica *stricto sensu*, de violência doméstica *lato sensu*. No sentido estrito, enquadram-se os atos criminais previstos no art.º 152º do CP (maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça; coação; injúrias; difamação e crimes sexuais). No sentido lato, incluem-se outros crimes, como a violação de domicílio, perturbação e devassa da vida privada, violação de correspondência. No

⁶ Violência doméstica: compreender para intervir Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros Lisboa, 2009

⁷ Dias, I., *op cit.*, p. 91

quadro 2, podemos ver os tipos e formas crimes de violência doméstica, reportados a esta associação no ano de 2014.

Crimes de Violência Doméstica			
		N	%
Crimes de Violência Doméstica: sentido lato	Violação de domicílio ou perturbação da vida privada	171	1
	Devassa da vida privada/gravações e fotografias ilícitas	65	0,4
	Violação de correspondência ou de telecomunicações	94	0,5
	Coação sexual	64	0,4
	Violação	63	0,4
	Abuso sexual de crianças	31	0,2
	Abuso sexual de menor dependente	13	0,1
	Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	5	0,03
	Subtração de menor	26	0,1
	Violação da obrigação de alimentos	46	0,3
	Homicídio Tentado	38	0,2
	Homicídio Consumado	3	0,02
	Dano	141	0,8
	Furto/roubo	103	0,6
	Outros crimes	42	0,2
Crimes de Violência Doméstica: sentido estrito	Maus tratos físicos	4506	25,3
	Maus tratos psíquicos	6637	37,3
	Ameaça/coação	3279	18,4
	Injúrias/difamação	1923	10,8
	Natureza sexual	273	1,5
	Outros crimes	263	1,5
Total		17.786	100

Quadro 2 – Crimes de violência doméstica reportados à APAV em 2014⁸.

Não é correto analisar de forma isolada os tipos e formas de crime apresentados no quadro 2, uma vez que todos eles integram um conjunto de estratégias de domínio, utilizadas pelo agressor sobre a vítima. Para melhor compreender as estratégias utilizadas pelos perpetradores, apresenta-se na figura 1, a Roda do Poder e do Controlo, desenvolvida pelo Modelo de Duluth⁹.

⁸ Estatísticas APAV, Relatório Anual de 2014, publicado em abril 2015.

⁹ A estratégia desenvolvida pelo Modelo de Duluth, criado em 1981 a partir do Projeto de Intervenção referente ao abuso doméstico, adotou como estratégia, após identificar os fatores que levam os agressores a cometerem os abusos, trabalhar uma reconsciencialização dos mesmos por meio de uma teoria denominada “roda da igualdade” composta por oito itens, que são: a negociação e a justiça, a parceria económica, a responsabilidade compartilhada, a paternidade responsável, a honestidade, a responsabilidade, a confiança e apoio, o respeito, e o comportamento não ameaçador.



Figura 1. Roda do Poder e do Controlo, Modelo de Duluth.

Esta roda, descreve de modo esquemático, as formas de poder e controlo utilizadas a nível da violência física, sexual, económica e psicológica, permitindo enquadrar as diversas formas de exercício da violência doméstica, em seis tipos que podem ocorrer isoladamente, em simultâneo ou alternadamente: 1) Violência psicológica; 2) Violência física; 3) Violência social; 4) Violência económica; 5) Violência sexual; 6) *Stalking*.

A violência psicológica é caracterizada pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação e desrespeito, com o objetivo de mobilizar emocionalmente a vítima, satisfazendo a necessidade de atenção, carinho e importância do agressor. São comportamentos característicos: ameaçar os filhos,

magoar animais de estimação, humilhar o outro na presença de terceiros, ameaças de agressão física ou de morte, ou a destruição de bens comuns.

A violência física, consubstancia-se no uso da força com o propósito de magoar fisicamente a vítima, traduzindo-se em murros e pontapés, agressões com diversos objetos ou, o simples facto de impedir que a vítima obtenha tratamento. Quando as vítimas são homens, a violência física tende a não ser praticada de forma direta, por conta da sua maior força física. Ou seja, havendo intenções agressivas, esses factos podem ser cometidos por terceiros ou quando a vítima se encontra desprevenida (p.ex. durante o sono).

Por violência social, entende-se o controlo da vida social da vítima, impedindo que esta visite familiares ou amigos, trancando-a em casa, cortando o telefone ou controlando as chamadas e a conta de e-mail, entre outros comportamentos do similares.

Quanto à violência económica, esta exprime-se pelo impedimento da vítima, na utilização dos bens comuns, pelo uso do seu salário ou dos bens próprios do outro sem o seu conhecimento, pelo impedimento de trabalhar fora de casa ou constante intromissão no mesmo.

A violência sexual inclui a relação sexual forçada, violação, espancamento ou insulto durante a relação, bem como na obrigação de reproduzir cenas pornográficas ou de agir em resposta às fantasias sexuais do parceiro.

O *stalking* (ou assédio persistente) é um conceito relativamente recente na nossa sociedade e, consequentemente, no nosso ordenamento jurídico, onde ainda não existe legislação própria nacional que reconheça esta forma de vitimação¹⁰.

¹⁰ Enquanto não é discutida, elaborada e aprovada legislação específica para o *Stalking*, em casos conhecidos da população através da comunicação social que envolveram personalidades públicas portuguesas, a solução apresentada pela jurisprudência passa pela subsunção destas condutas aos tipos legais penais já previstos, tendo na grande maioria sido subsumidos nos tipos legais do crime de violação de domicílio ou perturbação da vida privada (art.º 190º do CP), crime de violência doméstica (art.º 152º do CP) quando, entre vítima e agressor, existiu previamente uma relação de foro íntimo. Podendo estar inter-relacionadas com as condutas do *stalker* as condutas que preenchem o tipo de devassa da vida privada (art.º 192º do CP), sobretudo quando o *stalker* manteve anteriormente uma relação pessoal com a vítima e como forma de se vingar do fim da

Dada a frequente ocorrência de comportamentos que se enquadram neste conceito se enquadra, sobretudo no seio da violência relacional íntima¹¹, com especial atenção nas condutas hoje subsumíveis ao crime de violência doméstica praticadas após a cessação da relação, torna-se imperioso dar a conhecer a variabilidade de condutas, persistência, duração, mas sobretudo, as disparidades ao nível das consequências que se refletem na vida da vítima do assédio persistente.

Como anteriormente dissemos, quando a vítima denuncia o crime de violência doméstica, esta pode configurar várias formas de violência que foram perpetradas numa só vítima. No gráfico 1, podemos verificar as formas de violência exercida no ano de 2014, onde a violência psicológica apresenta o valor mais elevado (80,5%), seguido da violência física (70%).

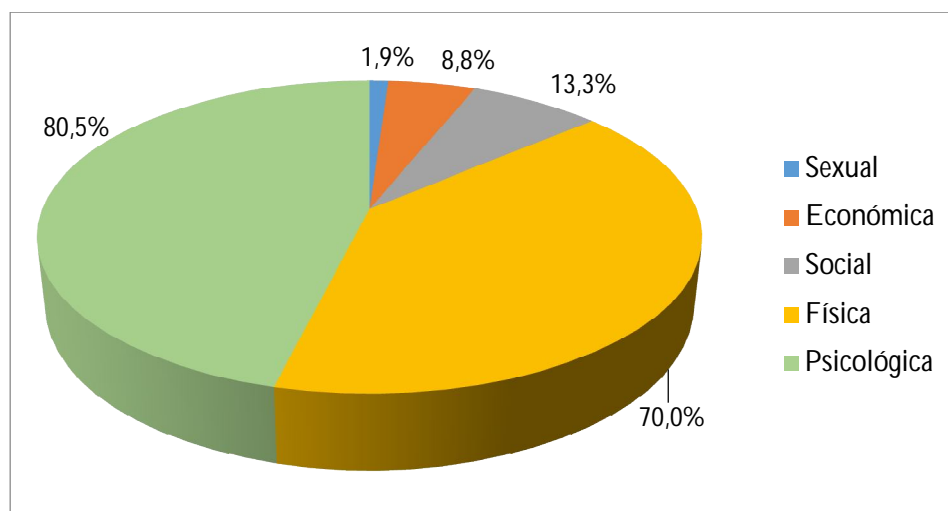


Gráfico 1 - Formas de violência a nível nacional no de 2014 (MAI2015).

relação póstuma, persegue-a, atemoriza-a, expondo-a. Tal qual, com o mesmo intento a difame ou injurie (art.º 180º e 181º do CP) ou, num ato de desespero a sequestre (art.º 158º do CP), a coaja (art.º 154º do CP) ou ameace (art.º 153º do CP). A este propósito, vejam-se os seguintes acórdãos: processo n.º 765/08.1PRPRT.P2, do Tribunal da Relação do Porto, relatado pelo juiz desembargador Pedro Vaz Pato; processo n.º 113/10.0TAVVC.E1, do Tribunal da Relação de Évora, relatado pelo juiz desembargador João Gomes de Sousa; processo n.º 956/10.5PJPRT.P1, do Tribunal da Relação do Porto, relatado por Moreira Ramos e o processo n.º 91/14.7PCMTS.P1.

¹¹ Lamas Leite, *op cit.*, p. 25-66

1.3 – O Ciclo da Violência Doméstica

Por tudo o exposto, afigura-se como inevitáveis as seguintes questões: Por que é que as vítimas de violência doméstica se sujeitam a tanta violência? A tanta dor e a tanto sofrimento? Antes de qualquer conclusão ou julgamento das suas escolhas, é importante refletir e compreender possíveis explicações para este facto.

Por norma, as vítimas de violência doméstica sofrem de baixa auto estima, encontrando-se “presas” numa relação com o agressor, seja por dependência económica, seja por dependência emocional. Nestes casos, a violência doméstica persiste, de forma crónica porque, se por um lado o agressor acusa a vítima de ser responsável pela agressão, fazendo com que esta desenvolva sentimentos de culpa e vergonha, por outro, a vítima sente-se traída, já que depois da agressão, o agressor promete que nunca mais voltará a acontecer, para depois se repetir.

As vítimas de violência doméstica, tendem assim a viver num ciclo de violência, caracterizado por três fases distintas, que se repetem no tempo, com tendência para o aumento da gravidade, frequência e intensidade das agressões, chegando muitas mulheres a serem ameaçadas de morte quando revelam a terceiros que foram (ou são) vítimas de agressão por parte dos seus companheiros. De acordo com a psicóloga americana Lenore Walker¹², este ciclo procura explicar, em três etapas sequenciais, como ocorre a violência entre homens e mulheres que vivem relações afetivas, que tanto condiciona a manutenção da relação como o seu abandono (figura 2).

¹² Lenore Walker (1979)



Figura 2 – O ciclo de violência doméstica.

Na fase de acumulação e de tensão, o agressor começa por ficar irritado, proferindo injúrias e ameaças, recorrendo por vezes a atos violentos (p.ex. empurrões), que incutem na vítima uma sensação de perigo eminente. Estamos perante uma acumulação gradual de tensão entre pequenos incidentes do quotidiano, que aumentam os conflitos entre o casal. Nesta fase, a vítima acredita que pode controlar a situação e atrasar a ocorrência das agressões, aceitando as exigências do agressor, mostrando-se submissa, ignorando os insultos e a difamação, optando por não confrontar o agressor.

Posteriormente, na fase da explosão violenta, o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima, e esta apercebe-se que ele perdeu o controlo sobre a frequência com que pratica atos de violência, que servem como castigo, independentemente do comportamento da vítima. Não obstante ser de curta duração, esta fase é a que provoca maior dano na vítima, uma vez que os maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade.

Na última fase, de reconciliação ou lua-de-mel, o agressor tenta desvalorizar a situação com promessas de não voltar a ser violento, mostrando uma conduta reparadora, pedindo desculpa, manifestando amor, carinho e arrependimento. É frequente que este justifique a agressão, recorrendo a fatores externos (como o desemprego ou o álcool) ou, mais grave e frequente, desculpando o seu comportamento, culpabilizando a vítima por esta não ter feito alguma coisa para evitar as agressões.

Com o perdão da vítima, o ciclo evolui progressivamente voltando à primeira fase, começando de novo a irritabilidade e o aumento de tensão. À medida que aumenta a frequência e a severidade dos incidentes agressivos, a fase de acumulação de tensão é cada vez mais breve, a da explosão cada vez maior e mais violenta e a da reconciliação menos frequente, chegando inclusive a desaparecer, sendo este o momento em que a vítima decide pedir ajuda ou separar-se do agressor.

Os dados disponibilizados pela APAV¹³, corroboram o que acabámos de referir. Do número total dos casos de violência doméstica reportados e acompanhados por esta associação em 2014, a vitimação tinha, em 73% das situações, carácter continuado, durando em 19% dos casos, entre 2 e 6 anos.



Gráfico 2: Tipo de vitimação em Portugal no ano de 2014 (APAV 2015)

¹³ Estatísticas da APAV – Relatório Violência Doméstica 2014, publicado em fevereiro 2015

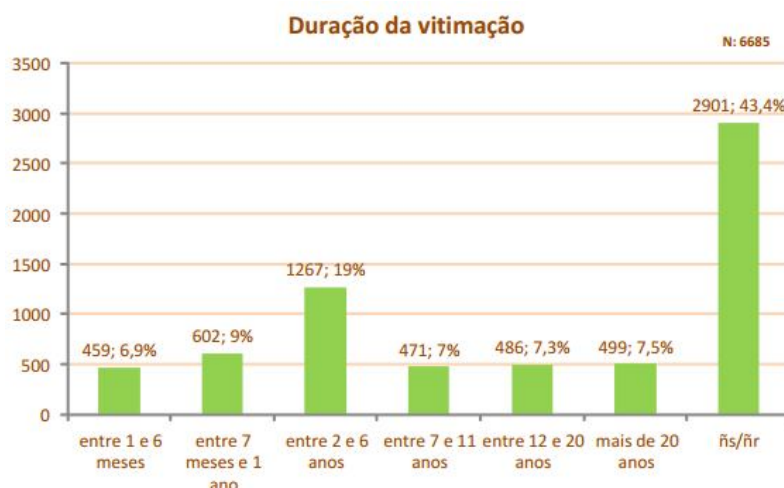


Gráfico 3: Duração da vitimação em Portugal no ano de 2014 (APAV 2015)

1.4 – Crenças Legitimadoras da Violência Doméstica

A violência doméstica resulta de múltiplos fatores de natureza individual, relacional e situacional, sendo impossível identifica-los a todos. De entre as várias motivações referidas por alguns autores¹⁴, encontram-se as raízes históricas e as conceções tradicionais sobre o casamento, o sentimento de posse e o ciúme, a necessidade que o homem tem de impor a sua posição de domínio, a dependência social e económica da mulher face ao marido, a convicção de que o marido tem o direito de punir a mulher por comportamentos que considere errados, a proveniência de famílias com problemas de violência doméstica, as situações de desemprego, problemas económicos, o isolamento social, a dependência do álcool, entre outros.

Para perceber o contexto em que as situações de violência doméstica têm lugar, não só é importante tentar compreender o que leva um homem a agredir a “sua” mulher, mas também procurar entender o que leva uma mulher a não abandonar o homem que a agride. A dificuldade de a vítima abandonar este tipo de relação pode ser explicado pelo medo de sofrer represálias, das suas dificuldades

¹⁴ Pagelow *et al*, *apud* ISABEL DIAS, *op cit.*, pp. 124-125

e/ou dependência económica, dependência emocional, falta de suporte social e familiar, fatores sociais e culturais, crenças religiosas, a falta de conhecimento dos recursos legais, o medo de ficar sozinha e sem os filhos, e até mesmo a esperança na mudança de comportamentos por parte do agressor.

Não obstante, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, a violência contra as mulheres e crianças ter sido considerada o maior crime contra a Humanidade, tendo mais vítimas do que qualquer guerra mundial. A violência doméstica encontra-se ainda envolta em mitos e preconceitos, alimentados e legitimados pelas sociedades para desculpar a violência e o agressor, e culpabilizar a vítima. Estes mitos tornam a procura e o pedido de ajuda mais complicado, e podem ser um elemento para a eternização da violência.

Muitas vezes, a vítima do crime de violência doméstica sente-se incompreendida e estigmatizada pelas pessoas mais importantes da sua vida, membros da família que a querem ajudar, amigos ou profissionais. Há situações de vítimas que, após terem sofrido agressões, se propõem a denunciar a ocorrência perante os profissionais, mas são vistas com desdém e encorajadas a voltarem para casa e fazerem as pazes com o agressor.

A persistente desigualdade social entre os sexos, potencia mecanismos de assimetria e de discriminação, transversais e subtis, traduzindo-se num confronto entre o sistema jurídico e judicial, com os mitos acerca do papel e estatuto das mulheres na sociedade, alguns dos quais, aqui reproduzimos:

Mito: *"A mulher sofre porque quer, senão já o tinha deixado"*

Facto: A mulher agredida, muitas vezes não dispõe de meios económicos e de subsistência para se poder afastar;

Mito: *"Alguma coisa a mulher fez"*

Facto: Assenta na legitimação que foi conferida pela sociedade à violência exercida pelo homem, associando-a a uma função de educação e correção do comportamento da mulher.

Mito: *“O homem tem desculpa porque tem problemas, estava embriagado ou sob influência de drogas”*

Facto: É a desculpa mais comum utilizada pelo agressor para tentar minimizar ou afastar a sua responsabilidade, apesar de ter sido o próprio, de livre vontade, a consumir álcool ou outras substâncias.

Mito: *“Entre marido e mulher não se mete a colher”*

Facto: Este provérbio popular traduz a crença difundida durante décadas, e que ainda hoje é aceite por muitos, de que a violência doméstica é um problema privado e no qual ninguém, senão o casal, deve interferir. Esta é uma posição totalmente contrária àquela que é hoje a conceção de violência doméstica, tornada crime público, que imputa à sociedade a responsabilidade de agir, denunciar e prevenir.

Mito: *“Quanto mais me bates mais gosto de ti”*

Facto: Muitas mulheres vivem em permanente estado de terror físico e mental, sendo diversos os motivos que as levam a não abandonar a relação.

Mito: *“É preciso aguentar para bem dos filhos.”*

Facto: A separação dos pais pode não causar tanto sofrimento à criança quanto os maus-tratos à mãe.

Mito: *“Só as mulheres de meios sociais desfavorecidos sofrem de violência doméstica”*

Facto: A violência doméstica é transversal a todas as classes sociais. É a necessidade de apoios económicos e sociais que sentem as mulheres vítimas

deste crime, que revela com maior visibilidade o problema nos meios sociais mais desfavorecidos.

Mito: *“Uma bofetada de vez enquanto nunca fez mal a ninguém.”*

Facto: Na grande maioria dos casos, a violência doméstica não consiste numa agressão isolada, mas sim numa conduta reiterada no tempo, com a intenção de dominar e controlar a vítima.

O desfasamento entre paridade de sexo preconizada pelas sociedades ocidentais democráticas e as realidades socioprofissionais e familiares existentes, conduzem à persistência dos citados mitos acerca da família. A família e os papéis sociais do sexo masculino e feminino têm que ser desnaturalizados, porque homens e mulheres não existem em contextos naturalmente criados. Só assim, o sistema jurídico-legal e judicial poderá evoluir para uma intervenção adequada nas questões da família e, em particular, da violência doméstica.

O Relatório anual de monitorização do Ministério da Administração Interna sobre a violência doméstica no ano de 2014¹⁵, permite-nos ter uma ideia quantitativa deste fenómeno. No gráfico 4, temos os dados oficiais do número de ocorrências de violência doméstica¹⁶ participadas às forças de segurança (PSP e GNR) entre 2010 e 2014, período em que se verifica uma diminuição das denúncias reportadas.

¹⁵ MAI2015 - Relatório anual de monitorização de violência doméstica referente ao ano de 2014, do Ministério da Administração Interna, elaborado pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna Direção de Serviços de Planeamento, Controlo e Recursos Humanos, em agosto 2015.

¹⁶ Cfr. art. 152º do CP

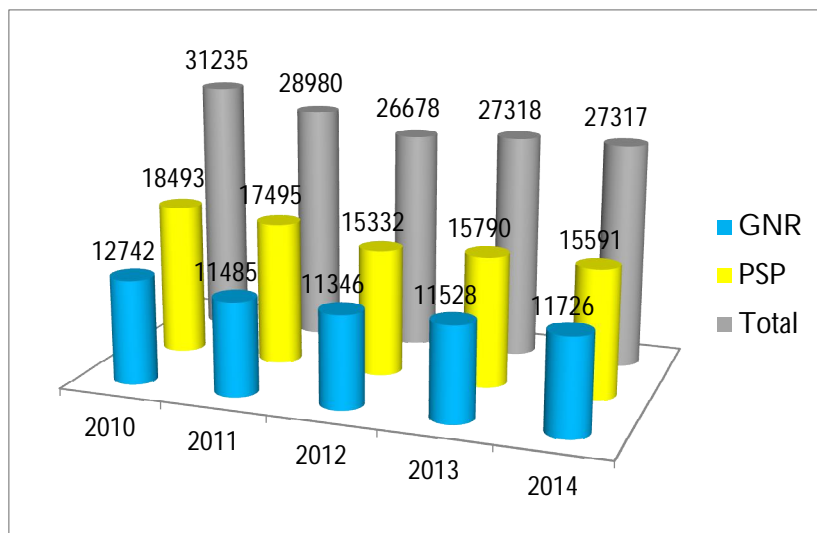


Gráfico 4: Ocorrências de violência doméstica participadas às forças de segurança (MAI 2015)

Os dados apresentados neste relatório, permitem-nos perceber a violência doméstica a nível nacional e analisá-la distrito a distrito. Para este estudo, comparamos os dados nacionais com os dados dos distritos da competência do Tribunal da Relação de Évora¹⁷ - Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal. Analisando o gráfico 5, percebemos que Beja é o distrito com menos denúncias e Setúbal o distrito com mais denúncias. Em termos globais, 2010 foi o ano com mais casos reportados, registando-se um significativa descida em 2011. Não obstante o ligeiro aumento das denúncias entre 2012 e 2013, em 2014 registou-se nova descida, seguindo a tendência nacional.

¹⁷ Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto - Lei da Organização do Sistema Judiciário

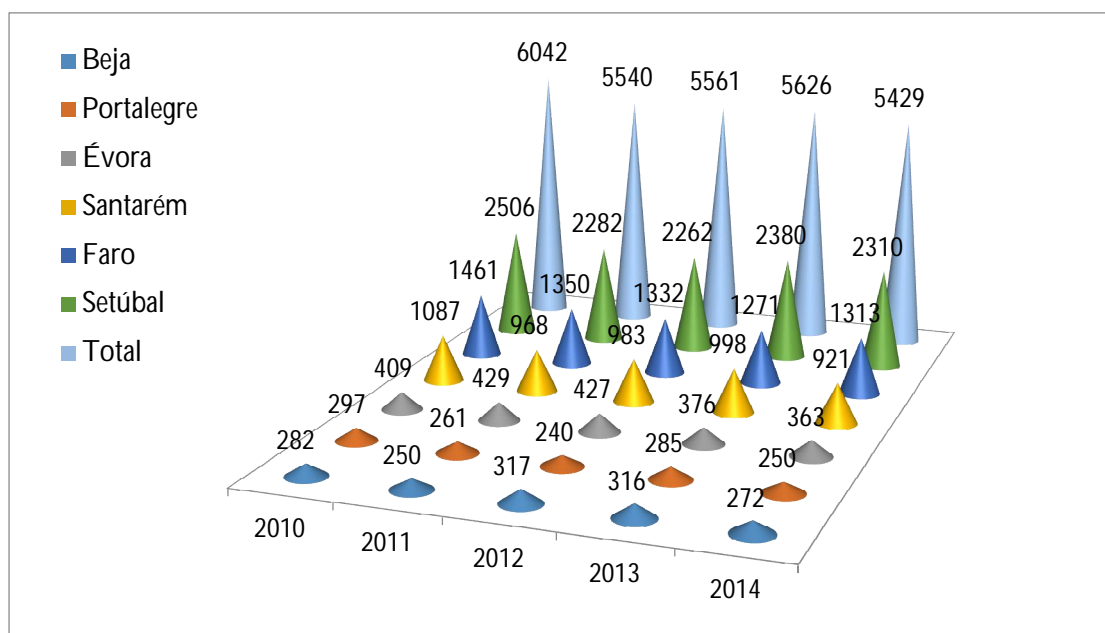


Gráfico 5 - Violência doméstica na área de competência do TRE (IASI 2014).

1.5 – Fatores de Risco e Medidas Preventivas

As situações de violência doméstica continuada, resultam numa diversidade de consequências e danos físicos, psicológicos, relacionais, entre outros, que nos casos mais graves, poderão conduzir à sua incapacidade, temporária ou permanente, e até mesmo à morte das vítimas.

Os comportamentos abusivos dos agressores, traduzem-se em graves consequências para a saúde, segurança e economia da sociedade, tornando-se num problema de saúde pública¹⁸ que diminui de modo claro a qualidade de vida das pessoas abrangidas neste fenómeno¹⁹.

Num inquérito realizado²⁰ em Portugal sobre a violência exercida contra mulheres e homens, foram apontadas pelas vítimas masculinas, em primeiro lugar, o consumo de álcool e os “mal-entendidos”. A “diferença de valores” e a “má

¹⁸ Howe & Alpert (2009)

¹⁹ Lisboa, Vicente & Barroso (2005)

²⁰ Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro (2009), *op cit.*, p. 64

formação moral” são aludidos com valores menos expressivos. As vítimas do sexo feminino referem o “ciúme”, o “sentimento de posse” e a “mentalidade dos homens em relação às mulheres” como causas mais apontadas.

Além das lesões diretamente resultantes das situações de maus-tratos físicos, a violência pode ser associada a vários efeitos indiretos sobre a saúde física das vítimas (quadro 3). O *“sentimento de culpabilidade, isolamento social, dificuldades financeiras, memórias intrusivas sobre os episódios, reações de alarme, dificuldades de concentração, irritabilidade e problemas de sono, são alguns dos sinais e sintomas manifestados pela vítima”*²¹. No estudo de Duailib & Pinsky, realizado em 2005, identificou-se que o consumo de álcool potencia as situações de violência, podendo ser fator impulsionador da violência.

FÍSICAS	PSICOLÓGICOS
Contusões, fraturas e edemas	Alcoolismo, tabagismo e/ ou drogas
Distúrbios gastrointestinais	Baixa autoestima, perturbação pânico
Fibromialgia	Sentimentos de culpa e de vergonha
Lesões oculares	Comportamento sexual de risco
Invalidez e/ou limitações físicas	Tendências suicidas e autoagressão
Lacerações e abrasões	Depressão, ansiedade e/ ou fobias
Lesões abdominais e torácicas	Distúrbios alimentares e de sono
SEXUAIS E REPRODUTIVOS	MORTAIS
Aborto espontâneo ou provocado	Homicídio
Gravidez indesejada	Infanticídio
Disfunção sexual	Mortalidade relacionada com SIDA
Problemas ginecológicos	Suicídio
Doenças sexualmente transmissíveis	

Quadro 3 – Exemplos de impacto da violência na vida das mulheres²²

²¹ Carvalho (2012), *op cit.*, p. 19

²² Krug et al (2002), *op cit.*, p. 101

Sem dúvida, um dos maiores fatores sociais para a violência, são as sociedades que a toleram e aceitam. Uma sociedade que aceita, e muitas vezes promove, a violência, torna mais fácil ao agressor persistir num comportamento violento, e mais difícil para a vítima terminar com a violência²³.

Podemos assim considerar como principais fatores que influenciam o impacto traumático da vitimação: 1) O isolamento geográfico, físico, afetivo e social; 2) O poder, o domínio e a influência moral; 3) Tendências agressivas baseadas em crenças e atitudes; 4) Situações de stress como o desemprego, problemas financeiros, gravidez indesejada ou mudanças no papel que cada um tem na relação; 5) Alcoolismo ou toxicodependência, perturbações mentais ou físicas; 6) Vivências infantis de agressão ou de violência parental.

É a compreensão da violência, das suas consequências, e dos seus fatores de risco nas relações familiares, que vai permitir o desenvolvimento de programas de intervenção com os ofensores.

1.6 – Perfil da Vítima e do Agressor

A violência doméstica é um fenómeno complexo e multidimensional, que atravessa classes sociais, idades e regiões. Estudos realizados por Byers e Eno em 1991²⁴, comprovam que homens com visões tradicionais acerca do papel da mulher "*o lugar da mulher é na cozinha ou o lugar da mulher é criar e cuidar dos filhos e da casa*", têm mais probabilidade em adotar comportamentos violentos em relação às suas parceiras amorosas.

Alguns estudos publicados²⁵, distinguiram aspetos específicos do perfil do agressor e vítima de violência doméstica em Portugal, sendo que a maioria dos agressores são do sexo masculino e as vítimas do sexo feminino, ambos na faixa

²³ Gracia & Herrero (2005) *op cit.*, p. 123-129

²⁴ Caridade e Machado (2010)

²⁵ Barra Costa (2003)

etária superior aos 25 anos. Homens com baixa autoestima defendem-se contra sentimentos de frustração e vulnerabilidade usando a violência contra a pessoa com quem partilham a vida, normalmente apresentam uma personalidade imatura e facilmente culpabilizam a vítima pelo seu próprio comportamento. A violência física serve para intimidar, controlar e silenciar o parceiro ganhando poder sobre ele. Por sua vez a vítima, que estatisticamente na maioria é do sexo feminino apresenta características de uma personalidade emocionalmente dependente, passiva e deprimida.

Não é fácil chegar a um perfil das vítimas do crime de violência doméstica porque, vítimas e agressores partilham um perfil de transversalidade. Contudo, recorrendo aos dados estatísticos disponíveis, podemos elaborar o seguinte quadro que resume os perfis da vítima e do agressor.

Perfil	Vítima	Agressor
Sexo	Feminino (84,1%)	Masculino (87%)
Idade	25-65 anos (76,8%)	25-65 anos (85,6%)
Estado civil	Casadas (41,4%)	Casados (43,1%)
Situação económica	Empregadas (47%)	Empregados (55,5%)
Escolaridade	Ensino básico – 3º ciclo (24,6%)	Ensino básico – 1º e 3º ciclos (24,6%)
Dependência	Sem dados	Álcool (40,8%)
Relação autor/vítima	Cônjuge (57,2%)	

Quadro 4 – Perfil da Vítima e do Agressor em 2014²⁶

Na grande maioria dos casos reportados às autoridades policiais, vítima e agressor encontram-se unidos pelo matrimónio ou vivem em relação análoga à dos cônjuges, conforme podemos verificar na gráfico 6.

²⁶ Violência Doméstica - 2014. Relatório anual de monitorização MAI2015, p. 34

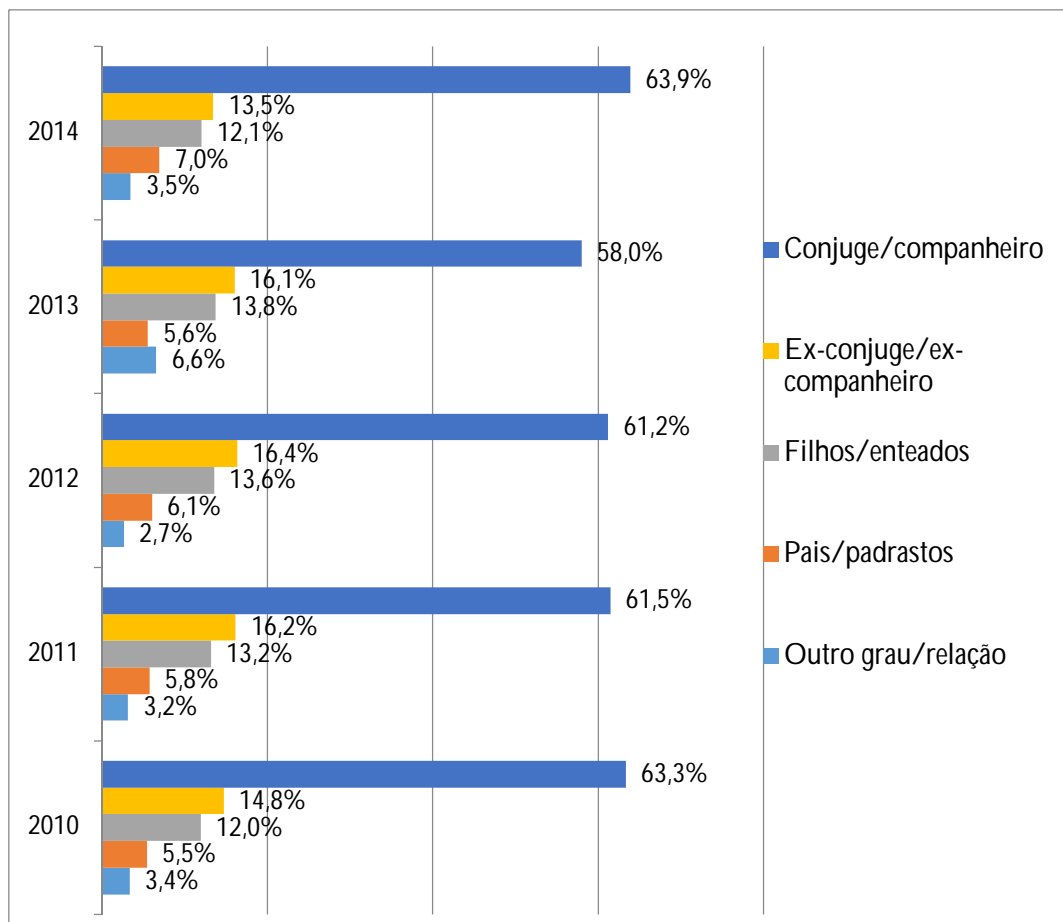


Gráfico 6 - Relação de parentesco das vítimas com o agressor a nível nacional (IASI, 2014).

1.6.1 – Perfil da vítima

As vítimas de violência doméstica não têm as mesmas características, nem traços de personalidade idênticos, mas em comum, têm a experiência de terem sido agredidas por alguém que lhes era muito próximo. Quer isto dizer que qualquer pessoa pode ser vítima de violência doméstica, mulheres, homens, crianças, adolescentes, adultos ou idosos, com qualquer idade, a trabalhar ou desempregado. As vítimas de violência doméstica não são facilmente reconhecíveis, porque nem sempre existem marcas ou hematomas visíveis e, quando as há, as vítimas aprendem a escondê-las para evitar a deteção, a suspeita e a vergonha, mostrando à sociedade que nada acontece.

A vítima de violência doméstica pode ter qualquer idade. No gráfico 7, comparamos três grupos etários que abrangem o universo de idades, sendo o grupo dos 25 e mais anos o que apresenta as maiores percentagens. No entanto, não podemos deixar de salientar que entre 2010 e 2014, no grupo dos mais novos, aumentou gradualmente o número de vítimas.

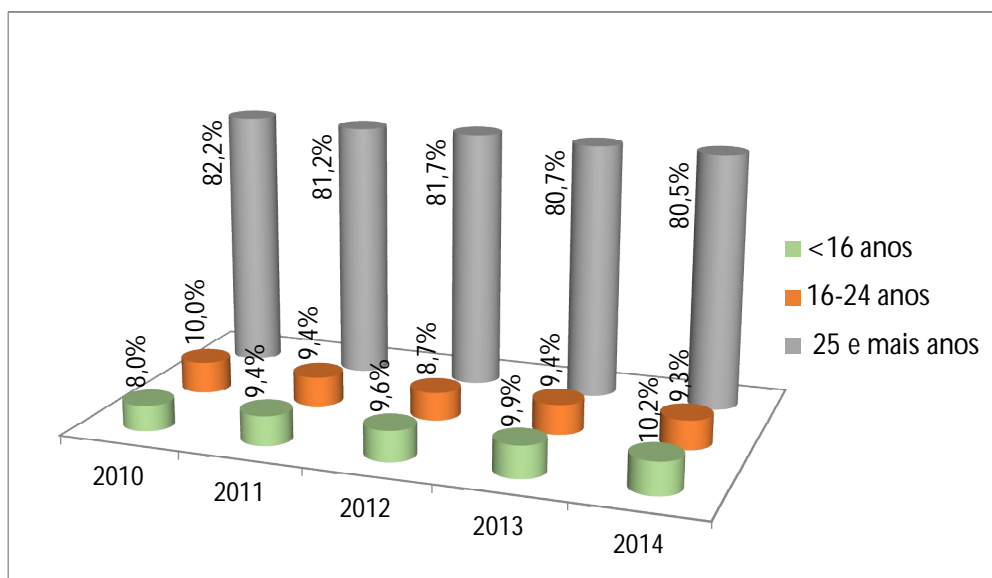


Gráfico 7 – Distribuição por grupo etário das vítimas a nível nacional (IASI, 2014).

Apesar de as mulheres sofrerem maiores taxas de violência doméstica, os homens também são vítimas deste crime, sendo que as mulheres que frequentemente o cometem, não o fazem apenas em legítima-defesa. Conforme se verifica no gráfico 8, entre 2010 e 2014, registou-se um aumento dos casos em que as vítimas do crime de violência doméstica são homens.

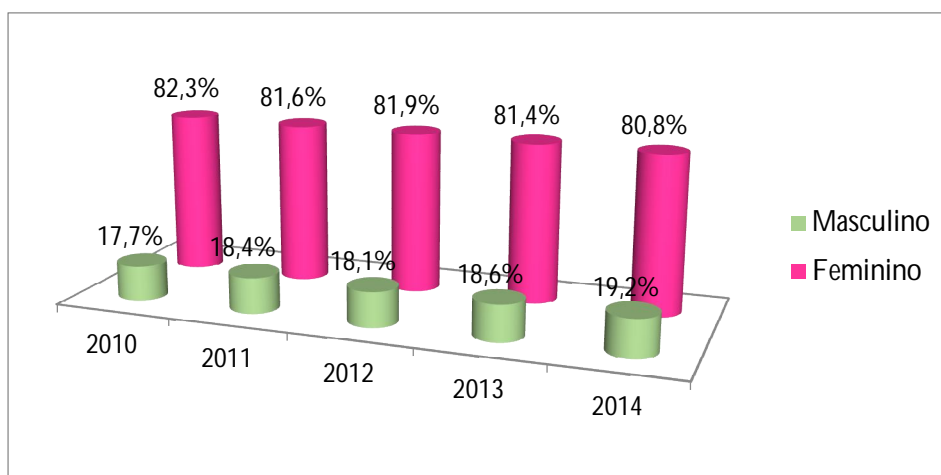


Gráfico 8- Distribuição do sexo das vítimas a nível nacional (RASI 2014).

Quando são vítimas de violência doméstica, os homens experimentam comportamentos de controlo, são alvo de agressões físicas e psicológicas, e também receiam abandonar as relações abusivas. No entanto, estes apresentam maior relutância em denunciar a situação às autoridades, ou mesmo em falar sobre o assunto, sendo o medo e a vergonha, os principais entraves para pedir ajuda. Estes homens receiam ser desacreditados e humilhados por terceiros se decidirem denunciar a sua vitimação porque, se por um lado, a população está mais propensa a denunciar o crime quando o homem agride uma mulher, independentemente do tipo de relação, por outro lado, quando o homem é vítima poder-se-á assumir inconscientemente que este deveria ter sido capaz de prevenir ou terminar a agressão²⁷.

Como foi referido quando falamos no ciclo de violência doméstica, as vítimas não escolhem manter-se com o companheiro abusivo. Cultural e socialmente, apesar das desigualdades, ambos os sexos são ensinados a manter o silêncio, aguentando a relação abusiva sem pedir ajuda, acabando sem suporte emocional, por se isolarem das famílias e dos amigos.

²⁷ Buzawa & Buzawa (2002)

Da bibliografia estatística analisada, sobressai que os dados apresentados tendem a focar-se sobretudo na vitimização da mulher, pondo-se de fora a violência por elas exercida nas relações amorosas, e não dando a mesma atenção aos abusos e agressões por elas perpetrados contra companheiros do sexo masculino.

Enquanto agressora, a violência imputada à mulher é em regra verbal e psicológica contudo, num estudo efetuado com casais²⁸, verificou que as mulheres recorriam à violência moderada, como bofetadas ou insultos. No mesmo sentido, Ana Paula Teixeira Marques²⁹ expressou que pela sua experiência profissional constatou *“que as mulheres utilizam armas mais subtis, de ordem psico-emocional, como forma de violência sobre os seus companheiros/conjugues, abrangendo muitas vezes os próprios filhos.”*

1.6.2 – Perfil do agressor

Para as vítimas, não existe um retrato típico de agressor, verificando-se somente que são, na sua larga maioria homens, que passam a imagem de pessoa equilibrada e com bons modos, marido extremoso, pai bondoso, companheiro carinhoso e cidadão cumpridor da lei, não indiciando a conduta de comportamentos violentos. Porém, em privado, comportam-se de modo ameaçador, mantendo uma postura agressiva, com agressões verbais ou físicas. Têm sentimento de posse relativo ao sexo feminino que, por sua vez, está permanentemente na defesa.

A violência para os agressores na maior parte das vezes é percecionada como caráter exemplar, tendo como objetivo básico ensinar e mostrar à sociedade as suas capacidades enquanto líderes da família. É neste sentido de “punição exemplar” que é compreendido o descaramento e a arrogância que muitos agressores mostram no tratamento pejorativo infligido às vítimas. O agressor tem uma perceção rígida da realidade, tende a recusar-se a aceitar a responsabilidade, acreditando que a violência

²⁸ Duarte, C. (1999)

²⁹ Mestre em Educação Social pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique

é justificável e aceitável, tentando desculpar o seu comportamento culpando a vítima pela agressão.

Podemos verificar no Gráfico 9, que os agressores são de ambos os sexos, existindo uma maior preponderância para agressores do sexo masculino, não obstante, ter-se registado um aumento de agressores do sexo feminino até 2014.

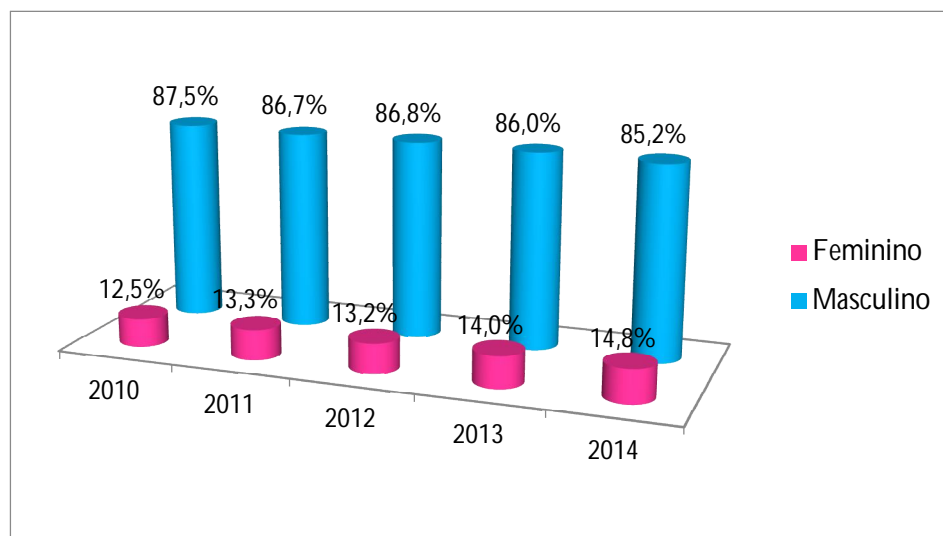


Gráfico 9 - Sexo do agressor no crime de violência doméstica, a nível nacional (IASI, 2014).

Outros autores³⁰, verificaram que existem características psicológicas e sociais que são comuns entre os agressores: homens novos e de nível socioeconómico baixo, padrões de vinculação insegura, dificuldades em lidar com a raiva e hostilidade, com problemas conjugais, sintomas de sofrimento psíquico, falta de capacidades sociais e de comunicação, transtornos de personalidade, e com problemas de álcool e droga.

Analisando o gráfico 10, podemos verificar que o agressor pode ter qualquer idade, mas também aqui, o grupo dos 25 e mais anos, é o que tem maior expressão.

³⁰ Hamberger (2009); Lussier *et al.* (2008)

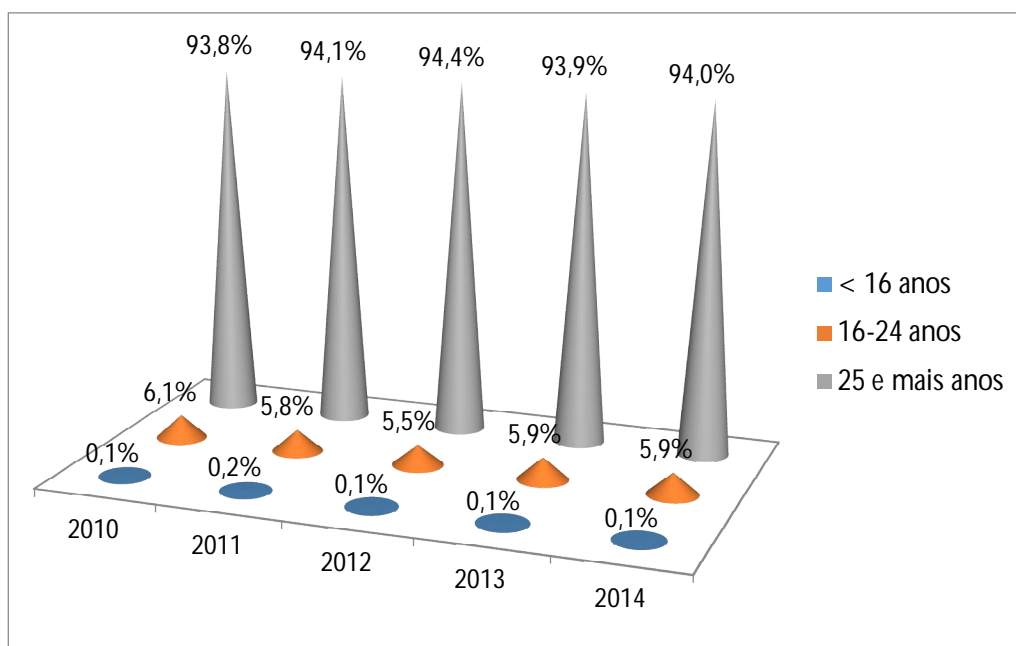


Gráfico 10 - Grupo etário do agressor no crime de violência doméstica em Portugal (RASI, 2014)

Holtzworth-Munroe e Stuart³¹, definem três tipos de agressores. O primeiro corresponde àqueles que são unicamente violentos dentro da família, caracterizando-se por apresentar baixos níveis de violência. O segundo tipo de agressores, revelam medo de rejeição, e apresentam níveis moderados ou graves de agressão para com o parceiro. O terceiro tipo de agressor é antissocial, e exerce níveis moderados ou graves de violência com o parceiro.

Também os autores Dutton e Golant³², identificaram três tipos de agressores: 1) os psicopáticos, com um padrão de extremo de desrespeito pelas regras e normas sociais, com antecedentes criminais, falta de remorsos e de emoções, sendo os seus atos de violência controlados a fim de subjugar e dominar o parceiro; 2) os hiper controlados, cuja característica mais evidente é a sua distância emocional, apresentando um perfil de evasão e agressão passiva, até ao surgimento da ira enquanto resultado de uma acumulação progressiva de frustrações; 3) e os agressores com ciclos emocionalmente instáveis, caracterizados por cometerem atos

³¹ Holtzworth-Munroe., A. & Stuart, G. L. (1994), *op cit.*, p. 476-497

³² Dutton, D. G. & Golant, S.K. (1997)

de violência de forma esporádica, incapazes de descrever os seus sentimentos, com grande medo à intimidade e ao abandono.

1.7 – Casos Extremos de Violência Doméstica

Após a separação, muitos maridos continuam a aterrorizar as mulheres. Começam as ameaças, os telefonemas anónimos, o controlo originador de um clima de tensão, de angústia e de medo. É neste contexto que, quando falamos em casos extremos de violência doméstica, falamos de homicídio conjugal.

Como reverso da medalha, segundo Elza Pais³³, mais de metade das mulheres que cometeram homicídio, mataram para pôr fim aos maus-tratos conjugais. A mulher passa assim de vítima a agressora, por estar cansada das ameaças e dos abusos a que é regularmente submetida, procurando pôr um ponto final a tanto sofrimento, acabando por ser ela a fazer justiça pelas próprias mãos. Temos assim, *“... a morte violenta a aparecer como (...) a libertação do cônjuge...”*³⁴.

Entre os estudiosos³⁵ deste tema, observa-se um consenso no que se refere a algumas considerações gerais relacionadas ao homicídio conjugal como: 1) presença de violência no histórico da relação; 2) impacto da separação; 3) abuso de bebidas alcoólicas; 4) prevalência do gesto homicida na população masculina; 5) impacto dos transtornos psicológicos e do perfil de personalidade.

Nos homens, o homicídio conjugal pode ser entendido como a expressão de um sentimento de posse ou de rejeição, e onde o medo de ser abandonado pela mulher tem um papel significativo. Assim, o risco de homicídio aumenta quando o homem desconfia que a mulher lhe é infiel ou quando ela decide terminar a relação.

³³ Pais, Elza (1998)

³⁴ *Ibidem* p. 57-58

³⁵ Bénézéch (1996) e Dutton (2001)

Nas mulheres, homicídio conjugal tende a ser cometido em situações de defesa, quando confrontadas com a violência do homem, para proteger a própria vida ou a dos filhos.

Segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna, em 2014 houve 100 assassinios³⁶. Comparando este número com as 35 mulheres mortas pelos maridos, namorados ou ex-companheiros contabilizadas pela UMAR³⁷, verifica-se que os crimes conjugais representam cerca de um terço dos homicídios cometidos em Portugal (35%).

Em termos da relação existente entre as 43 vítimas reportadas pela UMAR e o homicida, conclui-se pela análise ao gráfico 11, que o homicídio de mulheres ocorre com particular incidência (81%) nas relações de intimidade presentes (53%) ou passadas (28%).

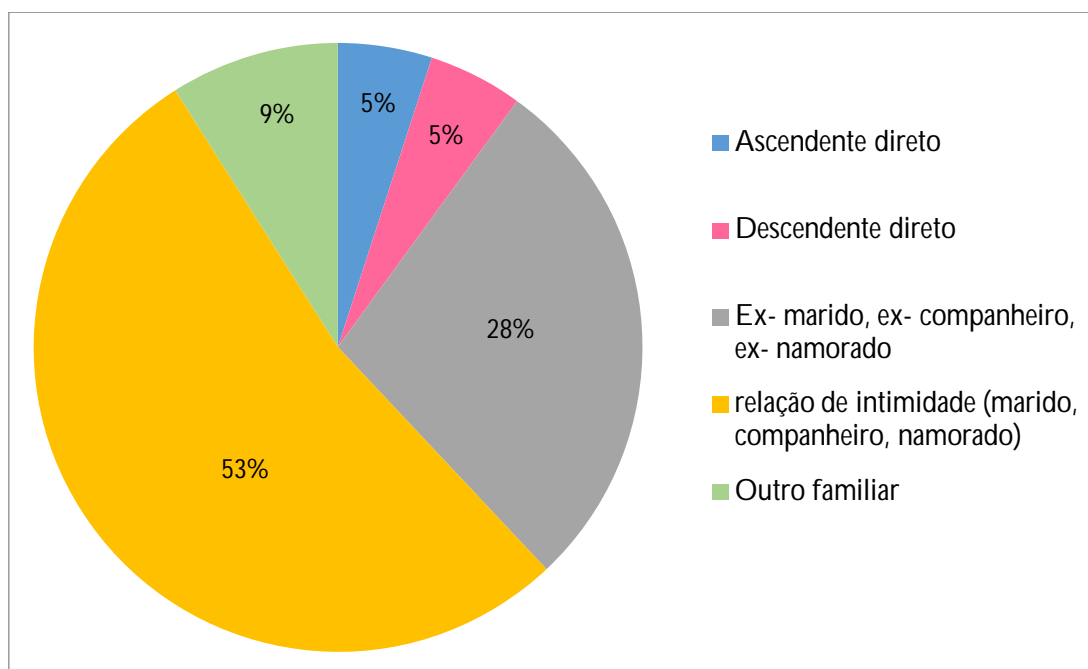


Gráfico 11: Relação entre homicida e vítima em 2014 (UMAR 2014)

³⁶ RASI 2014, p. 42

³⁷ A União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR, por meio do trabalho que desenvolve no Observatório de Mulheres Assassinadas – OMA, apresentou em Fevereiro de 2015, o relatório final dos dados sobre femicídio e tentativas de femicídio ocorridas em Portugal, e noticiadas na imprensa durante o período de 1 Janeiro a 31 Dezembro de 2014 – OMA 2014.

Os dados apresentados pela UMAR, encontram-se em concordância com os apresentados no ponto 1.6, uma vez que, comparada a idade das 43 vítimas de femicídios registados no ano 2014 com a dos homicidas, conclui-se que a violência contra as mulheres ocorre durante todo o ciclo relacional, sendo visível em todas as faixas etárias. Não obstante, o grupo das mulheres com idades compreendidas entre os 36 e os 50 anos, regista a maior taxa de prevalência, representando 35% do total de situações noticiadas (gráfico 12).

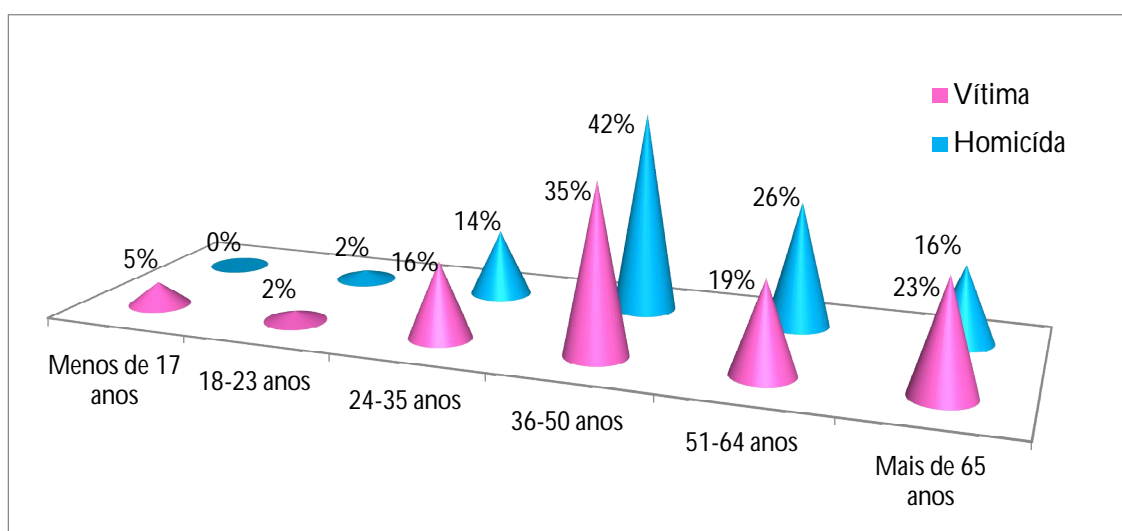


Gráfico 12: Idades homicida e vítima em 2014 (UMAR 2014)

Fazendo uma análise no que concerne à distribuição geográfica do femicídio por distritos (gráfico 13), mais concretamente nos distritos cuja competência territorial pertence ao Tribunal da Relação de Évora, foram cometidos ao todo 16 femicídios, o que representa 37,2% do total nacional. De destacar que o distrito de Setúbal, foi aquele que registou maior número de casos.

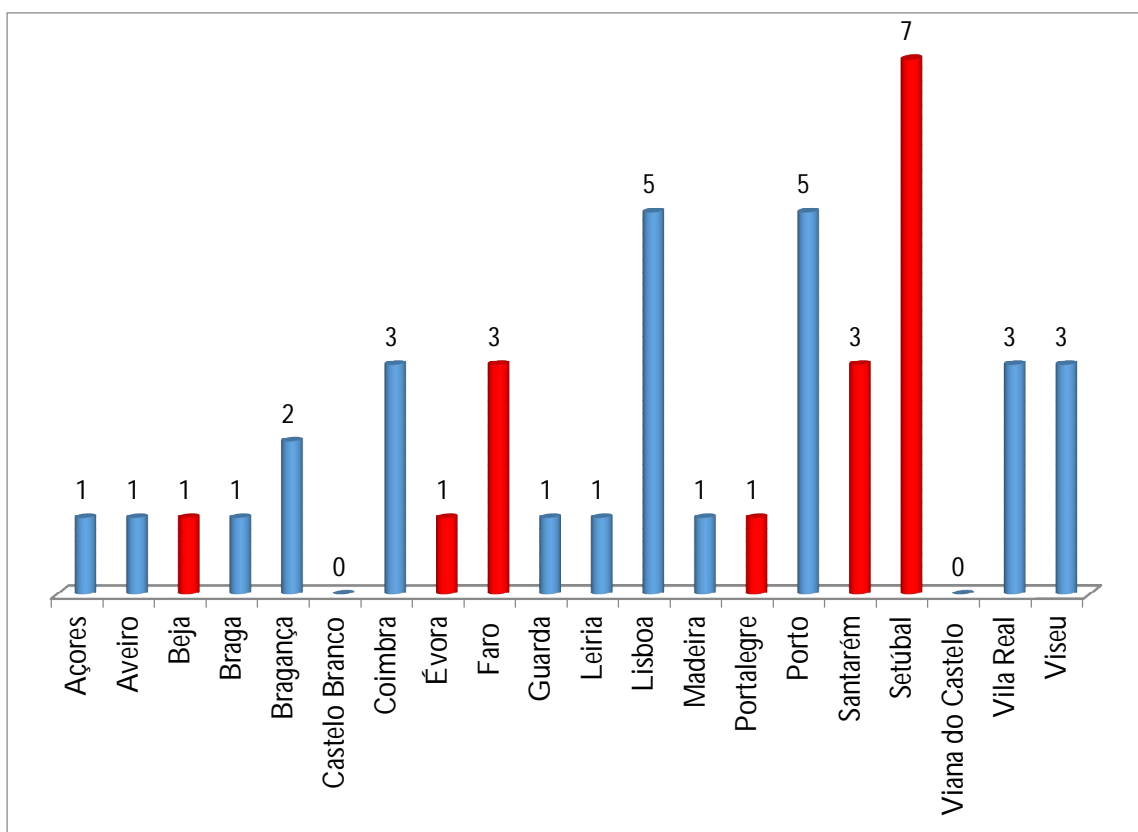


Gráfico 13: Feminicídios por distrito em 2014 (UMAR 2014)

2 – DA VIOLÊNCIA AO DIREITO

“A sede de justiça que incita os homens a realizar o ideal da cidade dos seus sonhos, a revoltar-se contra a injustiça de certos atos, de certas situações, fornece uma motivação suficiente para os mais sublimes sacrifícios bem como para as piores malfetorias. O mesmo impulso entusiasta que os lança em busca de um mundo melhor pode varrer sem piedade tudo o que se lhe põe como obstáculo: «pereat mundus, fiat justitia».”

Chaim Perelman

2.1 – O Direito e as reivindicações feministas

A violência doméstica é um flagelo social que remonta há centenas de anos, no entanto, a verdadeira perceção de que é ilícita e altamente consequencial, apenas se instalou na sociedade portuguesa há aproximadamente trinta anos.

Durante gerações estas práticas foram toleradas e encaradas como algo que escapava por completo à tutela do Direito e do Estado. A violência exercida contra as mulheres, no seio familiar, era considerada apenas e só como um eventual excesso do *ius corrigendi*³⁸, direito que decorria da obrigação de obediência a que, por força da lei, estavam sujeitas as mulheres casadas. Ou seja, em causa não estava a censurabilidade da conduta, mas sim a aferição do grau do exercício dessa mesma conduta. Este *ius corrigendi* foi transversalmente aceite, tendo havido em tempos uma regra não escrita, denominada “a regra do dedo polegar” segundo a qual ao marido assistia o direito de punir a sua mulher com uma vergasta de espessura não superior à do seu dedo polegar.

Se recuarmos até ao século XIV, num texto de direito vigente na pacífica e civilizada Flandres³⁹, pode ler-se que “*O marido pode bater na mulher, cortá-la de alto a baixo e aquecer os pés no seu sangue desde que a torne a coser e ela sobreviva*”. Isto é, o marido

³⁸ Cfr. Acórdão do TRL de 03-05-1952, publicado no Boletim do Ministério da Justiça, nº 33, 1952, p. 285.

³⁹ Art. 18º do Costume de Namur de 1558, in Costa e Coutinho (2003) *op cit.*, p. 10

podia infligir, indiscriminadamente, maus tratos sobre a mulher, desde que desses não resultasse a sua morte⁴⁰.

Em comparação com as normas referidas, as portuguesas eram tidas como mais brandas, porquanto as Ordenações Filipinas apenas permitiam: o castigo moderado; a submissão a cárcere privado; e a morte em caso de adultério. Quando as ofensas à integridade física ao cônjuge, fossem determinadas por uma situação de flagrante adultério, havia uma *"causa de exclusão da culpabilidade"*⁴¹, pois *"a ira causada pelo adultério é um estado emotivo"*⁴², mas, de qualquer modo, *"também as ofensas corporais devem ser praticadas in continenti ou enquanto subsista o estado de ira, para que exista uma causa justa, devendo haver uma certa proporção da ofensa à ira"*⁴³.

Em situação reversa, os últimos anos têm sido de intensa produção teórica e empírica em torno da ligação entre o feminismo e o Direito, emergindo estudos feministas críticos do Direito como um importante espaço de debate e reflexão que desafia o seu cânone mais tradicional. A grande questão, consiste em saber se o Direito pode ser um instrumento de promoção da igualdade e um recurso efetivo das mulheres para a garantia dos seus direitos, ou se, pelo contrário, consiste num sistema de opressão.

Na segunda parte do século XX, as teóricas feministas demonstraram que a produção masculina do conhecimento criou hierarquias que consignaram as mulheres para a inferioridade e exclusão, o que as levou a intentarem compreender a construção da matriz do Direito na qual assenta o *status quo* patriarcal para o conseguirem questionar⁴⁴. Se há dúvidas que o Direito produz, *per se*, relações

⁴⁰ Maria Teresa Féria (2005)

⁴¹ Gabriela Salgueiro (2012) *op. Cit.* pp. 223.

⁴² *ibidem*

⁴³ *ibidem*

⁴⁴ Para uma contextualização histórica, ver o artigo escrito por Mary Joe Frug *"A Postmodern Feminist Legal Manifesto"*, publicado em março de 1992 na Harvard Law Review, onde se explora as teorias feministas do Direito aplicadas à violência contra as mulheres.

patriarcais⁴⁵, o mesmo já não acontece relativamente à contribuição que aquele dá à perpetuação, legitimação e reprodução das mesmas na sociedade.

O estado da arte sobre esta questão permite reunir um conjunto de argumentos, que evidenciam a ineficácia do Direito nas lutas pela igualdade, nomeadamente no modo como lida com o binómio igualdade/diferença. Na década de 1970, as feministas liberais, reivindicando a igualdade entre homens e mulheres, exigiram transformações no Direito de modo a que este respondesse da mesma forma a problemas jurídicos semelhantes⁴⁶, sugerindo assim que, a igualdade para as mulheres poderia ser alcançada através da eliminação das diferenças de género na lei.

A este respeito, Drucilla Cornell explica que *"não é uma reivindicação feminista que as mulheres sejam consideradas iguais aos homens, mas sim que o sexo feminino tenha valor equivalente ao sexo masculino, de maneira a que, perante a lei, tenham igual peso"*. Como consequência, na década de 1980 começou a constatar-se que o discurso igualitário do Direito podia conduzir a desigualdades.

É preciso atender a que, um regime de igualdade de oportunidades não se constrói sem um pensamento social atento às diferenças e à necessidade de tratamentos diferenciados. O Direito ou procede a um entendimento parcial da identidade das mulheres com base na diferença entre os sexos, inscrevendo essas diferenças nos textos legais ou universaliza a mulher, inserindo-a numa categoria homogénea, omitindo as suas diferenças dos textos legais⁴⁷.

⁴⁵ O conceito de patriarcado tem a sua génese nas relações de domínio e submissão, mais concretamente na maneira como estas se constituíram. Este conceito percebe o Direito como um sistema patriarcal, legitimador da submissão feminina.

⁴⁶ Bartlett (1994)

⁴⁷ Madalena Duarte (2011)

2.2 – Evolução Histórica do Conceito de Violência Doméstica em Portugal

A violência doméstica contra as mulheres é um caso interessante de análise no que diz respeito ao papel do Direito, sendo profícua a produção legislativa nesta matéria. Muitas feministas⁴⁸ têm argumentado que os direitos de cidadania das mulheres não estão assegurados enquanto na esfera privada estas continuarem a ser objeto de violência.

A Revolução de 1820, apesar de ter sido inspirada nos ideais de liberdade e de igualdade, manteve a rigidez de papéis atribuídos aos homens e às mulheres, pelo que, aquilo que hoje entendemos por “violência conjugal”, não era entendido como tal. Antes pelo contrário, muitos dos comportamentos que atualmente tipificam este tipo de violência, não encontravam qualquer suporte na legislação ou na sociedade de então, onde a conceção vigente era que o bem comum da família justificava a aceitação de sacrifícios pessoais da mulher⁴⁹. Não se pretende com isto dizer que a violência conjugal se encontrava legitimada, até porque não se encontra no Código Penal de 1852 nem no Código Penal de 1886, qualquer direito do marido bater na mulher.

Com a Implantação da República em 1910, tiveram lugar alterações reveladoras de um sentimento anti-religioso, passando as sevícias e as injúrias graves a constituir causa de fundamento para o divórcio litigioso⁵⁰. Não obstante da alterações legislativas, os valores sociais enraizados na nossa sociedade sobre o conceito de família e o estatuto da mulher, não permitiram modificações práticas relevantes quanto à compreensão do fenómeno da violência conjugal.

⁴⁸ Naranch (1997)

⁴⁹ No princípio do séc. XX, a situação da mulher no seio da família era regulada pelo Código Seabra, que obrigava a mulher casada a residir no domicílio do marido e a prestar-lhe obediência. A mulher não estava autorizada a administrar, adquirir ou alienar bens, publicar escritos e a apresentar-se em juízo, sem o consentimento do marido. Este Código vigorou até 1967, e discriminava a mulher em razão do sexo e da família.

⁵⁰ Decreto de 3 de novembro de 1910.

A instauração do Estado Novo em 1926, inicia um período de retrocesso na evolução legislativa, que agravou o estatuto jurídico da mulher. Numa sociedade onde reinava um poder eminentemente patriarcal, a subserviência dos membros da família ao *pater familias* e a aceitação de uma sua respetiva “mão pesada”, era algo tido, quase na sua plenitude, como justificado tanto no direito, como na política⁵¹. Para Salazar, a família era um domínio inviolável, governado pelo chefe de família, a quem a mulher devia obediência, conceção patente na jurisprudência da época, que parecia ainda admitir a existência de um *ius corrigendi*⁵², ainda que não legalmente consagrado. Neste período procurou-se acabar com a possibilidade de dissolução do casamento através do divórcio⁵³ e, a Constituição de 1933, passou a consagrar a igualdade dos cidadãos perante a lei, com exceção das mulheres, graças às “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”⁵⁴.

As disposições do Código Civil de 1966, vigentes até à reforma de 1977, não alteraram substancialmente a situação de subalternidade das mulheres relativamente aos seus maridos, até então prevista pelo art.º 1185º do Código Civil de 1867, que impunha “naturalmente” à mulher o dever de obediência ao seu marido, a quem competia “dirigir a mulher”. Também o Código Penal, então em vigor, não previa qualquer tipo de ilícito no tocante a eventuais condutas de maus-tratos conjugais, antes conferia legitimidade ao exercício do poder de direção do marido, ao estabelecer um diferente enquadramento jurídico-penal entre o adultério do marido e o da mulher, e ao excluir a ilicitude da violação de correspondência de uma mulher casada, pelo seu marido.

Neste sentido, refere Teresa Beleza⁵⁵ que “a aceitação da legal da violência como parte do poder marital ia de par com outras normas desiguais e indignas, como as que estatuíam a quase impunidade do homicídio da mulher pelo marido em flagrante adultério, a legitimidade da violação da correspondência daquela por este

⁵¹ Teresa Beleza (1990), *op cit.*, pp. 181-182.

⁵² Neste sentido, acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 03-05-1952, in Boletim do Ministério da Justiça, nº 33, 1952, p. 285.

⁵³ Com a Concordata de 7 de maio de 1940, assinada entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

⁵⁴ Cf. art. 5º da Constituição da República Portuguesa de 1933.

⁵⁵ Teresa Beleza (2008) *op cit.*, p. 286

ou ainda a circunstância de o crime de violação pressupor legalmente a inexistência de casamento (isto é, o marido que violasse a mulher não cometia, até ao Código Penal de 1982 entrar em vigor, qualquer crime)". Nesta esteira fazemos referência ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 3 de Maio de 1952 que, no âmbito de um processo de divórcio com fundamento em agressões físicas, reconheceu ao marido "*o direito de moderada correção doméstica*".

Não há dúvida que depois do 25 de Abril a mulher passou a ser reconhecida legal e socialmente como uma cidadã com plenos direitos, começando a tomar consciência dos mesmos e a reagir aos abusos que lhe são dirigidos, abandonando o papel passivo que até então tinha tido. Foram as mudanças políticas, económicas e sociais resultantes da revolução de 25 de Abril de 1974, que permitiram significativas alterações legislativas, desde logo manifestadas na Constituição de 1976 ao consagrar o princípio da igualdade⁵⁶ e que "*os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos*"⁵⁷.

A introdução destas disposições legais, implicou a alteração do Código Civil em 1977⁵⁸ que, não só reforçava o princípio da igualdade dos cônjuges⁵⁹, como os vinculava entre si, através do dever de respeito⁶⁰, essencial no combate contra a violência doméstica⁶¹. Foi ainda reintroduzida a possibilidade de divórcio para todos os casamentos⁶².

A violência doméstica adquiriu relevo na década de 60, como uma violação dos Direitos Humanos mas, em Portugal, o seu reconhecimento enquanto problema de saúde pública, apenas teve lugar nos anos 80, privilegiando inicialmente a agressão física, rapidamente se tomou consciência que esta era acompanhada de outras formas de violência verbal, emocional, psicológica. Neste contexto, Portugal adotou diversas medidas, como a elaboração de vários planos nacionais contra a

⁵⁶ Cfr. art. 13º CRP

⁵⁷ Cfr. art. 36º CRP

⁵⁸ Através do Decreto-Lei nº 496/77, de 25 de novembro.

⁵⁹ Cfr. art. 1671º do CC.

⁶⁰ Cfr. art. 1672º do CC.

⁶¹ Elisabete Ferreira, (2005), *op cit.*, p. 42.

⁶² Face à ratificação do Protocolo Adicional à Concordata de 1940.

violência doméstica (1999, 2003, 2007, 2010, 2011 e 2014), ou a utilização dos meios e comunicação por forma de consciencialização da sociedade para esta questão.

Infelizmente, a violência doméstica faz parte da experiência de muitos lares. Em 1997, através da realização do inquérito nacional à violência contra as mulheres⁶³, concluiu-se que a casa de família é o espaço privilegiado da violência contra as mulheres sendo transversal a todas as classes sociais, diferenciando-se apenas quando analisada segundo as suas formas e tipos de manifestação. Ou seja, ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, a violência doméstica não atinge só as famílias de estratos mais desfavorecidos, mas também médicos, políticos e outros de posição social mais elevada. Por regra, a violência é o resultado da existência de uma ordem hierárquica, onde alguém acha que os outros não são tão importantes como ele próprio.

2.3 – Os planos nacionais contra a violência doméstica

Não obstante a violência contra as mulheres começar, na década de 1960/70, a emergir nos feminismos europeus como uma prioridade, esta reivindicação só teve eco público em Portugal nos finais da década de 90, por pressão de associações que continuaram a batalhar nesta causa e pela agenda europeia institucional da igualdade de género, que influenciou o governo, para além das medidas legislativas apresentadas desde 1999, a elaborar e a implementar Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, entendidos como instrumentos de sustentação da ação política para a prevenção no âmbito da violência doméstica. Cada plano tem a vigência de três anos⁶⁴ e contém um conjunto de medidas e orientações que devem ser levados em conta pelos atores políticos e sociais.

⁶³ Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997)

⁶⁴Duração dos planos: I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999 a 2003); II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006); III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010); IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013); V Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e de Género (2015-2017).

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de junho, surge o I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), que reconhece a violência doméstica como um flagelo e coloca em causa a vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana. O I Plano, coordenado pelo Alto Comissário para as Questões de Promoção e Igualdade e da Família, definia um conjunto de medidas e objetivos mais ambiciosos, tentando superar a Lei n.º 61/91⁶⁵, provendo o país de “um programa que, de forma integrada e coerente, congrega um conjunto de medidas a adotar a vários níveis (justiça, administração interna, educação, saúde, entre outras), seguindo a orientação que tem presidido à elaboração dos mais recentes documentos internacionais sobre esta matéria adotados pela Organização das Nações Unidas e pelo Conselho da Europa”⁶⁶. Este plano era destinado às vítimas particularmente vulneráveis à violência doméstica, nomeadamente às crianças, às mulheres e aos idosos e, entre outras medidas, propunha desenvolver uma rede de refúgio e a promoção da autonomização das vítimas, facilitando o seu acesso a cursos de formação profissional, bem como o acompanhamento e aconselhamento gratuitos, a fim de lhes facilitar um projeto de vida autónoma. Havia ainda a preocupação de integração social dos agressores, na medida em que considerava a possibilidade destes (re)aprenderem comportamento destituídos de violência.

Como resposta de apoio social individual às vítimas é criada a “casa de apoio” que assegurava o atendimento e o acolhimento ou abrigo, sendo aprovada a Lei n.º 107/99, de 3 de agosto e regulamentada em 2000⁶⁷, que estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência. Em 2009 é criada uma lei integradora⁶⁸, que agrega um novo conjunto de dispositivos normativos avulsos, estabelecendo um regulamento unificado da prevenção da violência doméstica, da proteção e da assistência às suas vítimas, definindo-a como “pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causada por

⁶⁵ Que visa garantir proteção adequada às mulheres vítimas de violência.

⁶⁶ DGAI, 2012

⁶⁷ Pelo Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de dezembro.

⁶⁸ Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do Código Penal”⁶⁹.

Em julho de 2003, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, é aprovado o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, coordenado pela Comissão para a Igualdade e para o Direito das Mulheres, que define a violência doméstica como “toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus-tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica”, abrangendo sobretudo as mulheres mas também afetando “crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes”⁷⁰. Este plano reforçava a importância de uma rede de organismos públicos e privados que lidam com a violência doméstica, e a qualidade do serviço prestada às vítimas, apontando como necessárias a implementação de regras mínimas no seu atendimento, acolhimento e encaminhamento, adequado a resposta à situação em particular.

Em junho de 2007, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, foi aprovado o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, coordenado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, definindo-se como um instrumento de desenvolvimento de estratégia nacional e de alteração de mentalidades, com o empoderamento e a autodeterminação das vítimas e a redução do risco de vitimação, reforçando o apoio e acolhimento das vítimas, numa lógica de reinserção e autonomia, bem como a punição dos agressores, e a sua recuperação sempre que possível. Nesse sentido, o plano estruturou-se a partir de cinco áreas consideradas estratégicas: 1) Informar, sensibilizar e educar; 2) Proteger as vítimas e prevenir a revitimação; 3) Capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica; 4) Qualificar os profissionais; 5) Aprofundar o conhecimento do fenómeno da violência doméstica.

⁶⁹ Cfr. Alínea a) do artigo 2.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

⁷⁰ DGAI, 2012

O III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica dá relevância à violência de género e à importância de colocar a igualdade de género na atualidade. *"A violência doméstica identifica vários sub-universos de pessoas-vítimas, coabitantes ou não, sejam estas adultas ou crianças, do sexo masculino ou feminino."*⁷¹ A violência doméstica é *"uma questão de violência de género"* e é *"um forte impedimento ao bem-estar físico, psíquico e social de todo o ser humano e um atentado aos seus direitos à vida, à liberdade e à integridade física e emocional"*⁷².

Neste domínio, ganham uma particular relevância os atos legislativos, como a autonomização do crime de violência doméstica e alargamento do seu âmbito, no artigo 152º do CP⁷³, e a Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas, e que ampliou as possibilidades de aplicação das medidas de coação, nomeadamente recorrendo a meios técnicos de controlo à distância e introduzindo o carácter de urgência na aplicação das medidas. A Lei 104/2009, de 14 de setembro, permitiu aperfeiçoar os mecanismos de apoio financeiro imediato a vítimas de violência doméstica e o Decreto-Lei nº 201/2007, de 24 de maio⁷⁴, veio possibilitar a isenção do pagamento de taxas moderadoras no acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte das vítimas de violência doméstica.

O IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica⁷⁵, *"definindo-se como um instrumento de políticas públicas de combate à violência doméstica e de género, numa lógica de proximidade, procurando criar uma política concertada na prevenção das situações de violência doméstica, realizando uma intervenção ao nível das medidas de proteção e de reinserção das vítimas, como um dos objetivos nucleares para que se alcance uma sociedade mais justa e igualitária e ainda promover a qualificação dos profissionais que atuam nesta área, com a finalidade de melhorar os indicadores deste fenómeno"*⁷⁶.

⁷¹ *ibidem*

⁷² *ibidem*

⁷³ Lei nº 59/2007 de 4 de setembro

⁷⁴ Com o Despacho nº 20509/2008, de 5 de agosto

⁷⁵ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2010 de 17 de dezembro.

⁷⁶ AMCV (2013) e Perista, Cardoso, Silva, & Quintal (2013)

Este plano pretendia abordar a violência doméstica mais numa ótica criminológica e conjuntural e não tanto como um fenómeno estrutural presente na sociedade portuguesa, tendo ficado um pouco aquém das orientações internacionais e europeias, cujo objetivo era focar os planos no combate à violência de género ou no combate à violência contra as mulheres. Por exemplo, de acordo com o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, *“o conceito de violência doméstica abrange todos os atos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o artigo 152º do Código Penal”*.

No período de vigência deste plano, foram introduzidas importantes alterações legislativas, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, que isenta do pagamento das taxas moderadoras nos atendimentos urgentes e atos complementares decorrentes de atendimentos a vítimas de violência doméstica; O Despacho n.º 7108/2011, de 11 de maio, que estabelece os critérios de atribuição do estatuto de vítima, pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, à vítima de violência doméstica; e a Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 21 de janeiro, que aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011.

O V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género⁷⁷, procura difundir uma cultura de igualdade e não-violência, assumindo o objetivo de tornar Portugal um país livre de violência de género, incluindo a violência doméstica, onde mulheres e homens, independentemente da sua origem étnica, idade, condição socioeconómica, deficiência, religião, orientação sexual ou identidade de género possam aspirar, em igualdade, a viver numa sociedade livre de violência e de discriminação. Em linha com o preconizado pelo Conselho da Europa através da Convenção de Istambul, o âmbito de aplicação, até aqui circunscrito à violência doméstica, foi alargado, passando a abranger outras formas de violência de género, como a mutilação genital feminina e as agressões sexuais, visando o combate a uma das mais graves violações de direitos humanos cometidos

⁷⁷ Aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 12 de Dezembro.

contra raparigas e mulheres. Uma sociedade com uma forte matriz de respeito pelos direitos humanos fundamentais.

No que diz respeito à violência doméstica, visa consolidar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, assimilando as mais recentes orientações europeias e internacionais sobre a matéria. Assim, são definidas estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores, do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos profissionais envolvidos e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país.

Este V Plano estrutura-se em cinco áreas estratégicas: 1) Prevenir, sensibilizar e educar; 2) Proteger as vítimas e promover a sua integração; 3) Intervir junto de agressores; 4) Formar e qualificar profissionais; 5) Investigar e monitorizar.

Em suma, os planos pretendem conseguir as mudanças de natureza não legal necessárias a conseguir a plena igualdade para as mulheres, assumindo-se como estratégias de promoção da igualdade de género, cidadania e não discriminação e de medidas de ação positiva, especificamente dirigidas às realidades de vários setores. Estes planos contribuíram para um aumento do apoio institucional prestado às vítimas, traduzido por um maior investimento por parte das forças de segurança nesta área, numa multiplicação das estruturas de atendimento e num aumento considerável das casas abrigo.

2.4 – Dos maus tratos à violência doméstica: A evolução do tipo legal

A criminalização das ofensas levadas a cabo no seio doméstico e nas relações intraconjugais ocorreu a partir do Código Penal de 1982. Eduardo Correia, na esteira do Código Penal Suíço, introduziu no Anteprojeto do Código Penal de 1966 de sua autoria, nos artigos 166º e 167º, o crime de “maus-tratos a crianças” que, após passar pelo crivo da Comissão Revisora de 1979, se convolou em “maus tratos

ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges”, mais propriamente o artigo 153º do Código Penal de 1982⁷⁸.

A redação do artigo 153º, que consagrou o crime de maus-tratos a cônjuge na ordem jurídica portuguesa, nunca satisfaz totalmente as organizações feministas, que consideravam ambíguos os seus contornos de aplicação, pois apesar do crime revestir natureza pública, o preceito legal apenas poderia ser aplicado aos casos mais chocantes de maus tratos a crianças e de sobrecarga de menores e subordinados⁷⁹, exigindo ainda a verificação de um dolo específico⁸⁰. Assim, a jurisprudência entendia que, para se estar efetivamente perante uma situação de maus tratos entre cônjuges, a violência perpetrada teria de ser devido a malvadez ou egoísmo, exigindo a verificação de um dolo específico, caso contrário, a infligência de maus tratos físicos, o tratamento cruel ou a negação de prestar assistência apenas poderiam ser punidas como ofensas à integridade física⁸¹. A escassa jurisprudência dos tribunais superiores dessa época sobre o crime de maus tratos teve, como traço comum, essa exigibilidade específica de “malvadez ou egoísmo”⁸².

Tal previsão legal encontrava-se desfasada da realidade e das necessidades jurídico-penais da altura, sendo imprescindível um acautelamento mais pormenorizado do fenómeno em causa. Jorge de Figueiredo Dias alertou⁸³, embora sem acolhimento na versão final do artigo, para o facto de ser desnecessária a referência à malvadez e egoísmo, porque o artigo desprovido de tal especificação já tinha “carga ética suficiente”. Assim, a Lei n.º 61/91 de 13 de agosto, dirigida para a violência contra a mulher, visou garantir mecanismos de proteção legal das mulheres vítimas de violência, através da implementação de estruturas de prevenção e de

⁷⁸ Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal (1979) p.77

⁷⁹ Eduardo Correia, (1978) *op cit.*, p. 78.

⁸⁰ Tereza Beleza (1989) recusa esta terminologia, chamando-lhes “*elementos subjetivos especiais da ilicitude*”, *op. Cit.* pp. 25-26.

⁸¹ Como exemplo, o Acórdão do TRC de 30-05-1984, *in* Boletim do Ministério da Justiça, nº 347, que considera “*as ofensas corporais entre cônjuges (art.º 153º do CP) só não são perdoáveis pelo ofendido quando cometidas com malvadez ou por egoísmo, tal como sucede em relação às ofensas ou maus tratos infligidos a menores.*”

⁸² Acórdão do TRP de 14-5-1986, *in* Boletim do Ministério da Justiça, nº 357; Acórdão do TRC de 5-6-1985, *in* Boletim do Ministério da Justiça, nº 348; Acórdão do STJ de 16-12-1992, *in* Boletim do Ministério da Justiça, nº 422; e Acórdão do STJ de 14-11-1997, *in* Colectânea de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, 1997, tomo 3, p. 235.

⁸³ *in* Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal (1979), p.78.

apoio, com centros de atendimento e acolhimento financiados pelo Estado, a garantia do adiantamento da indemnização às vítimas de crime, possibilidade de aplicação da medida de coação de afastamento da residência da vítima, e a possibilidade de imposição de não continuidade à atividade criminosa, como condição para suspensão da pena.

Na revisão do Código Penal de 1995⁸⁴ o legislador introduziu alterações significativas ao crime de maus tratos. O conceito passou a estar previsto no artigo 152º, com a epígrafe “Crime de maus-tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge”, desaparecendo a referência ao dolo específico e o requisito de malvadez e egoísmo. A moldura penal foi alterada para 1 a 5 anos, a conduta punível passou a abranger os maus-tratos psíquicos, alargou-se o âmbito de aplicação do preceito aos que viviam em condições equiparadas às dos cônjuges e, eliminou-se a possibilidade de aplicação deste artigo quando as ofensas pudessem consubstanciar ofensas à integridade física qualificada. Com estas alterações ficou assente a natureza semipública do crime, passando o procedimento criminal a depender de queixa.

No âmbito da resolução do Conselho de Ministros n.º49/97, de 24 de março, foi aprovado o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, com o objetivo primordial de integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todas as políticas económicas, sociais e culturais, através de um conjunto de medidas com vista à proteção das mulheres vítimas de violência. Apesar de, para a sua concretização, se ter previsto a participação de diversos Ministérios⁸⁵, foi o Ministério da Administração Interna, através da Resolução do Conselho de Ministros nº6/99, de 8 de fevereiro, a desenvolver um programa específico de apoio à vítima, denominado “INOVAR”.

O projeto “INOVAR” - Iniciar uma Nova Orientação à Vítima por uma Atitude Responsável – pretendia desenvolver um conjunto de iniciativas no apoio e proteção às vítimas de violência doméstica com: 1) Criação de um indicador

⁸⁴ Alteração operada pela Lei nº48/95 de 15 de março.

⁸⁵ Nomeadamente o Ministério das Finanças, da Justiça, da Administração Interna e da Solidariedade e Segurança Social.

estatístico nacional de violência doméstica⁸⁶; 2) Atendimento especializado por agentes femininos e implantação de salas de atendimento; 3) Elaboração do Guia do Novo Rumo e Plano de Segurança Pessoal⁸⁷; 4) Manual de atendimento às vítimas⁸⁸; 5) Cooperação com o Instituto de Medicina Legal; 6) Formação específica para oficiais e agentes.

Com as alterações introduzidas pela Lei nº65/98 de 2 de setembro, o crime passou a ter natureza semipública, ou seja, o procedimento continuava a depender de queixa, mas era agora possível ao Ministério Público abrir inquérito e avançar com o processo no interesse da vítima, podendo esta opor-se até à dedução da acusação. O legislador optou por manter a definição do tipo legal e moldura penal, mas alterou a epígrafe do artigo para “Maus tratos e infrações de regras de segurança”.

Em 2000, houve uma alteração significativa no regime penal do crime de maus-tratos, que passou a ser de natureza pública, não dependendo o procedimento de queixa. Mantendo a epígrafe do artigo, alargou-se a qualidade de sujeito passivo ao progenitor de descendente comum em 1º grau e, acrescentou-se à pena principal, cuja moldura penal manteve, uma pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo o afastamento da residência desta, por um período máximo de 2 anos.

A reforma penal aprovada pela Lei n.º59/2007, de 4 de setembro, operou transformações em duas frentes que marcaram uma nova etapa no panorama político-criminal no combate à violência doméstica. Desde logo, no âmbito do homicídio qualificado (alínea *b*) do nº2 do art. 132º) que, por remissão do artigo 145º, o liga às ofensas à integridade física dolosas; e na autonomização do tipo legal

⁸⁶ Com a publicação do Despacho nº16/98, a 9 de março de 1998, tanto a PSP como a GNR passaram a registar de forma autónoma o crime de violência doméstica, que até esta data era classificado como ofensas corporais.

⁸⁷ Para auxílio das vítimas de violência doméstica, permitindo-lhes a adoção de medidas de auto-defesa e proteção.

⁸⁸ Com a finalidade de uniformizar comportamentos e ações por parte dos agentes de segurança no atendimento às vítimas.

do crime intitulado “violência doméstica”, previsto e punido pelo artigo 152º, até aí chamado crime de “maus tratos e infração de regras de segurança”.

O legislador introduziu ainda alterações importantes como: 1) A eliminação dos requisitos de reiteração ou intensidade, visando colocar um fim na discussão jurisprudencial, ao prever expressamente que os maus tratos físicos ou psíquicos relevantes para a qualificação do tipo legal de crime de violência doméstica podem ser infligidos de modo reiterado ou não⁸⁹; 2) O alargamento do tipo relacional existente entre agente e vítima para a qualificação do crime; 3) Alargamento das possibilidades de aplicação de penas acessórias⁹⁰ e aumento da sua moldura penal; 4) Para além da agravação em função do resultado, passou a prevêr a agravação em função das circunstâncias; 5) Agravou as penas quando o ato for praticado contra menor ou na sua presença, no domicílio comum ou no domicílio da vítima.

Através da Lei nº19/2013 de fevereiro⁹¹, foram novamente alargados os sujeitos passivos protegidos pelo artigo 152º do CP, passando a abranger todas as situações de namoro, mesmo quando não exista coabitação.

A Lei n.º106/2015, de 25 de agosto⁹², integra a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária no âmbito dos objetivos e competências dos Conselhos Municipais de Segurança. No que à violência doméstica diz respeito, os Conselhos Municipais de Segurança passam a ter como objetivo apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição deste crime, através da avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica e tendo em conta os diversos

⁸⁹ A versão apresentada pelo Anteprojeto de Revisão do Código Penal de 2007, consagrava a expressão “de modo intenso ou reiterado”, e foi altamente contestada na altura por várias organizações de mulheres.

⁹⁰ Além da possibilidade de aplicação da pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo o afastamento da residência desta, o legislador prevê agora o afastamento do local de trabalho da vítima; a possibilidade de a pena acessória ser controlada com recurso a meios técnicos de controlo à distância; a possibilidade de aplicação da pena acessória de proibição de uso e porte de arma; obrigação de frequência de programas específicos de prevenção de violência doméstica; e a possibilidade de inibição do exercício do poder paternal.

⁹¹ Lei n.º19/2013 de 21 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas.

⁹² Procede à primeira alteração à Lei n.º33/98, de 18 de julho, que instituiu os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação.

instrumentos nacionais para o seu combate, nomeadamente os Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

A Lei n.º121/2015, de 1 de setembro⁹³ prevê que, em casos devidamente fundamentados de especial situação de carência e falta de meios de subsistência, o montante do adiantamento da indemnização à vítima possa ser concedido numa única prestação. Esta alteração fundamenta-se no facto de as vítimas de violência doméstica, muitas vezes o serem por não disporem de meios financeiros para recomeçar sozinhas.

Entre outras medidas, esta lei prevê: O apoio ao arrendamento, à atribuição de fogo social ou a modalidade específica equiparável; O direito ao rendimento social de inserção, com carácter de urgência; Assegura a prioridade no acesso às ofertas de emprego, à integração em programas de formação profissional ou outra medida ativa de emprego, com prioridade no atendimento nos centros de emprego e formação profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em condições de privacidade; Acompanhamento e a proteção policial das vítimas; Elaboração de plano de segurança; Apoio da linha telefónica de auxílio; Acesso mais célere a casas de abrigo; Tratamento médico hospitalar dentro do serviço nacional de saúde.

A publicação da Lei n.º129/2015⁹⁴ de 3 de setembro, procedeu à terceira alteração do regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e assistência das vítimas, reforçando os seus direitos, e fornecendo-lhes um acompanhamento mais humano através de: 1) Prestar à vítima informação adequada à tutela dos seus direitos; 2) Quando existam filhos menores, o regime de visitas do agressor deve ser avaliado, podendo ser suspenso ou condicionado, nos termos da lei aplicável; 3) Passa a ser assegurado um nível adequado de proteção à vítima quando as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de

⁹³ Constitui a primeira alteração à Lei n.º104/2009, de 14 de setembro, que aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.

⁹⁴Procede à terceira alteração à Lei n.º112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.

represálias, de situações de revitimização, ou fortes indícios que a sua privacidade possa ser perturbada; 4) Passa a ser obrigatório o juiz ou (durante a fase de inquérito) o Ministério Público, determinarem que seja assegurado apoio psicossocial e proteção por teleassistência à vítima; 5) Reconhece-se à vítima o direito de retirar da residência todos os seus bens de uso pessoal.

3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

"A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz."

Kofi Annan, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas⁹⁵.

3.1 – Os Impulsos Legislativos Internacionais

A violência contra as mulheres, constitui não só uma dura realidade, como uma grave violação dos direitos humanos manifestando-se de diversas formas e generalizadamente no mundo, de forma duradoura e persistente tendo, nos últimos anos, assumido um significado e importância crescente na área dos Direitos Humanos. Esta violência resulta de uma desigualdade enraizada, e durante séculos culturalmente tolerada e encarada com absoluta naturalidade, fazendo parte dos comportamentos tidos como aceitáveis.

As questões relacionadas com a violência sobre as mulheres foram, durante largos anos, colocadas em segundo plano. Eram questões de menor interesse, que não assumiam importância na luta política, apesar da constante batalha dos movimentos feministas para retirar a discriminação e a violência contra as mulheres, do mundo privado das famílias e por dar voz às vítimas.

Os avanços verificados nos últimos anos, tanto a nível da compreensão e do estudo da violência, como das suas consequências nas vítimas e na sociedade, refletiram-se ao nível da execução de políticas públicas, que permitiram perceber a violência de género como um problema político, um problema de cidadania e um problema de direitos. A evolução e o consenso internacional estão associados à

⁹⁵ Discurso de Kofi Annan, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas - "Um Mundo Livre de Violência Contra a Mulher", das Nações Unidas Videoconferência Global, 08 de março de 1999.

maior e mais visível participação das mulheres na sociedade em geral e na política em particular. O assumir as questões de género e as questões da participação das mulheres enquanto membros ativos na comunidade, contribuiu de forma imperiosa para colocar o combate à violência na agenda política.

Foi em meados do Século XX, que a questão da violência doméstica começou a ser abordada e combatida pelas organizações internacionais, apesar de o primeiro instrumento a considerar como fundamental a igualdade entre homens e mulheres⁹⁶ - A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) - reportar a 1948.

No início esta Declaração, adotada pelas Nações Unidas, ter natureza jurídica de ato interno da Organização Internacional, não tinha força de lei, representando apenas um padrão ideal sustentado em comum por nações no mundo inteiro, delineador dos direitos fundamentais que formam a base para uma sociedade democrática.

As normas que versam sobre direitos humanos, são valores que a sociedade internacional considera de extrema importância para a proteção da vida e da dignidade humana, devendo ser respeitadas e obedecidas pelos Estados. Assim, é atualmente unânime o entendimento que os princípios estabelecidos na DUDH são normas consideradas de *jus cogens*⁹⁷, preceitos aos quais a sociedade internacional confere maior relevância e que adquirem prioridade dentro da ordem jurídica internacional, atribuindo maior proteção a certos valores entendidos como prioritários e essenciais para a vida em sociedade.

⁹⁶ Cfr. Art. 7º da DUDH: "*Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.*"

⁹⁷ O *jus cogens* é um Direito reconhecido e aceite no plano jurídico internacional de forma imperativa, não sendo admitido disposição em contrário, podendo apenas ser alterado em razão de outra norma de Direito Internacional com igual grandeza. A Convenção de Viena sobre os Tratados, assinada em 23 de maio de 1969, reforça a noção do *jus cogens* nos artigos 53º e 64º, onde prevê a nulidade do tratado que, no momento da sua conclusão, seja incompatível com uma norma imperativa de Direito Internacional geral. Uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu todo como norma cuja derrogação não é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de Direito Internacional geral com a mesma natureza. Se sobrevier uma nova norma imperativa de Direito Internacional, geral, qualquer tratado existente que seja incompatível com essa norma torna-se nulo e cessa a sua vigência.

A DUDH foi o ponto de partida para a adoção de outros Pactos Internacionais e de várias Convenções que versam sobre direitos humanos, prevenindo e proibindo abusos específicos. Entre eles, destacamos a CEDAW⁹⁸, idealizada após a Assembleia Geral da ONU instituir a “Comissão sobre o Status da Mulher” cujo principal objetivo era estudar, analisar e emitir recomendações que seriam o suporte aos diversos Estados, no avanço de políticas que visassem o desenvolvimento das mulheres enquanto seres humanos.

3.1.1. – A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW

A CEDAW foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1979, como um documento fundamental na evolução do pensamento internacional sobre o princípio da igualdade e do combate à discriminação, reunindo todas as questões relativas aos direitos políticos, sociais e culturais das mulheres. Com o intuito de criar uma igualdade de género não apenas na lei e nos princípios, mas também na prática da vida real e do quotidiano, a CEDAW transformou-se no segundo tratado de direitos humanos mais ratificado do mundo, sendo considerada a *Magna Carta dos Direitos das Mulheres*.

A CEDAW foi aprovada para ratificação pela Lei n.º23/80, de 26 de julho, comprometendo-se os Estados Parte⁹⁹ que a ratificaram, a eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, construindo a igualdade em todos os domínios. No entanto, no texto da CEDAW não é feita, de forma expressa, referência à violência contra as mulheres, o que levou o Comité que vela pela aplicação da Convenção a esclarecer, em 1992, através da Recomendação Geral

⁹⁸ http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_5.htm

⁹⁹ Portugal assinou a CEDAW em 24 de abril de 1980, aprovou-a pela Lei n.º23/80, de 26 de julho e depositou o seu instrumento de ratificação junto do Secretário Geral das Nações Unidas a 30 de julho de 1980, pertencendo ao grupo de Estados parte originários deste tratado, que vigora no nosso ordenamento desde 3 de setembro de 1981, data de entrada em vigor na ordem jurídica internacional.

nº19¹⁰⁰, que tanto a violência contra as mulheres como a violência de género, se encontram proibidas pela Convenção, porque ambas constituem uma forma de discriminação.

O tempo demonstrou que, para além dos mecanismos de aplicação e acompanhamento estabelecidos na CEDAW, era necessário intensificar os mecanismos de proteção e promoção dos direitos das mulheres. Assim, após vinte anos de intensas negociações, foi adotado um Protocolo Adicional à CEDAW, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 6 de outubro de 1999, que estabeleceu o direito de as mulheres pedirem reparação pela violação dos seus direitos humanos, incluindo em casos de violência com base no sexo.

O Protocolo Adicional à Convenção, aumenta a eficácia deste instrumento, ao prever dois tipos de procedimento: o primeiro permite a apresentação de queixas por alegadas violações dos direitos estabelecidos na CEDAW; o segundo, é um procedimento de inquérito que o Comité da CEDAW pode iniciar quando haja informação credível sobre a violação grave ou sistemática dos mesmos direitos.

Os anos de 1980 e 1990, tiveram em comum uma mobilização das mulheres em torno de diversas conferências internacionais, encaradas como momentos de reflexão e de tentativa de comprometer governos com plataformas de ação para eliminar discriminações inserindo-se oficialmente os direitos das mulheres na área dos direitos humanos, promovendo novas alianças, ainda que momentâneas e frágeis, entre as diversas perspetivas e correntes do movimento.

¹⁰⁰ A CEDAW define, no artigo 1º, a discriminação contra as mulheres, onde inclui a violência baseada no género, percebendo-a como forma de violência dirigida contra a mulher por ser mulher. Esta violência inclui os atos que infligem danos ou sofrimento físico, mental ou sexual, as ameaças de cometer esses atos, a coerção e outras formas de privações da liberdade.

3.1.2. – A Convenção de Istambul

Diariamente, um número significativo de mulheres, de todas as idades e proveniências, são vítimas de um tipo de violência que nem sempre é levado a sério pela sociedade ou pelas autoridades, fruto de uma desigualdade social enraizada e, durante muitos anos culturalmente tolerada e negada. A violência contra as mulheres constitui uma realidade insuportável, que se manifesta de diversas formas e de forma generalizada, de modo duradouro e persistente, contra a qual se tem lutado intensamente em Portugal e no resto do mundo, através da execução de políticas públicas.

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, ou Convenção de Istambul, por ter sido aberta para ratificação, a todos os países do globo, naquela cidade turca em Maio de 2011, por ocasião da Sessão do Comité de Ministros do Conselho da Europa, reconhece e revela a violência contra as mulheres e a violência doméstica numa perspetiva de género centrando-se nas causas estruturais desta violência. Ou seja, partindo da noção que a violência de género é uma situação estrutural, defende-se que a real igualdade entre homens e mulheres apenas será atingida através da adoção e desenvolvimento de políticas integradas, para reforçar a prevenção e a proteção das vítimas, avançar para a criminalização das diversas formas de violência contra as mulheres e consequente punição dos agressores, proibindo que as tradições, a cultura e a “defesa da honra”, continuem a ser utilizadas como justificação para a violência.

A Convenção de Istambul é o primeiro instrumento jurídico internacional com força de lei em matéria de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica na Europa, um instrumento inovador na luta contra a violência de género, que incita os Estados que a ratificaram a agir de forma mais integrada no combate à violência contra as mulheres e, em particular, à violência doméstica. Este documento é uma iniciativa do Conselho da Europa que pode, ao

contrário da Convenção dos Direitos Humanos, ser subscrita por qualquer país, membro do Conselho ou não¹⁰¹.

Segundo Nils Muižnieks¹⁰², esta Convenção tem potencial para se tornar num poderoso motor de progresso no combate a este tipo de violação dos direitos humanos, representando a sua entrada em vigor um sinal de compromisso com milhões de mulheres, pelo simples facto de obrigar todos os Estados que a ratificaram, a transpor para as suas ordens jurídicas nacionais, as alterações necessárias para criminalizar determinados comportamentos como a violência doméstica, violência física e psicológica, o *stalking*, os casamentos forçados, a mutilação genital feminina, entre outros. Acima de tudo, promove uma mudança de mentalidades na sociedade, para que a violência exercida sobre as mulheres seja considerada não só como uma violação dos direitos humanos, mas como uma forma de discriminação.

Portugal, foi o primeiro país da UE a ratificar, em fevereiro de 2013, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, que entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2014, colocando-se na linha da frente dos países que afirmaram o seu compromisso com esta Convenção, consciente que, apesar do trabalho desenvolvido, a violência contra as mulheres continua a justificar todos os esforços para melhorar a eficácia deste combate. Portugal é reconhecido internacionalmente pelas suas boas práticas no combate à violência de género, promovendo políticas públicas sustentáveis e sustentadas encontrando-se, segundo o estudo publicado pela Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, entre os dez Estados onde a situação da violência sobre as mulheres é menos severa.

Resumindo, a Convenção de Istambul desafia os Estados subscritores a focarem-se na prevenção, proteção, penalização e criação políticas integradas, porquanto a mesma: 1) Conceptualiza a violência de género contra as mulheres

¹⁰¹ Cfr. N.º1 do art. 75º da Convenção de Istambul.

¹⁰² Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa desde 1 de abril de 2012.

como expressão das discriminações de género e como violação dos direitos humanos; 2) Enquadra distintivamente a violência de género contra as mulheres e a violência doméstica; 3) Reconhece e valoriza o papel, saberes e competências das organizações de mulheres; 4) Identifica as diversas formas de violência de género contra as mulheres; 5) Enfatiza a necessidade de medidas de proteção e apoio às vítimas das diversas formas de violência e de forma integrada e articulada; 6) Acentua a necessidade da prevenção como motor da consciencialização para a mudança; 7) Antecipa a integração e articulação das políticas públicas com os recursos disponíveis, ou a criar, prevendo a participação dos parlamentos, bem como a criação de um sistema de monitorização, capaz de avaliar o impacto das medidas de prevenção, proteção e punição propostas; 8) Devem os Estados articular o disposto na Convenção com outros instrumentos internacionais de referência no âmbito dos direitos das mulheres e da violência contra as mulheres¹⁰³; 9) Os Estados subscritores devem enfatizar e promover uma maior capacitação e qualificação dos recursos e respostas às vítimas, de forma transversal e numa abordagem integrada.

3.2 – Os Impulsos Legislativos Comunitários

Os objetivos da UE quanto à desigualdade entre sexos, visam assegurar a igualdade de oportunidades e tratamento entre os dois sexos e, na luta contra toda a injusta discriminação fundada no sexo. No entanto, estatísticas indicam que a UE ainda se encontra longe de ser um modelo na luta contra esta desigualdade porque, apesar dos avanços políticos na sociedade europeia, o sexo feminino continua a ocupar uma posição secundária na sociedade.

Ao longo das últimas décadas, a UE tem vindo a realizar grandes progressos, em parte devido à legislação sobre igualdade de tratamento, da integração do sexo feminino nas diferentes políticas e adoção de medidas específicas a favor das

¹⁰³ E bem assim, com o previsto na Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade.

mulheres. Uma parte significativa de legislação comunitária é respeitante à igualdade de sexos, nomeadamente as várias disposições dos tratados e as diretivas relativas ao acesso ao emprego, à igualdade de remuneração, à proteção da maternidade, à licença parental, à segurança social e aos regimes profissionais de segurança social, ao ónus da prova nos casos de discriminação sexual e ao trabalho independente.

Seguindo esta lógica, o Conselho da Europa definiu como objetivos principais o reconhecimento e o respeito pela dignidade e integridade de mulheres e homens, assumindo o combate à violência contra as mulheres como uma das suas prioridades desde a 3.^a Conferência Ministerial Europeia sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres¹⁰⁴. Em maio de 2005, os Chefes de Estado e de Governo do Conselho da Europa¹⁰⁵, assumiram o compromisso de erradicar a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, através da criação de uma *taskforce* que se encarregaria de avaliar os progressos alcançados a nível nacional e de estabelecer instrumentos destinados a quantificar os desenvolvimentos observados ao nível pan-europeu.

O Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período 2006-2010¹⁰⁶, que estabelece as prioridades para este período, identifica desafios e combina iniciativas específicas com a integração da igualdade de sexos, mantendo os objetivos de crescimento e criação de empregos através de políticas internas e externas, entre as quais medidas de conciliação trabalho-família. Como principais ações, o roteiro estabelece a revisão da legislação, sensibilização, melhores estatísticas e mais investigação, novas formas de financiamento e, como áreas de intervenção: 1) Igualdade em matéria de independência económica; 2) Conciliação da vida profissional e familiar; 3) Representação equilibrada na tomada de decisões; 4) Pôr fim a todas as formas de violência; 5) Eliminação dos estereótipos do género

¹⁰⁴ Realizada em Roma, em 1993.

¹⁰⁵ Aquando da sua Terceira Cimeira, a Convenção do CE sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos - Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Being - foi adotada em Varsóvia, na Polónia, em 16 de maio de 2005.

¹⁰⁶ Disponível para consulta no endereço:

http://www.cite.gov.pt/imgs/instrumcomunit/Roteiro_igualdade_homens_mulheres_2006_2010.pdf

e promoção da igualdade entre homens e mulheres nas políticas externas e de desenvolvimento.

Em Setembro de 2010, a Comissão Europeia lançou a Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres¹⁰⁷, para período 2010-2015, identificando seis áreas de ação prioritárias: 1) igualdade na independência económica; 2) igualdade na remuneração por trabalho igual; 3) igualdade na tomada de decisões; 4) eliminação da violência de género; 5) igualdade entre homens e mulheres na ação externa; 6) igualdade nos papéis desempenhados por homens e mulheres.

Não obstante, os relatórios anuais da Comissão Europeia sobre a igualdade entre homens e mulheres demonstram que os progressos são lentos e que igualdade de género ainda não foi alcançada¹⁰⁸, salientando que a aplicação de políticas que a combatem é, desde logo, embargada pela dificuldade que se sente em conseguir fazer compreender os desafios em causa.¹⁰⁹ Persistem as disparidades entre sexos em matéria de taxas de emprego, salários, horários laborais, cargos de responsabilidade, partilha de tarefas domésticas e de cuidados e risco de pobreza, sendo que o combate às desigualdades entre homens e mulheres em todas as esferas da sociedade é um desafio de longo prazo, uma vez que implica mudanças comportamentais e estruturais e uma redefinição dos papéis de homens e mulheres.

A promoção de uma efetiva igualdade entre os sexos consagra um dever fundamental do Estado, que não pode ignorar o elevado custo que estas desigualdades impõem na economia, sendo que o inverso só iria trazer benefícios¹¹⁰. De encontro a esta ideia estão os objetivos da Estratégia Europa 2020¹¹¹ - crescimento inteligente, sustentável e inclusivo – onde é afirmado que importa fazer

¹⁰⁷ Disponível para consulta no endereço:

http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Estrat_iguald_hom_mulh_2010_15.pdf

¹⁰⁸ Doc. 5056/10 em <http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/10/st05/st05056.en10.pdf>.

¹⁰⁹ “ *Há que reforçar a sensibilização e a adesão aos repto sociais e económicos subjacentes aos objetivos da igualdade, o que implica uma forte vontade política (...) há que envidar esforços adicionais em matéria de comunicação para fazer compreender melhor os desafios subjacentes à política de igualdade entre homens e mulheres*”. São as conclusões do relatório intercalar sobre os progressos no Roteiro para Igualdade entre Homens e Mulheres (2006-2010) - Bruxelas, 26-11-2008.

¹¹⁰ Conclusões do Conselho em matéria de igualdade entre os sexos: reforçar o crescimento e o emprego. Reunião do Conselho EPSCO, realizada em 30 novembro de 2009.

¹¹¹ Disponível para consulta no endereço: www.unic.pt/images/stories/publicacoes3

uma utilização mais ampla e eficaz da reserva de talentos das mulheres: *"A Europa tem de utilizar plenamente o potencial da sua mão-de-obra para enfrentar os desafios do envelhecimento da população e da intensificação da concorrência global. Será necessário definir políticas que promovam a igualdade de género, a fim de melhorar as taxas de participação no mercado de trabalho, reforçando assim o crescimento e a coesão social."*

4 – INFLUÊNCIA DOS SEXOS E PODER NO DISCURSO JURÍDICO

"Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, assegurando a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos"

Art. 202º da CRP

4.1 – O Discurso Jurídico e Fatores de Influência

Ao longo dos anos, a figura do juiz tem vindo a assumir uma posição de crescente destaque não apenas no campo jurídico, mas na sociedade em geral, que procura nos tribunais uma decisão justa para a resolução dos vários conflitos que lhe são inerentes, assumindo o juiz um papel central na realização dessa justiça. O seu objetivo primordial deve ser a realização do Direito, a garantia da paz social e a manutenção da ordem social, tornando-se indispensável que estejam atentos ao que os rodeia na sociedade em geral e, naquela a que pertencem em particular. Só assim conseguirão identificar os valores vigentes e os fenómenos sociais que daí advêm, adquirindo um conhecimento sociológico essencial na tomada de decisão.

O juiz não pode ser alheio à sociedade onde está inserido, sob pena de não entender os problemas que lhe são colocados, e não pode ignorar nem ser indiferente, às repercussões que as suas decisões têm para as partes envolvidas e para a sociedade. Esta realidade assume uma importância particular em temas mais sensíveis, como o da violência doméstica, onde a jurisprudência fica por vezes, confrontada com exigências de intervenção, ou com críticas de excesso de intervenção. É fundamental que os juízes decidam de forma clara os casos que julgam, porque as suas decisões têm de ser compreendidas pelos destinatários, e percebidas como justas, estando não apenas de acordo com a legislação vigente, mas também com aquilo que a sociedade moderna lhes exige.

É certo que no contexto da tomada de decisão, os juízes têm à sua disposição uma variedade de fontes de informação que os podem influenciar. Mas, se é um

facto que cada juiz tem as suas preferências ideológicas, políticas e filosóficas, também é verdade que para alcançar o nível de objetividade exigido pela função jurisdicional, essas convicções pessoais apenas serão aceitáveis quando estejam de acordo com as normas, princípios e valores do ordenamento jurídico¹¹².

Consubstancia-se assim, a função da jurisprudência em fazer a passagem e a mediação entre a lei, os princípios e a sociedade, através da concretização e da aproximação da lei e dos princípios na diversidade real do contexto da vida e da relação de cada indivíduo, reduzindo a tensão existente em qualquer sistema jurídico entre a função de legislar e a função de julgar.

Um estudo¹¹³ efetuado em 2011, procurou perceber quais os fatores condicionantes das atitudes dos juizes, e concluiu que grande parte perfilha ideologias liberais, concordando 99% dos magistrados entrevistados, na eliminação das diferenças salariais entre sexos, discordando 93% que deve ser o homem a representar a família nas questões jurídicas, e 91% que as mulheres condenadas devem ser tratadas de forma mais atenuada que os homens nas mesmas circunstâncias. A lei escrita surge como fator mais importante na tomada de decisão, seguida do senso comum, e das decisões em casos análogos.

Neste mesmo estudo, não se verificaram grandes diferenças entre as respostas dadas pelos magistrados de ambos os sexos, relativamente aos fatores que os influenciam na tomada de decisão. Contudo, conclui que os juizes de sexo feminino atribuem maior relevância à lei escrita, enquanto que os magistrados de sexo masculino, dão mais importância ao fator senso comum. Também as expectativas do público são mais importantes para o sexo feminino do que para o masculino.

¹¹² Oriana Pinto (2007).

¹¹³ Estudo efetuado por Daniela Esteves, intitulado “Juizes portugueses: uma perspectiva sociológica”, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade do Minho.

4.2 – Discurso e Sexo do Julgador

Recentemente, numa entrevista para o Boletim da Ordem dos Advogados¹¹⁴, perguntaram a Maria Clara Sottomayor¹¹⁵, se achava que o número de Juízes no Supremo Tribunal (53 homens e 7 mulheres) podia levar a decisões “machistas”. A resposta: *“Independentemente de o número de mulheres influenciar ou não as decisões judiciais, entendo que numa sociedade democrática as instituições devem ser paritárias quanto ao género dos seus membros. As mulheres, por terem experiências de vida diferentes das dos homens, podem ter perspectivas inovadoras em relação a determinados temas. Mas também sabemos que em todas as profissões há mulheres que reproduzem o discurso dominante sobre a prevalência dos interesses dos homens e os estereótipos femininos negativos.”*

Um relatório¹¹⁶ divulgado em 2009 pelo CEJ, traçou perfil sociológico dos futuros magistrados portugueses, concluindo que estes eram maioritariamente mulheres, jovens, provenientes do norte do país.

Dados estatísticos¹¹⁷ revelam que, dos 1784 juízes portugueses, 58% são mulheres, tendo este número maior impacto nos tribunais de primeira instância, onde existem 893 magistrados do sexo feminino e apenas 449 de sexo masculino. Estes dados têm maior relevância, na medida em que a abertura desta carreira aos cidadãos do sexo feminino aconteceu após o 25 de Abril.

Contudo, à medida que se avança na hierarquia dos tribunais, menor é a proporção de mulheres entre os juízes¹¹⁸, onde apenas 37% são do sexo feminino. Nos cinco tribunais da Relação, existem 141 juízas desembargadoras e 242 desembargadores do sexo masculino. No STJ, o patamar mais elevado da magistratura portuguesa, existem 7 juízas conselheiras e 53 juízes conselheiros.

¹¹⁴ Boletim da Ordem dos Advogados, nº122, janeiro 2015.

¹¹⁵ Maria Clara Sottomayor, é a mais nova Juíza Conselheira da história do STJ.

¹¹⁶ Relatório do curso de formação de magistrados 2008/2010, intitulado “Quem são os futuros magistrados – Estudo de Caracterização dos Auditores de Justiça do XXVII Curso Normal de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais.

¹¹⁷ Dados estatísticos de justiça criminal disponibilizados *online* pelo INE em 06-02-2015.

¹¹⁸ A este propósito, ver Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2015: ajudar os Estados-Membros a melhorar a eficácia dos seus sistemas judiciais, Comunicado de Imprensa da Comissão europeia Bruxelas, 09 março 2015.

O crescente número de juízes do sexo feminino nos tribunais de primeira instância, apelidado pelos sociólogos de “feminização da justiça”¹¹⁹, tem sido acompanhado de questões quanto à sua forma de julgar e de decidir. Alguns autores¹²⁰ defendem que as mulheres percebem e julgam os casos de maneira diversa dos homens, porque tendem a contextualizar de forma diferente o caso concreto, considerando um maior número de fatores, refletindo-se em decisões mais flexíveis que as do sexo oposto. Ou seja, defendem que o facto de serem mulheres e terem expectativas de vida diferentes dos homens, vai influenciar a sua capacidade de análise e de decisão perante os casos a julgar.

A socióloga Mary Eaton defendeu, num estudo¹²¹ publicado em 1986, que a linguagem e a prática jurídica tendem a exprimir um modelo de vida familiar e de sociedade ideologicamente dominante, que reforça a posição socialmente subordinada das mulheres. A sua convicção, funda-se na investigação que conduziu nos de tribunais ingleses, com o intuito de aferir a existência de discriminação entre homens e mulheres por parte dos magistrados, rejeitando ou aceitando os argumentos em conflito, em função das suas próprias interpretações.

É importante reconhecer que não existem decisões iguais, sejam elas proferidas por juízes do mesmo sexo, raça ou religião, porque o sexo e as vivências pessoais de cada juiz moldam a sua personalidade. Não podemos olhar para as mulheres apenas como mulheres, nem para os homens apenas homens. No seu conjunto são pessoas com diferentes percursos de vida, que trazem para os tribunais as suas vivências, crenças e valores, que indubitavelmente afetam a maneira como percecionam o Direito, os casos a julgar e as decisões que tomam.

¹¹⁹ Neste sentido, o estudo coordenado pelo Prof. Boaventura Sousa Santos, “*Os Tribunais nas sociedades contemporâneas o caso português*”, CEJ (1996).

¹²⁰ Sharon E. Rush (1993)

¹²¹ Mary Eaton (1986)

A forma como os juízes se apropriam e interpretam as diferentes provas, deve traduzir em simultâneo, as representações de senso comum de uma ideologia dominante, e a vontade do legislador.

5 - ANÁLISE DO DISCURSO JURISDICIONAL

“Murros, pontapés e chapadas são algumas agressões físicas sofridas repetidamente por mulheres vítimas de violência doméstica, mas os danos psicológicos doem tanto ou mais e são os mais difíceis de provar...”

In Diário de Notícias, publicado em 28-02-2011

5.1 –Âmbito e Objeto do Estudo

Apesar de as normas jurídicas serem gerais, o julgador não se deve confinar ao seu elemento literal, devendo atender também aos elementos lógico, sistemático, histórico e teleológico, para melhor conseguir determinar o que a lei pretende alcançar. A interpretação jurídica tem por objeto descobrir, de entre os sentidos possíveis de uma lei, o seu sentido prevalente ou decisivo¹²², sendo que a sua aplicação deverá ajustar-se aos “fins sociais” e às exigências do “bem comum” que levaram à sua criação.

A jurisprudência compreende o conjunto das decisões proferidas pelos tribunais, revelando a maneira como estes interpretaram e aplicaram a lei aos casos concretos que lhe são submetidos, não olvidando que a linguagem e o discurso utilizado pelos juízes, reflete e simboliza o conflito e as diferenças ideológicas, decorrentes de fatores históricos, culturais e sociais intrínsecos a cada um.

O objetivo do presente estudo, consiste numa análise jurisprudencial de um grupo de acórdãos proferidos pelos juízes desembargadores do TRE em processos-crime de violência doméstica, por forma a identificar se nas decisões proferidas, o

¹²² Cfr. Art. 9º do CC: “a interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada.”

sexo do julgador influenciou ou não a decisão, nomeadamente se existem “traços” de discurso machista por parte dos desembargadores de sexo masculino.

Aproveitando a evolução legislativa e social do conceito e do crime de violência doméstica, fixou-se como alvo de análise, processos cuja decisão foi proferida entre JAN2010 e NOV2015. Para além de se balizar o período temporal objeto da presente análise, delimitou-se o seu âmbito geográfico restringindo-o a processos cuja competência territorial se encontra atribuída ao TRE.

5.2 – Amostragem e Recolha de Dados

Neste estudo, procedeu-se a uma análise documental dos acórdãos proferidos pelo TRE, disponibilizados pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, cuja consulta *online* se encontra disponível através do endereço: <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf?OpenDatabase>.

Foi efetuada pesquisa por termos e por descritores:

	Critério de pesquisa	Nº Acórdãos
DESCRIPTOR	1) Maus tratos entre cônjuges	7
	2) Maus tratos a cônjuge	11
	3) Violência doméstica	58
	4) Ofensa à honra e dignidade do outro cônjuge	2
TERMOS	5) “Violência doméstica”	168
	6) Violência e Doméstica e 152º	57
	7) “Violência doméstica” e 152º	101
	8) Cônjuge e Ofensa	94
	9) Cônjuge e Violência e Doméstica	65
	10) Cônjuge e “Ofensa integridade física”	8
	TOTAL	571

Para o período definido, foram encontrados 571 acórdãos. Feito o cruzamento dos resultados obtidos por termo e por descritor, verificou-se que os critérios de pesquisa utilizados, se repetiam nos acórdãos identificados, permitindo reduzir para 86 o número de decisões. Deste total, foram analisados e trabalhados 69, porquanto os restantes 17 não se enquadravam no âmbito da violência doméstica.

Os elementos recolhidos para compilação dos dados analisados, integraram uma grelha pré-definida¹²³, que contém os elementos considerados relevantes para análise de cada acórdão em concreto, nomeadamente, a classificação do tipo legal de crime, verificação da existência de aplicação ao agressor de pena acessória, teor da decisão recorrida, quem interpôs recurso e quais os fundamentos invocados, quais as questões recorridas a apreciar pelo TRE, decisão do recurso, sexo do relator, perfil das partes (idade, estado civil, agregado familiar, relação de proximidade, habilitações literárias, profissão, dependência económica do agressor).

5.3 – Apresentação dos resultados

Os recursos são o meio para submeter uma decisão judicial a nova apreciação por um tribunal superior. São remédios jurídicos que visam a deteção e correção de erros de julgamento, devendo o Tribunal da Relação limitar-se a analisar a sentença proferida pelo Tribunal *a quo*, com vista à deteção desses erros, abstendo-se de efetuar segundos julgamentos.

Para o estudo em questão, importa aferir se a visibilidade social da violência doméstica juntamente com o sexo do relator, influenciaram as decisões proferidas perante as questões colocadas em sede de recurso, atenta a factualidade dada como provada e não provada e os meios de prova valorados na sua globalidade. Ou seja, o objetivo deste trabalho não é a violência doméstica como realidade complexa e

¹²³ Anexo 1

ambígua da vida de muitas mulheres, mas antes a linha argumentativa utilizada pelos juízes desembargadores do TRE.

5.4 – Dados Sociodemográficos

As 69 decisões efetivamente analisadas, referem-se a acordãos em que os arguidos foram efetivamente condenados por violência doméstica, encontravam-se acusados por este tipo legal tendo sido absolvidos ou, acusados deste crime em 1ª instância, foram condenados por outro tipo legal que, como adiante explicaremos, configuram um *minus* em relação ao tipo legal da violência doméstica. Estes 69 acordãos compreendem um total de 85 vítimas e 70 agressores.

Os dados sociodemográficos recolhidos em razão do sexo da vítima e do agressor, da sua situação profissional e habilitações literárias, encontram-se espelhados na tabela 1. Corroborando o que até agora se disse, em 86% da amostra recolhida, a vítima é do sexo feminino. A precariedade dos dados quanto à sua situação profissional e habilitações literárias, não permitiu a apresentação de um perfil confiável todavia, em 40% dos casos, as vítimas encontram-se inseridas no mercado de trabalho.

Relativamente aos agressores, os dados recolhidos mostram que em 94% dos casos são homens, 51% dos quais em situação de emprego ativa. A informação quanto às habilitações literárias, continua a não ser suficiente para fundamentar juízos de valor.

		Vítima (n=85)		Agressor (n=70)	
		Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Sexo	Feminino	73	86%	4	6%
	Masculino	10	12%	66	94%
	Desconhecido	2	2%	0	0%
Situação Profissional	Empregado(a)	34	40%	36	51%
	Desempregado(a)	4	5%	13	19%
	Reformado(a)	3	4%	15	21%
	Estudante	15	18%	0	0%
	Omisso	29	34%	6	9%
Habilitações Literárias	1º Ciclo	2	2%	15	21%
	2º Ciclo	3	4%	12	17%
	3º Ciclo	1	1%	7	10%
	Ensino Superior	7	8%	9	13%
	Omisso/Não tem	72	85%	27	39%

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das vítimas e agressores

Quanto à natureza da relação entre agressor e vítima, não podemos ignorar que estamos perante um crime específico, que pressupõe uma determinada relação entre os sujeitos ativo e passivo, dispendo o artigo 152º do CP, que o crime de violência doméstica pune o exercício de maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais sobre: 1) cônjuge ou ex-cônjuge; 2) pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; 3) progenitor de descendente comum em 1.º grau; 4) ou pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite.

Neste sentido, os dados apresentados na tabela 2, permitem concluir que em 51% dos casos analisados, o crime de violência doméstica teve lugar entre cônjuges e unidos de facto, seguido da violência contra ex-companheiros que representa 22% da amostra. Salienta-se ainda que, em 11% das situações, os agressores foram os progenitores.

Relação agressor/ vítima	Frequência	Percentagem
Cônjuge/ Unido de facto	43	51%
Separados	19	22%
Namorados	2	2%
Filho(a)	2	2%
Progenitor(es)	9	11%
Padrasto	6	7%
Progenitor/Padrasto	1	1%
Omisso	3	4%
Total	85	100%

Tabela 2 – Relação entre agressor e vítima.

5.5 – Caracterização da Violência

O tipo de crime de violência doméstica, assume assim uma característica específica, pois estamos perante factos que ocorrem no seio da vida privada, no segredo do lar, sem a presença de testemunhas, longe de olhares e pessoas, onde a conduta do agressor é favorecida pela restrição da vítima ao espaço do domicílio, sendo comum a escassez de elementos de prova que posteriormente fundamentem a sua verificação.

Esta característica encontra-se presente na amostra analisada, uma vez que 53% das vítimas foram agredidas na residência comum do casal (tabela 3).

Local da Agressão	Frequência	Percentagem
Casa comum	45	53%
Casa comum e veículo	2	2%
Casa comum e rua	13	15%
Veículo e rua	1	1%
Rua	2	2%
Casa comum e local trabalho	5	6%
Casa comum, rua e veículo	3	4%
Casa comum, casa ofendida, rua e local trabalho	2	2%
Casa do agressor	1	1%
Casa ofendida e rua	2	2%
Casa comum, rua e local trabalho	3	4%
Casa da ofendida e veículo	1	1%
Casa da ofendida	2	2%
Omisso	3	4%
Total	85	100%

Tabela 3 – Local da agressão.

Ainda a este propósito, transcrevem-se alguns trechos retirados de acórdãos analisados: *"ninguém ouviu ou viu o arguido a praticar um crime de violência doméstica contra a pessoa de GV."*¹²⁴; *"Nem a testemunha MM, vizinho do Arguido ouviu qualquer discussão do casal, na casa morada de família."*¹²⁵; *"Na verdade, embora sendo ambas as testemunhas vizinhos muito próximos da casa de morada de família e durante os largos anos em que o recorrente e a ofendida estiveram casados e aí viveram, paredes-meias com a residência (...) tendo expressado a sua surpresa relativamente aos problemas do casal, dizendo que nada ouviram, nada presenciaram,*

¹²⁴ Acórdão do TRE de 26-09-2011, Processo nº 687/10.6GNSLV.E1

¹²⁵ *ibidem*

de nada desconfiaram e nada lhes foi transmitido ou comentado, acabaram por reconhecer que se verificaram visitas de agentes da autoridade ao local.”¹²⁶

A conduta típica da violência doméstica pode ser preenchida pela inflição de maus tratos físicos, maus tratos psíquicos, ou outros maus tratos que correspondam a atos, isolados ou reiterados, reveladores de um tratamento insensível ou degradante da condição humana da vítima.

Nos acórdãos analisados, a matéria de facto dada como provada, confirma que em 53% dos casos, a vítima foi sujeita a agressões físicas e psicológicas (tabela 4).

Tipologia da Agressão	Frequência	Percentagem
Física e psicológica	45	53%
Física, psicológica e social	6	7%
Física	4	5%
Física, psicológica e sexual	1	1%
Física, psicológica, sexual e social	1	1%
Psicológica e económica	1	1%
Psicológica	9	11%
Física, psicológica e económica	7	8%
Física, psicológica, económica e sexual	3	4%
Física, psicológica, económica e social	1	1%
Física, psicológica, social, económica e sexual	1	1%
Sexual	1	1%
Psicológica, económica e social	1	1%
Psicológica e sexual	1	1%
Omisso	3	4%
Total	85	100%

Tabela 4 – Tipologia da agressão.

¹²⁶Acórdão do TRE de 09-10-2012, Processo nº 60/10.6PAETZ.E1

Com a reforma operada pela Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, o legislador alargou o âmbito das condutas tipicamente relevantes da violência doméstica, prevendo-se que, para o preenchimento do tipo legal, a inflição dos maus tratos pode concretizar-se de modo reiterado ou não. Ou seja, passou a admitir-se que um único ato ofensivo baste para integrar o crime quando assuma uma intensa crueldade e insensibilidade, ao nível do desvalor da ação e do resultado, suficiente para lesar o bem jurídico protegido, ou seja, a dignidade pessoal da vítima.

Reportando aos acórdãos analisados, no que concerne à violência perpetrada, em 66% ela é continuada, e em 46% tem duração inferior a 1 ano (tabela 5).

Caracterização da violência		Frequência	Percentagem
Tipo	Sim	56	66%
	Não	26	31%
	Omisso	3	4%
	Total	85	100%
Duração	Inferior 1 ano	39	46%
	Entre 1 e 5 anos	20	24%
	Entre 5 e 10 anos	10	12%
	Superior a 10 anos	13	15%
	Omisso	3	4%
	Total	85	100%

Tabela 5 – Caracterização da violência quanto ao tipo e duração.

Em 25% dos acórdãos analisados, o agressor adotou comportamentos característicos de *stalking*, ou seja, perseguiu de forma insistente e obsessiva a vítima, motivado pela recusa em aceitar o fim do relacionamento (tabela 6).

<i>Stalking</i>	Frequência	Percentagem
Sim	21	25%
Não	64	75%
Total	85	100%

Tabela 6 – Comportamento de *Stalking*.

5.6 – Caracterização do Agressor

Para caracterizar o agressor, foram tidos em atenção comportamentos de risco apresentados, como consumo de álcool e/ou substâncias. (tabela 7)

Consumo de substâncias/ Traços de personalidade	Frequência	Percentagem
Álcool	14	20%
Álcool e drogas	2	3%
Não consome/ Omisso	45	65%
Problema psicológicos	4	6%
Problema psicológicos e álcool	4	6%
Total	69	100%

Tabela 7 - Consumo de substâncias pelo agressor.

5.7 – Análise do Processo Crime

Socorrendo-nos das informações disponíveis no site do TRE¹²⁷, verificamos que este se encontra dividido em três secções: Secção de matéria cível, secção de

¹²⁷ <http://www.tre.mj.pt/tribunal/desembargadores.html>, consultado em 17-01-2016

matéria criminal e secção de matéria social, sendo cada secção, composta por um determinado conjunto de desembargadores.

Na parte que agora nos ocupa, focamos atenção na secção de matéria criminal, que atualmente é composta por 19 desembargadores, dos quais 12 são do sexo masculino e 7 são do sexo feminino. Ou seja, 63% da secção é composta por elementos do sexo masculino. (tabela 8)

Nº Desembargadores por sexo	Frequência	Percentagem
Feminino	7	37%
Masculino	12	63%
Total	19	100%

Tabela 8 - Percentagem de relatores do sexo feminino e masculino na secção de crime do TRE.

Comparando estes dados com os 69 acórdãos trabalhados e analisados, concluímos que em 71% da amostra, o relator é do sexo masculino, e os restantes 29% do sexo feminino (tabela 9).

Nº Desembargadores por sexo	Frequência	Percentagem
Feminino	20	29%
Masculino	49	71%
Total	69	100%

Tabela 9 - Percentagem de relatores do sexo feminino e masculino na amostra analisada.

Dos 20 acórdãos cujo relator é do sexo feminino, 16 acórdãos dizem respeito a recursos de sentenças condenatórias proferidas pelo tribunal de 1ª instância, 1 requerimento de abertura de instrução, e 3 decisões instrutórias.

Relativamente aos 49 acórdãos cujo relator é do sexo masculino, 45 dizem respeito a recursos de sentenças condenatórias proferidas pelo tribunal de 1ª instância, 2 requerimentos de abertura de instrução, e 2 decisões instrutórias.

5.7.1 – Do Tipo Legal de Crime

Da análise à matéria de facto dada como provada na amostra recolhida, resultam diversas acusações descritivas de episódios de violência que decorrem ao longo de anos, de inúmeras ações suscetíveis de enquadrar ofensas à integridade física, ameaças, injúrias. Se o legislador não tivesse consagrado o crime de violência doméstica, as condutas típicas deste crime iriam integrar diversos tipos legais, tais como: Ofensas à integridade física simples e/ou agravada¹²⁸; Injúrias¹²⁹; Ameaça simples e/ou agravada¹³⁰; Coação¹³¹; Sequestro simples¹³²; Devassa da vida privada¹³³; ou Gravações e fotografias ilícitas¹³⁴. Ou seja, a violência doméstica encontra-se numa situação de concurso aparente de normas com os crimes mencionados, e apelidados de “crimes-satélite”.¹³⁵

Posto isto, verificamos que os 70¹³⁶ arguidos identificados na amostra se encontravam acusados/pronunciados por: Violência doméstica¹³⁷ - 30 arguidos; Violência doméstica e outros crimes - 8 arguidos; Violência doméstica e um crime

¹²⁸ Cfr. Art.º 143º e art.º 145º do CP

¹²⁹ Cfr. Art.º 181º do CP

¹³⁰ Cfr. Art.º 153º e 155º do CP

¹³¹ Cfr. Art.º 154º do CP

¹³² Cfr. Art.º 158º do CP

¹³³ Cfr. Art.º 192º do CP

¹³⁴ Cfr. Art.º 199º do CP

¹³⁵ Ana Maria Barata de Brito, Juíza Desembargadora do TRE (2014)

¹³⁶ Na amostra, temos 3 acórdãos com 2 agressores cada, num total de 6 agressores; 2 acórdãos pertencentes ao mesmo processo, em que o agressor apresentou dois recursos, logo só se considerou o agressor uma vez; 2 acórdãos referentes a uma decisão instrutória e a um requerimento de abertura de instrução, apresentado pela mesma assistente, que reportam ao mesmo processo, onde apenas existe um agressor.

¹³⁷ Previsto e punido pelo artigo 152º do CP

satélite - 4 arguidos; Violência doméstica e dois crimes satélite - 3 arguidos; Violência doméstica e homicídio - 2 arguidos; Maus tratos a cônjuge¹³⁸ - 1 arguido; Maus tratos a cônjuge e violência doméstica – 1 arguido; Maus tratos¹³⁹ - 1 arguido. Em 20 acórdãos, não era feita menção ao crime pelo qual se encontrava o arguido acusado. (Gráfico 14)

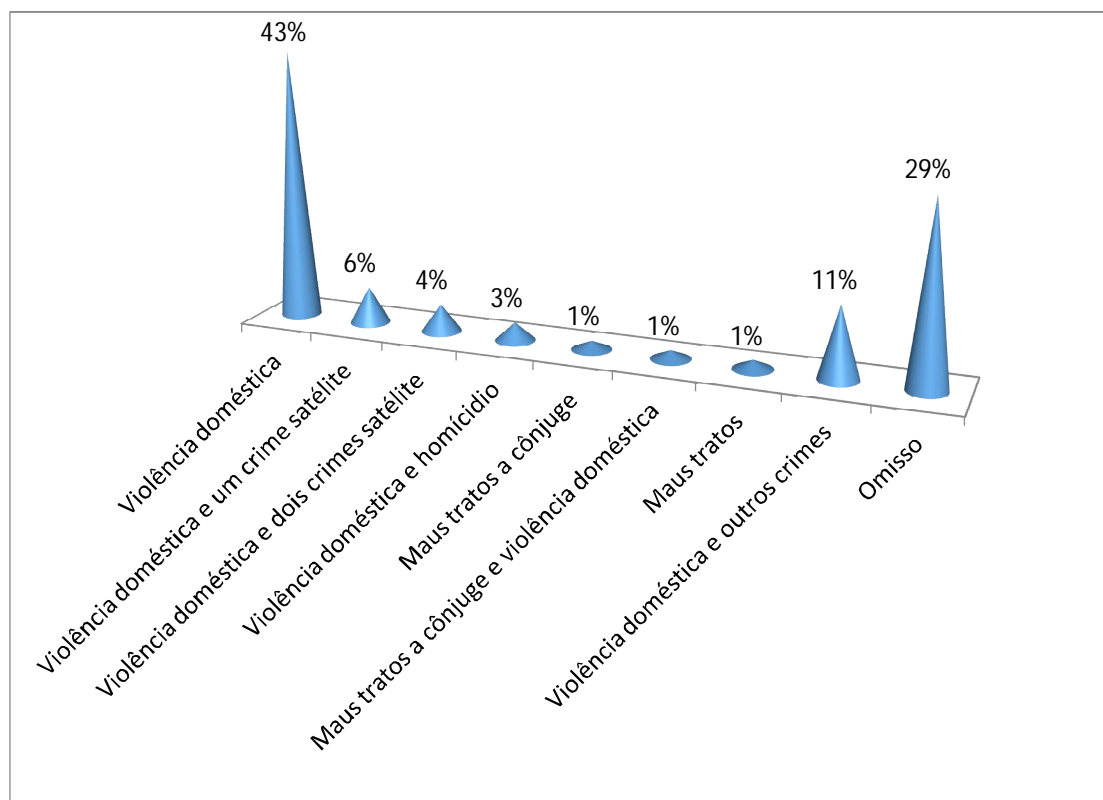


Gráfico 14 – Tipo legal do crime acusado/pronunciado em 1ª instância.

Refere ainda o Prof. Pinto de Albuquerque¹⁴⁰ que "*o crime de violência doméstica encontra-se numa relação de especialidade com os crimes de ofensas corporais simples ou qualificadas, os crimes de ameaças simples ou agravadas, o crime de coação simples, entre outros, em que a punição do crime de violência doméstica afasta a destes crimes. Tratando-se de crimes puníveis com pena mais grave do que a prisão até 5 anos, a violência doméstica encontra-se numa relação de subsidiariedade expressa - se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal*".

¹³⁸ Previsto e punido pelo artigo 152º do CP, na redação anterior a 2007.

¹³⁹ Cfr. Art.º 152º-A do CP

¹⁴⁰ Paulo Pinto Albuquerque (2008)

Ou seja, os factos praticados deixam de ter uma relevância jurídico-penal enquanto eventos separados, devendo ser valorados conjunta e harmoniosamente no crime familiar.

Conforme mostra o gráfico 15, os arguidos foram condenados pelos crimes: Violência doméstica¹⁴¹ - 31 arguidos; Violência doméstica e outros crimes - 10 arguidos; Maus tratos a cônjuge¹⁴² - 4 arguidos; Ofensa à integridade física – 4 arguidos; Violência doméstica e um crime satélite - 3 arguidos; Injúria e ofensa à integridade física – 3 arguidos; Violência doméstica e dois crimes satélite - 2 arguidos; Violência doméstica e homicídio - 2 arguidos; Ameaça - 2 arguidos; Maus tratos a cônjuge, injúria e ameaça – 1 arguido; Homicídio qualificado na forma tentada¹⁴³ – 1 arguido. Em 7 acórdãos o arguido foi absolvido/não pronunciado pelo crime acusado.

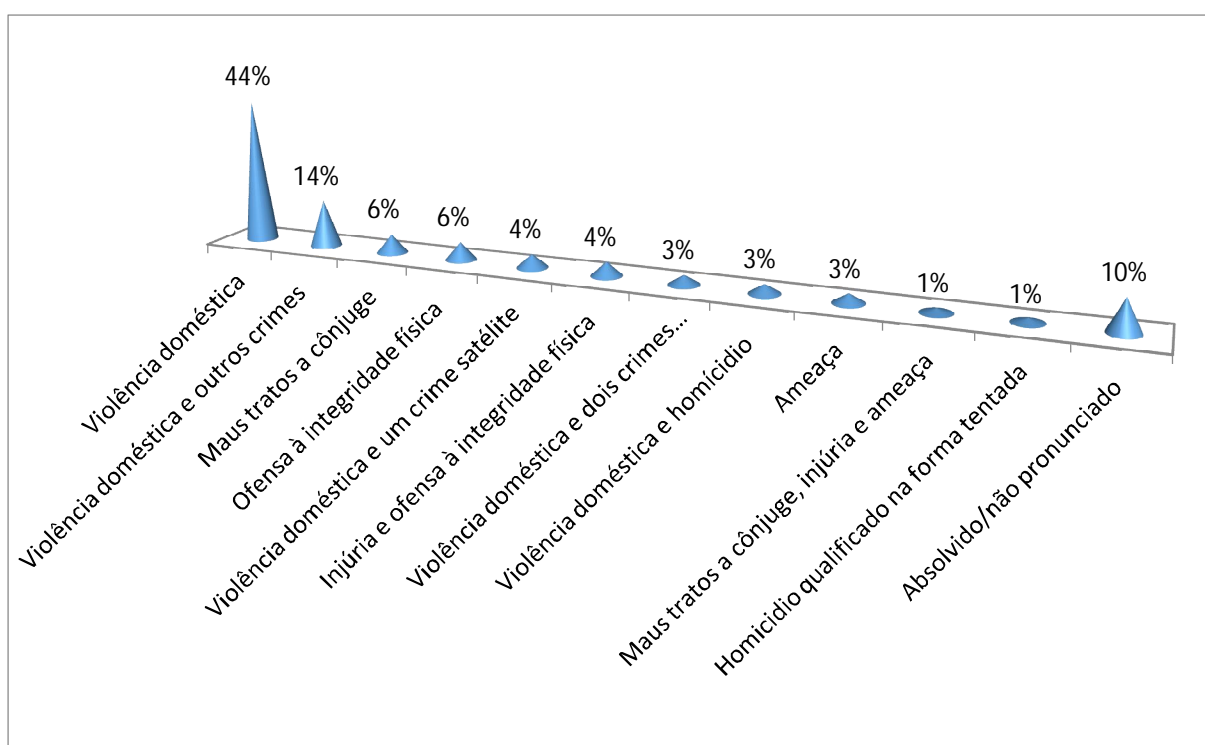


Gráfico 15 – Tipo legal do crime condenado/pronunciado em 1ª instância.

¹⁴¹ Previsto e punido pelo artigo 152º do CP

¹⁴² Previsto e punido pelo artigo 152º do CP, na redação anterior a 2007.

¹⁴³ Previsto e punido pelos artigos 22º, 23º, 73º, nº 1, alínea a) e b), 131º e 132º, nº 1 e 2, al. j), todos do CP

Apesar de não serem conhecidas todas as acusações imputadas aos 70 arguidos, a amostra recolhida permite concluir que 43% foram condenados pelos crimes que constavam na pronúncia (gráfico 16).

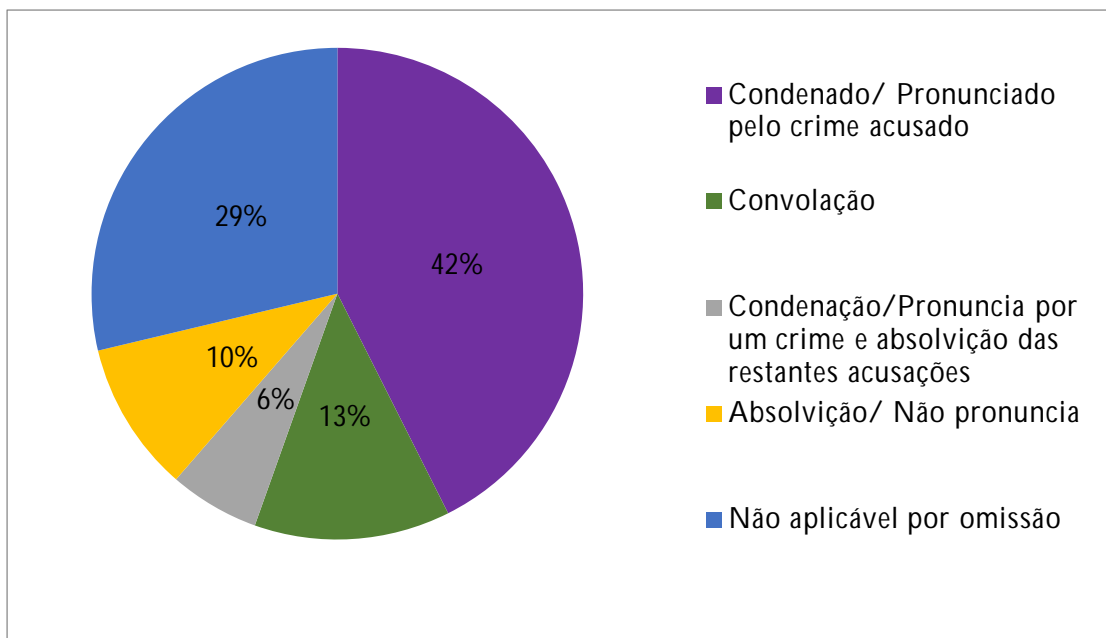


Gráfico 16– Comparação entre crime acusado e condenado em 1ª instância.

Cruzando os dados dos gráficos anteriores com o número de acórdãos analisados, percebemos que em 9 acórdãos recorridos, houve uma alteração da qualificação jurídica dos factos que constavam da pronúncia, em resultado dos factos dados como provados e aqueles imputados aos arguidos (Tabela 10).

Crime acusado	Crime condenado
Violência Doméstica, injúria e ameaça	Ofensa integridade física qualificada
Maus tratos (art.º 152º-A do CP)	Ofensa integridade física qualificada
Violência Doméstica - convolção em julgamento - Injúria e ofensa integridade física	Absolvido por ilegitimidade do MP na acusação pelos crimes de injúria e ofensa integridade física
Violência Doméstica	Ameaça agravada (2 acórdãos)
	Ofensa integridade física simples e injúria (2 acórdãos)
	Ofensa integridade física simples

Tabela 10 – Crimes convolados.

5.7.2 – Da Medida da Pena

A medida concreta da pena, nos termos do artigo 71º do CP, é fixada em função da culpa e das exigências da prevenção, devendo ter em atenção a ilicitude do facto, a intensidade do dolo, as motivações e as condições pessoais do agente, e a sua conduta anterior e posterior aos factos.

Prevê o nº 1 do artigo 152º do CP, que o crime de violência doméstica seja punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, consagrando o nº 2 uma agravação do crime previsto no número anterior, e consequente aumento do limite mínimo da pena para dois anos. O nº 3 prevê nova agravação, desta vez conforme o resultado produzido pela ofensa, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos¹⁴⁴ ou entre 3 a 10 anos de prisão¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Quando a ofensa à integridade física for grave

¹⁴⁵ Em caso de morte

Quanto às penas concretas aplicadas aos 2 arguidos condenados pelo crime de violência doméstica previsto no nº 1 do artigo 152º do CP foram: 1ano e 6 meses pena suspensa e 3 anos prisão efetiva.

Pelo crime de violência doméstica previsto no nº 1 e 2 do artigo 152º do CP, foram aplicadas as seguintes penas: 3 anos pena suspensa; 2 anos e 6 meses pena suspensa; 2 anos pena suspensa; 4 anos e 6 meses pena suspensa; 2 anos e 2 meses pena suspensa; 3 anos e 2 meses pena suspensa; 3 anos pena suspensa; 4 anos pena suspensa; 2 anos e 2 meses pena suspensa; 2 anos e 10 meses pena suspensa; 2 anos e 4 meses pena suspensa; 2 anos e 3 meses pena suspensa; 2 anos e 6 meses pena suspensa; 2 anos e 5 meses pena suspensa; 2 anos e 4 meses pena suspensa; 2 anos e 6 meses pena suspensa; 3 anos prisão efetiva; 3 anos e 4 meses pena suspensa; 2 anos e 1 mês prisão efetiva; 3 anos e 6 meses prisão efetiva; 2 anos e 4 meses pena suspensa; 3 anos e 2 meses pena suspensa; 3 anos pena suspensa; 2 anos e 2 meses pena suspensa. Num dos acórdãos, o arguido foi condenado em pena de internamento, sem duração prevista, não podendo no entanto ultrapassar os 5 anos.

Pelo crime de maus tratos previsto nos nº 1 e 2 do artigo 152º do CP, na redação anterior a 2007: 5 anos prisão efetiva, 1 ano e 6 meses pena suspensa, 1 ano pena suspensa, 1 ano prisão traduzido em 360 dias de multa à taxa de 6€/dia (2.160€).

Pelos crimes de: Ameaça agravada¹⁴⁶ - 120 dias multa à taxa de 5€/dia (600€), e 120 dias de multa à taxa de 6€/dia ou 80 dias de prisão; Ofensa integridade física qualificada¹⁴⁷: 3 meses prisão substituído por 90 dias de multa à taxa de 7€/dia (630€) e 2 anos de pena suspensa; Ofensa integridade física simples¹⁴⁸: 180 dias de multa à taxa de 5€/dia (900€), e 170 dias de multa à taxa de 5€/dia (850€).

Relativamente às penas aplicadas em cúmulo jurídico que, por questões de ordem prática se apresentam na tabela 13x, tendo a moldura abstrata da pena do

¹⁴⁶ Cfr. Art. 153º e 155º do CP

¹⁴⁷ Cfr. Art. 145º do CP

¹⁴⁸ Cfr. Art. 143º do CP

concurso como limite máximo a soma das penas de prisão concretamente aplicadas e como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes, a pena do concurso é determinada, tendo em consideração os factos e a personalidade do agente¹⁴⁹, assim como as exigências gerais da culpa e da prevenção¹⁵⁰.

Quanto às penas parcelares aplicadas em cúmulo jurídico aos arguídos, pelo crime de violência tipificado no artigo 152º do CP temos: 3 anos pena suspensa; 2 anos e 2 meses de pena suspensa; 2 anos e 6 meses pena suspensa; 2 anos e 6 meses pena suspensa; 3 anos e 4 meses de prisão efetiva; 2 anos e 6 meses pena suspensa; 3 anos e 6 meses prisão efetiva; 3 anos pena suspensa; 4 anos prisão efetiva; 3 anos e 10 meses prisão efetiva; 3 anos e 6 meses prisão efetiva; 2 anos e 9 meses prisão efetiva; 2 anos e 9 meses prisão efetiva;

Maus tratos (nº 1 e 2 do art.º 152º do CP na redação anterior a 2007) em concurso efetivo com Ameaça agravada (art.º 153º e 155º do CP) e Injúria (art.º 181º do CP: 1 ano e 8 meses pena suspensa.

As finalidades da punição são, nos termos do disposto no artigo 40º do CP., a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade, o que significa nos termos do artigo 50º do CP, que *"o tribunal pode suspender a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 5 anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição"*. Ou seja, a suspensão da execução de pena de prisão, enquanto

¹⁴⁹ Cfr. nº 1 do art.º 77º do CP – *"Quando alguém tiver praticado vários crimes antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles é condenado numa única pena. Na medida da pena são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente."*

¹⁵⁰ Cfr. nº 1 e 2 do art.º 71º do CP – *"1 - A determinação da medida da pena, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção. 2 - Na determinação concreta da pena o tribunal atende a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor do agente ou contra ele, considerando, nomeadamente: a) O grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste e a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao agente; b) A intensidade do dolo ou da negligência; c) Os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram; d) As condições pessoais do agente e a sua situação económica; e) A conduta anterior ao facto e a posterior a este, especialmente quando esta seja destinada a reparar as consequências do crime; f) A falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifestada no facto, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena."*

medida penal de conteúdo reeducativo e pedagógico é um poder-dever, ou seja, um poder vinculado do julgador, que deverá ser decretada sempre que se afigurar mais conveniente para a realização das finalidades das penas, tendo sido aplicada a dos arguidos condenados (gráfico 17) .

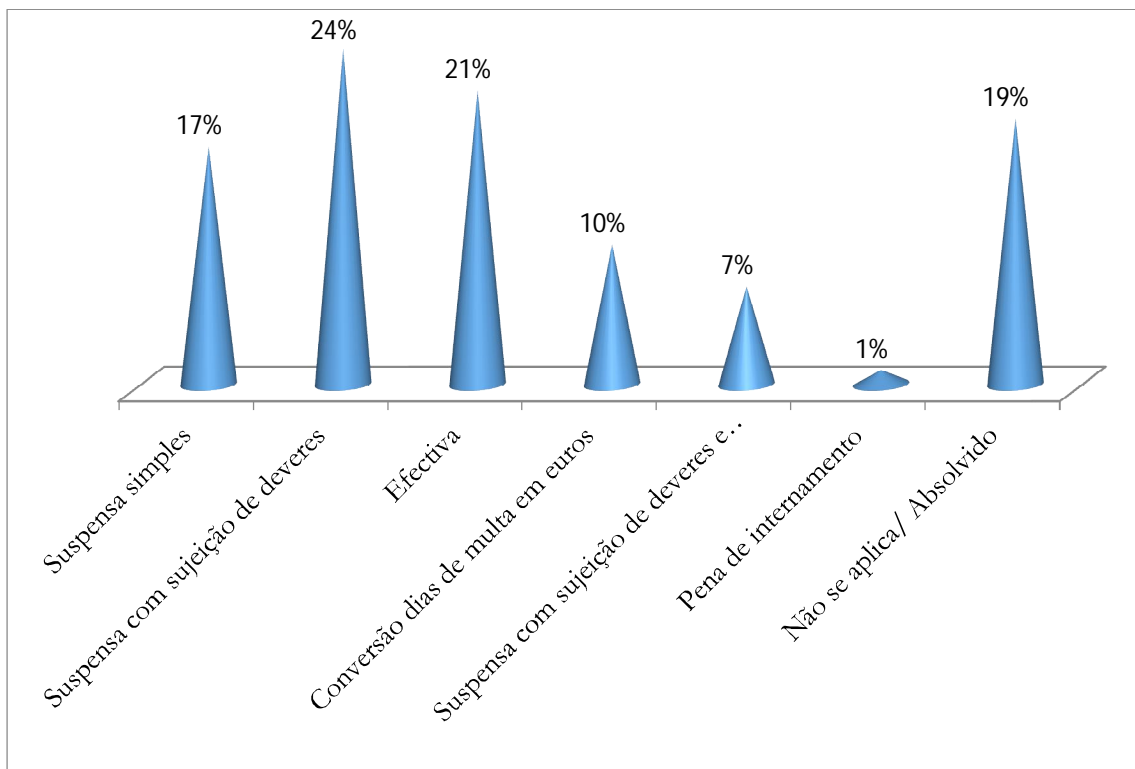


Gráfico 17 – Tipo legal do crime condenado.

Em 24% das condenações, a suspensão da pena ficou sujeita a deveres¹⁵¹, ou seja, ficou subordinada ao cumprimento de deveres impostos ao condenado e destinados a reparar o crime, traduzindo-se em 39% dos casos no pagamento de indemnização ao ofendido e, em 10% das situações, na entrega de uma contribuição monetária a instituições de solidariedade social.

Foram ainda aplicadas as seguintes penas acessórias: Pagamento de indemnização ofendidos; Proibição contactos com e sem recurso a meios técnicos

¹⁵¹ Cfr. Art 51º do CP

de controlo à distância; Acompanhamento pela DGRS e frequência programa específico para prevenção violência doméstica; Contribuição monetária a instituições solidariedade social; Pagamento custas reclamadas por entidades terceiras.

No caso específico do crime de violência doméstica, o legislador reservou os nº 4, 5 e 6 do artigo 152º do CP para a previsão das penas acessórias, estabelecendo a proibição de contacto com a vítima e/ou do uso e porte de armas (21%), pelo período de 6 meses a 5 anos; a obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica¹⁵², e a inibição do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de 1 a 10 anos. A aplicação das penas acessórias depende da livre apreciação do juiz, que terá necessariamente que atender à concreta gravidade dos factos praticados, à proporcionalidade e aos critérios de necessidade de prevenção geral e especial. No que concerne à medida de afastamento, pode incluir-se o afastamento da residência ou do local de trabalho da vítima, e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.¹⁵³

5.7.3 – Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Feminino¹⁵⁴

A impugnação das decisões judiciais, visa satisfazer o interesse da parte prejudicada, que assim pode obter a correção de uma decisão que lhe é desfavorável. No conjunto de acórdãos analisados em que o relator é do sexo feminino, 14 dos recursos foram apresentados pelo arguido, 2 pelo MP, 2 pela assistente, e 2 em que ambos MP e assistente recorreram conjuntamente.

¹⁵² Para a frequência destes programas especializados, a lei não estabelece um prazo limite, cabendo ao juiz a escolha do tempo de frequência dos ditos programas. Perante esta falta de limitação, Paulo Pinto de Albuquerque considera que o nº 4 do artigo em estudo é inconstitucional, conforme o nº3 do art.º 29º da CRP, onde *“não podem ser aplicadas penas ou medidas de segurança que não estejam expressamente cominadas em lei anterior.”*

¹⁵³ No que respeita aos meios técnicos de controlo à distância há que atender à Lei nº 33/2010, de 2 de setembro que regula a utilização destes mesmos meios (acórdão do TRE de 14-01-2014, Pº 122/12.5GCCUB.E1).

¹⁵⁴ Anexo 2

Quanto aos pedidos efetuados pelos arguidos temos: Redução ou alteração da pena aplicada e/ou do valor da indemnização fixada (5 acórdãos: 3 recursos parcialmente providos, 1 recurso ao qual foi negado provimento, e 1 acórdão devolvido à 1ª instância para realização de novo julgamento, por ter o TRE declarado inválido o julgamento efetuado por ausência do arguido); Pedido de absolvição total (4 acórdãos aos quais o TRE negou provimento); Alteração do enquadramento jurídico-penal para ofensa à integridade física simples **ou**, mantendo a condenação, suspensão da pena na sua execução (negado provimento ao recurso); Absolvição da condenação ou, alteração do enquadramento jurídico-penal para ofensa à integridade física simples (3 acórdãos aos quais o TRE negou provimento); Absolvição ou mantendo a condenação, atenuar a pena aplicada pelo crime de violência doméstica para limite não superior a 1 ano, suspensão na sua execução, e aplicação de pena de multa pela condenação do crime de violação de imposições, proibições ou interdições (recurso parcialmente procedente).

Os dois pedidos efetuados pela assistente foram: Agravamento da medida de coação aplicada com recurso a meios técnicos de controlo à distância¹⁵⁵, ao qual foi negado recurso; e nulidade do despacho de instrução recorrido, convolvendo-se o crime de violência doméstica em crime de ofensa à integridade física simples¹⁵⁶, o qual foi totalmente procedente.

Nos dois recursos apresentados, o MP pede: a aplicação da medida de coação para prisão preventiva até conclusão do processo, tendo o recurso sido procedente; e nulidade da sentença por dela não constar o crime do qual o arguido foi acusado¹⁵⁷. Neste caso, foi negado provimento ao recurso, considerando o TRE que *"um diferente enquadramento jurídico de factos que constavam já (todos eles) da acusação, integra-se na previsão do art.º 358º, nº 3 do Código de Processo Penal e deve ser tratada como alteração não substancial de factos"*¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Por aplicação do art.º 26º da Lei 33/2010 de 2 de retembro, regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica)

¹⁵⁶ Cfr. art. 143º do CP

¹⁵⁷ Cfr. art. 379º do CP

¹⁵⁸ Acórdão do TRE, Pº 556/12.OPBSTB.E1, de 30-09-2014.

Nos dois acórdãos em que recorreram MP e assistente conjuntamente, o pedido foi o mesmo: a condenação do arguido pelo crime acusado – Violência doméstica tipificado no artigo 152º do CP. Um dos recursos foi negado, e o outro foi parcialmente procedente, tendo o TRE alterado a matéria de facto provada e consequente devolução à 1ª instância, para julgar o arguido pelo crime de ofensa à integridade física simples.

5.7.4 – Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Masculino¹⁵⁹

No âmbito da legitimidade para recorrer, a regra fundamental é no sentido de que só pode recorrer quem, sendo parte principal na causa, tenha ficado vencida, atendendo apenas à decisão e não aos seus fundamentos. Podem também recorrer terceiros, quando direta e efetivamente são prejudicados pela decisão, vindo imediatamente afetados os seus direitos ou interesses juridicamente tutelados¹⁶⁰.

Nesta senda, dos 49 acórdãos proferidos por relator do sexo masculino, 38 foram apresentados pelo arguido, 5 pela assistente, 3 pelo MP, 2 em que recorreram arguido e assistente, e 1 em que recorreram MP e assistente.

Quanto aos pedidos efetuados pelos arguidos nos acórdãos proferidos por relatores do sexo masculino temos: Absolvição total (15 acórdãos); Redução ou alteração da pena aplicada e/ou do valor da indemnização fixada (7 acórdãos); Revogação da decisão proferida pela 1ª instância (3 acórdãos); Absolvição da condenação ou suspensão da execução da pena (3 acórdãos); Absolvição da condenação do crime de ameaça agravada e ofensa à integridade física e revogação da pena acessória de afastamento da residência comum; Redução da pena aplicada pelo crime de violência doméstica e absolvição crime incêndio; Absolvição do crime de resistência e redução da pena aplicada pelo crime de violência doméstica para 2 anos e 6 meses suspensa na sua execução; Anulação do julgamento ou alteração

¹⁵⁹ Anexo 3

¹⁶⁰ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de dezembro de 1993, in Boletim do Ministério da Justiça n.º 432, p. 298.

matéria de facto provada ou alteração da qualificação jurídica para crime de ofensa integridade física simples; Absolvição do crime de maus tratos e condenação em pena de multa pelo crime de ofensa à integridade física simples; Absolvição da condenação pelo crime de violência doméstica e apenas ser condenado pelo crime mais grave de detenção de arma proibida; Nulidade da sentença e inadmissibilidade do procedimento criminal por ausência de queixa; Absolvição ou devolução 1ª instância para ser comunicada a alteração dos factos constantes da acusação; Anulação da audiência de julgamento ou redução da pena aplicada; Alteração da matéria de facto provada e absolvição.

Por sua vez, a assistente requereu ao TRE: Abertura da instrução e realização das diligências requeridas (2 acórdãos, ambos recursos procedentes, tendo sido declarada aberta a instrução); Pronuncia pelo crime de violência doméstica¹⁶¹ (negado provimento ao recurso); Pronuncia pelo crime de violência doméstica e de violação de domicílio (Recurso parcialmente procedente, decidindo o TRE pela pronuncia do arguido apenas pelo crime de violência doméstica); Condenação do arguido pelo crime acusado e pagamento da indemnização (negado provimento ao recurso).

Nos 3 pedidos que apresentou, o MP requereu: Condenação do arguido pelo crime de violência doméstica¹⁶² (o TRE nega provimento ao recurso, confirmando a sentença 1ª instância); Condenação do arguido por ofensa à integridade física e ameaça agravada, sendo absolvido do crime de injúria (Parcialmente procedente: o TRE mantém a decisão de 1ª instância, mas procede a uma alteração dos factos provados); Absolvição do crime de injúria, sendo que neste caso, o MP recorreu em benefício do arguido, tendo sido o recurso procedente e absolvido o arguido por falta de acusação particular.

No acórdão em que MP e assistente apresentaram recurso, o primeiro pediu a agravação da pena aplicada ao arguido quanto ao crime de violência doméstica, e a

¹⁶¹ Pelos nº 1 e 2 do artigo 152º do CP

¹⁶² Pela alínea b) do nº 1 do art.º 152º do CP

segunda pediu a agravação da qualificação do homicídio de simples para qualificado. Foi negado provimento ao recurso apresentado pela assistente, e foi parcialmente provido o recurso apresentado pelo MP. Assim, o TRE decidiu pela agravação do crime de violência doméstica nos termos do nº2 do artigo 152º do CP, aumentando a pena parcelar aplicada (de 1 ano e 8 meses para 2 anos e 6 meses), e confirmou a condenação do arguido pelo crime de homicídio simples, agravado por força do disposto no nº 3 do art.º 86º do RJAC (de 13 anos de prisão para 15 anos e 6 meses. Em cúmulo jurídico de 14 anos e 6 meses para 17 anos de prisão efetiva).

Nos dois acórdãos em que recorreram arguido e assistente os pedidos foram:

1) Arguido: Redução da pena aplicada e do valor da indemnização fixado (recurso procedente, com redução da pena de prisão para 11 anos e valor da indemnização para 15.000€); Absolvição dos crimes pelos quais foi acusado ou aplicação de pena de multa ou suspensão na sua execução, e nos casos aplicáveis redução da pena aplicada para o seu limite mínimo (recurso parcialmente procedente, com a absolvição do crime de detenção de arma proibida). 2) Assistente: Condenação pelo crime de violência doméstica e aumento da pena por homicídio (negado provimento); Que não seja aplicada ao arguido pena não inferior a 16 anos de prisão efetiva (negado provimento).

5.7.5 – Das Questões Colocadas ao TRE

O direito ao recurso em processo penal consta expressamente da Constituição após a revisão de 1997¹⁶³ mas, já antes dessa alteração constitucional¹⁶⁴ se entendia que o direito ao recurso emanava do direito à tutela jurisdicional efetiva¹⁶⁵.

¹⁶³ Cfr. N.º1 do art.º 32º da CRP “ *O processo criminal assegura todas as garantias de defesa, incluindo o recurso.*”

¹⁶⁴ Na sequência da qual foi publicada a Lei nº 59/98, de 25 de agosto, que procedeu à alteração do CPP.

¹⁶⁵ Art.º 20º da CRP: Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva - “ 1. *A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos;* 2. *Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade;* 3. *A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça;*

Questão diferente da de existência ou não de um direito a recorrer, é a de existência ou não do direito a que o tribunal conheça da matéria de facto em via de recurso. A lei admitia o conhecimento da matéria de facto, embora nos termos restritos do nº2 do artigo 410º do CPP. Agora, com a gravação da prova¹⁶⁶, é sempre possível o conhecimento da matéria de facto em sede de recurso¹⁶⁷.

Acerca do objeto do recurso, há duas posições teóricas distintas. Para uma o objeto do recurso é a questão sobre a qual incidiu a decisão recorrida, para outra, o objeto consiste em apreciar se a decisão foi legal ou ilegal. No nosso ordenamento jurídico, o objeto do recurso é apreciar a decisão, não sendo por isso permitido apresentar novos elementos de prova nas alegações¹⁶⁸.

O fim do recurso consiste em substituir a decisão recorrida por outra, podendo ser necessário proferir duas decisões: uma a anular a primeira, e outra em novo julgamento. Se o tribunal superior entender que há insuficiência da matéria de facto provada¹⁶⁹, contradição insanável de fundamentação ou entre a fundamentação e a decisão¹⁷⁰, ou por erro notório na apreciação da prova¹⁷¹,

4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo; 5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos."

¹⁶⁶ Cfr. art.º 364º do CPP

¹⁶⁷ Cfr. Nº2 do art.º 410º e art.º 434º do CPP

¹⁶⁸ Excetuam-se os recursos extraordinários, uma espécie de recursos que podem ser interpostos depois do trânsito das decisões, porque se constata posteriormente a existência de um vício de extrema gravidade que não deve considerar-se sanado, admitindo-se a sua impugnação a título excecional (Cfr. art.º 437º a 466º do CPP).

¹⁶⁹ Alínea *a*) do nº 2 do art.º 410º do CPP. A expressão "*insuficiência para a decisão da matéria de facto provada*" verifica-se quando o tribunal não tiver considerado provado ou não provado um facto alegado pela acusação, pela defesa, ou de que possa e deva conhecer (cfr. nº 1 do art.º 358º do CPP), se esse facto for relevante para a decisão da questão da culpabilidade, ou quando, podendo fazê-lo, não tiver apurado factos que permitam uma fundada determinação da sanção. Resumidamente significa que, havendo lacuna no apuramento da matéria de facto não se podia decidir de direito.

¹⁷⁰ Alínea *b*) do nº 2 do art.º 410º do CPP. A "*contradição insanável de fundamentação*" tanto pode respeitar à fundamentação da matéria de facto como à fundamentação da matéria de direito. A contradição pode ser: 1) entre os factos dados como provados, por exemplo quando um mesmo facto com interesse para a decisão da causa seja julgado como provado e não provado; 2) entre os factos dados como provados e os dados como não provados, ou seja, quando se considerem como provados factos incompatíveis entre si, de modo a que apenas um deles pode persistir; 3) entre a fundamentação e a decisão, quando se conclua que a fundamentação conduz a uma decisão contrária aquela que foi tomada. A falta de fundamentação prevista no nº2 do art.º 374º e na alínea *a*) do nº 1 do art.º 379º ambos do CPP, é considerada fundamento autónomo de recurso e não se confunde com a contradição insanável de fundamentação.

¹⁷¹ Alínea *c*) do nº 2 do art.º 410º do CPP. As regras da experiência comum e da lógica são as máximas da experiência que todas as pessoas de formação média conhecem, não se exigindo que estas tenham formação

procede ao reenvio para novo julgamento na totalidade do objeto ou de questões concretamente identificadas.

Quando as partes põem ao tribunal determinada questão, socorrem-se de várias razões ou fundamentos para fazer valer o seu ponto de vista. O que importa é que o tribunal decida a questão submetida a apreciação, não lhe incumbindo apreciar todos os fundamentos ou razões em que as partes se apoiam para sustentar a sua pretensão. Nesta medida, constitui entendimento pacífico que o âmbito do recurso se determina pelas conclusões da motivação, atento o facto de o tribunal só apreciar as questões constantes das conclusões (exceto quanto às que sejam de conhecimento oficioso), devendo o recorrente indicar concretamente os vícios da decisão impugnada¹⁷².

Relativamente aos acórdãos trabalhados, foram comuns os acórdãos cujo relator é do sexo masculino e do sexo feminino, as seguintes questões: Qualificação jurídica dos factos¹⁷³; Desadequação da pena¹⁷⁴; Vício da decisão recorrida¹⁷⁵; Nulidade da sentença¹⁷⁶; Impugnação da matéria de facto¹⁷⁷; Falta de formalidade do RAI¹⁷⁸; Deficiência na gravação da prova¹⁷⁹; Ilegitimidade do Ministério Público¹⁸⁰ e; Insuficiência do inquérito¹⁸¹.

Foram exclusivamente colocadas, nos acórdãos em que o relator é do sexo feminino, questões quanto à: Impugnação da matéria de facto¹⁸²; Prescrição dos factos¹⁸³; Reabertura de audiência para apuramento dos factos¹⁸⁴.

especializada. O "*erro notório na apreciação da prova*" não consubstancia qualquer erro mas apenas o erro evidente. O erro do qual o homem de formação média perante o teor da decisão recorrida, por si só ou conjugada com o senso comum facilmente se aperceberia.

¹⁷² Cfr. art.º 412º do CPP

¹⁷³ Cfr. art.º 368º do CPP.

¹⁷⁴ Cfr. art.º 369º do CPP.

¹⁷⁵ Cfr. nº 2 do art.º 410º do CPP.

¹⁷⁶ Cfr. art.º 358º, art.º 359º e art.º 374º conjugado com art.º 379º todos do CPP.

¹⁷⁷ Cfr. nº 3 do art.º 412º CPP.

¹⁷⁸ Cfr. art.º 283º, 287º e 289º do CPP.

¹⁷⁹ Nulidade enquadrável no art.º 363º do CPP.

¹⁸⁰ Cfr. art.º 48º e seguintes do CPP.

¹⁸¹ Nulidade enquadrável na alínea *d*) do nº 2 do art.º 120º do CPP.

¹⁸² Cfr. nº 2 do art.º 412º CPP.

¹⁸³ Cfr. alínea *b*) do art.º 118º do CP.

No caso dos acórdãos em que o relator é do sexo masculino, foram exclusivamente submetidas para apreciação as questões: Impugnação da matéria de facto¹⁸⁵; Irreparável contraditório e garantias de defesa arguido¹⁸⁶; Competência para novo julgamento¹⁸⁷; Proibição valorção da prova¹⁸⁸; Rejeição do recurso¹⁸⁹; Admissibilidade do recurso¹⁹⁰; Falta de indícios suficientes¹⁹¹; Impunibilidade da conduta¹⁹².

Em comum, ambos os sexos tiveram de dar resposta às seguintes questões: Alteração do enquadramento jurídico penal; Desadequação da pena¹⁹³; Vício da decisão recorrida¹⁹⁴; Nulidade da sentença¹⁹⁵; Impugnação da matéria de facto¹⁹⁶; Falta de formalidade do RAI¹⁹⁷; Deficiência na gravação da prova¹⁹⁸; Ilegitimidade do Ministério Público¹⁹⁹ e; Insuficiência do inquérito²⁰⁰.

5.8 – A vontade do Legislador e a Prática da Lei

“Em que consiste portanto a especificação dos fundamentos que foram decisivos para a formação da convicção? Consiste simplesmente na indicação das razões fundamentais, retiradas a partir das provas segundo a análise que delas fez o julgador, que levaram o tribunal a assumir como real certo facto. Ou, se se quiser, consiste em dizer por que motivo ou razão as provas produzidas se revelam credíveis e decisivas ou não credíveis ou não decisivas. No primeiro caso o tribunal explica por que julgou provado o facto; no segundo explica por que não julgou provado o

¹⁸⁴ Cfr. art.º 371º do CPP.

¹⁸⁵ Cfr. nº 4 do art.º 412º CPP.

¹⁸⁶ Cfr. art.º 32º CRP.

¹⁸⁷ Nulidade enquadrável no art.º 426º-A do CPP.

¹⁸⁸ Cfr. art.º 355º do CPP.

¹⁸⁹ Cfr. art.º 420º do CPP.

¹⁹⁰ Cfr. art. 414º do CPP.

¹⁹¹ Cfr. art.º 308º do CPP.

¹⁹² Cfr. art.º 31º do CP.

¹⁹³ Cfr. art.º 369º do CPP.

¹⁹⁴ Cfr. nº 2 do art.º 410º do CPP.

¹⁹⁵ Cfr. art.º 358º, art.º 359º e art.º 374º conjugado com art.º 379º todos do CPP.

¹⁹⁶ Cfr. nº 3 do art.º 412º CPP.

¹⁹⁷ Cfr. art.º 283º, 287º e 289º do CPP.

¹⁹⁸ Nulidade enquadrável no art.º 363º do CPP.

¹⁹⁹ Cfr. art.º 48º e seguintes do CPP.

²⁰⁰ Nulidade enquadrável na alínea d) do nº 2 do art.º 120º do CPP.

*facto. (...) A motivação não tem porque ser extensa, de modo a significar tudo o que foi probatoriamente percecionado pelo julgador. Pelo contrário, deve ser concisa, como é próprio do que é instrumental, conquanto não possa deixar de ser completa."*²⁰¹

A certeza que se exige e se espera de um juiz, no momento da decisão depende de duas variáveis: Da realidade demonstrada através da prova produzida e não produzida; e do processo intelectual de apreciação e valoração dessas provas. Para analisar as diferenças no discurso dos relatores de sexo feminino e masculino, comparou-se o conteúdo semântico das considerações por estes tecidas, e fundamento aplicado, nas motivações que conduziram à decisão proferida.

Foi este o entendimento do legislador, quando plasmou no artigo 127º do CPP, que a prova deve ser apreciada segundo as regras da experiência e livre convicção do julgador. E este entendimento encontra-se presente em todos os acórdãos analisados, através do uso comum da expressão *"para além de indicar os meios de prova, examiná-los criticamente, valorando cada meio de prova, tendo em conta a livre convicção do julgador e, atendendo às regras da experiência comum, nos termos do artigo 127.º do CPP"*, acrescido de *"no caso em concreto, o Tribunal formou a sua convicção com base na análise crítica das declarações prestadas, pela ofendida e pelas testemunhas."*

Para analisar o discurso utilizado pelos desembargadores do TRE, optamos por continuar a analisar separadamente o conteúdo das decisões proferidas pelos elementos de sexo feminino e sexo masculino, fazendo posteriormente uma comparação dos resultados obtidos.

Para tal, cingimo-nos à semântica que cada desembargador, do sexo feminino e sexo masculino, apresenta na sua "fundamentação", com especial atenção à linha argumentativa e expressões por estes utilizadas. Para tal, agruparam-se os dados recolhidos em três categorias: 1) Arguidos; 2) Vítimas; e 3) Conduta ilícita.

²⁰¹ José I. M. Rainho, 2006, *op cit.*, p. 145.

Dentro destas categorias principais, foram identificadas subcategorias para permitir uma quantificação do número de vezes que determinada palavra ou expressão foi proferida.

5.8.1 – A Semântica nos Desembargadores de Sexo Feminino

Categoria 1 – Arguidos

Subcategoria 1.1: Aspetos e/ou características psicossociais dos arguidos

Quanto à situação pessoal do arguido, foram referidas as expressões: Desempregado; alcoólico sendo referido num acórdão que *“o arguido não reconhecendo o seu problema de alcoolismo, recusando tratamento para o mesmo”; “Arguido embriagado nos factos, mas longe de integrar o estereótipo do embriagado descontrolado e enfurecido”²⁰²; “O arguido cresceu influenciado por uma visão muito tradicional dos papéis masculino e feminino. Cresceu numa família com graves problemas financeiros, marcada pela pobreza e pela violência da figura paterna num contexto de excesso de consumo de álcool que infligia maus tratos à mulher e aos filhos.”²⁰³*

Quanto às condições pessoais, sociais, económicas e profissionais do arguido: 1) *“Atendeu-se à integração profissional e social do arguido, à sua situação familiar e ao nível médio escolar”*; 2) *“Ausência de antecedentes criminais, atendeu-se à sua condição social, económica e pessoal”*

Subcategoria 1.2: Traços de personalidade e postura revelada pelo arguido

Quanto à personalidade, os arguidos foram considerados como: 1) *“revela-se ausente de sentido autocrítico”*; 2) *“personalidade impulsiva e de agressividade”*; 3) *“personalidade perturbada, sem autocontrolo, agressiva e manipuladora e possessiva (...) É latente o controlo*

²⁰² Acórdão do TRE de 07-02-2013, Pº 738/12.0GBABF.E1

²⁰³ Acórdão do TRE de 01-07-2014, Pº 323/11.3GBGDL.E1

obsessivo, pressão psicológica, e violenta"; 4) "Enerva-se com facilidade, reagindo com agressividade, partindo objetos do lar"; 5) "O arguido funciona num registo auto centrado, não aceitando ideias diferentes das suas, operando nestas situações num registo de agressividade verbal e/ou física, (...) denota dificuldade em controlar os seus impulsos e de relacionamento com os mais próximos"; 6) "Sofre de perturbação mista de personalidade, tipo paranoide, que se traduz por agressividade verbal e/ou física, que em situações de maior stress ou cansaço podem diminuir a sua capacidade de discernimento"; 7) "Padece de uma depressão crónica com somatização e ansiedade, tem traços obsessivo-compulsivos revelando traços de personalidade não adaptativa e dismatura".

Quanto à postura do arguido, foram proferidas as expressões: 1) *"Não aceita o final do relacionamento"; 2) "O arguido limita-se a tecer críticas e a discordar da matéria de facto sem a impugnar".*

Subcategoria 1.3: Declarações prestadas

Quanto à valoração do testemunho prestado pelo arguido, temos as seguintes expressões: 1) *"A versão apresentada pelo arguido não faz sentido"; 2) "O depoimento do arguido não mereceu credibilidade face ao depoimento da assistente"; 3) "Depôs de forma que não convenceu o tribunal, mostrou-se vago e por vezes titubeante nas respostas"; 4) "O testemunho do arguido revelou-se inútil".*

Subcategoria 1.4: Contactos com o sistema de justiça

Foi feita menção pela relatora às condenações anteriores: 1) *"condenações anteriores pelo mesmo crime contra a mesma vítima"; 2) "arguido encontrava-se a cumprir pena suspensa na sua execução, pelo mesmo crime, na pessoa da mesma vítima".*

Subcategoria 1.5: Confissão e interiorização

Quanto à confissão dos factos: 1) *"O arguido negou a prática dos factos"*; 2) *"O arguido apenas insultava a ofendida quando discutiam os dois e nunca de forma gratuita"*; 3) *"Admitiu parcialmente a prática dos factos"*; 4) *"Negou as agressões físicas, admitindo que por vezes discutiam os dois"*; 5) *"Negou os factos admitindo que durante as discussões com a mulher a insultou"*; 6) *"confirma a rutura do casamento e as frequentes discussões, negando ter proferido ameaças, insultos e a agressão"*; 7) *"Admitiu o mau relacionamento à data dos factos com frequentes discussões. Admitiu ter dado um estalo à vítima durante a última discussão"*; 8) *"Não admitiu ter ameaçado e injuriado a filha. Admitiu parcialmente os factos quanto à mulher"*.

Quanto à interiorização da conduta: 1) *"A personalidade do arguido revela perigo concreto e atual de continuação da conduta criminosa"*; 2) *"Postura desculpabilizante do arguido revelador da notória incapacidade de autocrítica, ciúme e obsessão"*; 3) *"Desculpou a sua conduta com os problemas de disfunção erétil"*; 4) *"Desvaloriza as consequências da sua conduta, não obstante ter tentado suicídio após atentar contra a vida da ofendida"*; 5) *"O arguido revele-se perfeitamente capaz de entender o alcance e as consequências dos seus atos na saúde da assistente"*; 6) *"Desculpa-se com o facto de a assistente simular as situações de agressão conjugal, para ficar com a casa comum, razão pela qual vivem juntos"*; 7) *"O arguido argumenta que os crimes de violência doméstica têm de ser entendidos do ponto de vista da evolução da espécie humana"*²⁰⁴, e que *"a agressão tem a sua génese da alegada infidelidade da mulher"*; 8) *"Desculpou-se admitindo que a perseguia porque desconfiava que esta lhe era infiel"*; 9) *"encontrava-se a cumprir pena suspensa na sua execução, pelo mesmo crime, na pessoa da mesma vítima, sujeito a meios de controlo de vigilância, o que não impedir que a continuasse a perseguir e vigiar."*

²⁰⁴ Acórdão TRE de 03-20-2012, Pº 511/10.0GCSTR.E1: O arguido não se conforma com a pena aplicada entendendo que: 1) *"o crime de violência doméstica «tem de ser entendido, em certos casos, desde um ponto de vista da evolução dos machos da espécie humana»"*; 2) *"as agressões que levou a cabo «têm a sua génese na infidelidade (real ou imaginária, pouco importa agora)» da Ofendida"*; 3) *"as agressões que levou a cabo «têm a sua génese na infidelidade (real ou imaginária, pouco importa agora)» da Ofendida"*; 4) *"o grau de ilicitude e de culpa não justificarem semelhante punição"*. A resposta da juíza desembargadora, revelou-se "educadamente" adequada ao descontentamento do arguido: *"entende o Recorrente que lhe deve ser imposta pena de prisão não superior a 1 ano e 6 meses, suspensa na sua execução por igual período"*, revelando tal pretensão que este *"não tem presente que o crime que cometeu é punido com pena que se situa entre 2 e 5 anos de prisão"*. *"Quanto ao argumento da «evolução dos machos da espécie humana», porque este não é local adequado a avaliar «filosofias de vida» alheadas de normas de cariz penal, só nos ocorre dizer que o argumento é acentuadamente infeliz num processo de violência doméstica assente em factos que não são impugnados por quem nele foi condenado"*. *"Quanto a agressões que têm a sua génese na infidelidade da mulher agredida, os factos provados não sustentam semelhante conclusão. Mas, provavelmente, também aqui, a distinção entre a realidade e a imaginação não interessa"*.

Subcategoria 1.6: Sentimentos demonstrados pelo arguido em relação à assistente

Foi referido que: 1) *"o arguido sentiu-se devassado na sua intimidade e desrespeitado na sua personalidade"*²⁰⁵ e *"mostrou desprezo pela assistente"*; 2) *"Trata a ofendida de modo cruel, molestando-a física e psiquicamente, subjugando-a às suas vontades"*.

Subcategoria 1.7: Atenuantes na determinação da medida da pena aplicada

Como atenuantes da pena aplicada, a relatora teve em consideração que: 1) *"O arguido não tem condições económicas para pagar o valor determinado pelo tribunal a quo para suspensão da pena"*; 2) *"Não tentou nem manifestou intenção de se aproximar da assistente, nem de restabelecer qualquer relação"* e *"não expressou manifestações de vingança"*; 3) *"O arguido tem 58 anos e não tem antecedentes criminais"*, *"os crimes ocorreram em circunstância que encontra alguma conexão fenomenológica"* e a determinação da medida da pena *"sofrerá alguma mitigação decorrente de uma maior debilidade atual do arguido"*; 4) *"O arguido tem noção crítica dos atos que pratica mas tem atenuantes devido à patologia de personalidade"*; 5) *"Os traços de personalidade não adaptativos, bem como depressão crónica e a ansiedade são uma doença de que o arguido padece e não podem deixar de relevar em certa medida na pena aplicada, pois diminuem ligeiramente a culpa do agente"*.

Categoria 2 – Vítimas

Subcategoria 2.1: Testemunho prestado

O testemunho prestado pelas vítimas foi, essencialmente caracterizado pelas seguintes palavras: *"concludente"*; *"objetivo"*; *"espontâneo"*; *"credível"*; *"lógico"*; *"coerente"*; *"detalhado"*; *"com rigor"*; *"genuíno"*; *"sincero"*; *"seguro"*; *"convicto"*; *"descomprometido"*; *"genérico"*; *"sem grande espontaneidade"*; *"vago"*; *"teatral"*;

²⁰⁵ Acórdão do TRE de 06-30-2015, Pº 1340/14.7TAPTM.E1

“discurso desgovernado e desorientado”; “confuso”; “hesitante”; “inseguro”; “contraditório”.

Subcategoria 2.2: Sentimentos demonstrados pela vítima em relação ao arguido

Foi mencionado pela relatora que a vítima: 1) *“Demonstra ressentimento contra o arguido”, encontrando-se “magoada e triste com a expectativa criada em torno da reconciliação do casal e pelo arrependimento manifestado pelo arguido em ter voltado para casa”; 2) “não revela intuito persecutório contra o arguido”; 3) Confirmou “que a relação se encontrava deteriorada”; 4) “teve dificuldade em conter a emoção ao lembrar os factos”; 5) “ficou muito abalada pela conduta do arguido tendo-lhe sido diagnosticada ansiedade e síndrome depressiva”. Num acórdão foi ainda referido que “a perigosidade enaltecida pela assistente, não é corroborada pela fatualidade provada”.*

Subcategoria 2.3: Vitimação

Como anteriormente foi dito, a submissão da vítima, ou seja, a negação da igualdade entre os casais, é uma das explicações para a violência doméstica. Esta “submissão” foi referida em 3 acórdãos, através das seguintes expressões: 1) *“Assistente com postura submissa (...) obrigada a manter o relacionamento amoroso”; 2) “O episódio de vida em análise é demonstrativo de uma relação de dependência psicológica e afetiva da qual resulta a situação de conjugalidade em concreto”; 3) “Ocorreram na esfera da intimidade sexual com a assistente, num contexto que se afigura ocorreram com o consentimento desta.”*

Subcategoria 2.4: Lesões que o comportamento do arguido provocou na vítima

Aquando da fundamentação da sua decisão, foram referidas as seguintes lesões: medo; humilhação; tristeza; desgaste emocional; sofrimento; ofendeu a

honra, ofendeu a integridade física; perturbou psiquicamente; intimidação; diminuição enquanto pessoa; desgaste físico; fragilização da vítima. Foi ainda mencionado, num acórdão que *"as lesões são facilmente auto infligidas, posto que não provocam dor relevante sendo de baixa gravidade"*²⁰⁶.

Categoria 3 – Conduta Ilícita

Subcategoria 3.1: Lugar da prática dos factos

Em 7 acórdãos foi feita referência ao carácter privado da violência doméstica tanto para relevar as declarações prestadas por algumas testemunhas, como para reforçar as declarações prestadas pela assistente.

Foram referidas expressões como: 1) *"nunca terem presenciado não quer dizer que não tenham acontecido"*; 2) *"as testemunhas revelaram escasso conhecimento da relação mantida entre o arguido e a mulher porque apenas conviviam socialmente, o que é natural na violência doméstica"*; 3) *"é normal que algumas testemunhas não se apercebam bem de todos os comportamentos porque as pessoas que rodeiam o casal não dão conta do que se passa no interior a residência"*; 4) *"O comportamento do casal em público e perante o círculo de amigos não afasta o que possa ter ocorrido dentro de casa"*.

²⁰⁶ Acórdão do TRE de 07-02-2013, Pº 738/12.0GBABF.E1. Para a juíza desembargadora *"pese embora todo o esforço probatório da assistente, os autos não apresentam nenhum elemento de prova que não esteja (ou possa ter estado) absolutamente dependente de exteriorizações da sua vontade"*. Mais, sustentada na matéria de fato vertida conclui que *"as marcas que terá mostrado são facilmente auto-infligidas"* sendo a *"sua baixa gravidade pouco compatível com a violência que geralmente anda associada a casos de agressões conjugais de marido contra mulher, em contexto de relações prolongadas e alcoolismo"*. A conduta da assistente em julgamento *"coloca um certo ênfase na descompensação psíquica evidenciada (...) demasiado teatral (...) falando desgovernadamente (...) levantando-se espontaneamente e retirando de um saco as ditas peças de roupa rasgadas que exibiu perante o Tribunal sem que ninguém lho pedisse e agindo, de maneira geral, de forma que evidenciava uma certa desorientação (fortemente evidenciava quando, espontaneamente, recua ao tempo de recém casada e começa a contar a história de um R., que já morreu, falando da fazenda daquele como se o Tribunal tivesse conhecimento de tais factos)"*.

Subcategoria 3.2: A ilicitude dos factos

Relativamente ao grau de ilicitude das condutas dos arguidos, a seu elevado grau foi expressado em 5 acórdãos. No entanto, em 2 acórdãos *"a concreta ilicitude do arguido não se configura como degradante da personalidade da vítima"*.

Subcategoria 3.3: Forma de violência

A forma de violência doméstica exercida pelo agressor sobre a vítima foi referido pela juíza desembargadora em 11 acórdãos, salientando as seguintes expressões: 1) *"Agiu com intenção de ofender a honra e a consideração molestando-a física e psicologicamente"*; 2) *"As agressões físicas, prolação de expressões fortemente injuriosas, profanação da intimidade e privacidade de um diário pessoal e as ameaças várias, incluindo a de enxovalho público."*

Subcategoria 3.4: O especial dever de cuidado

Apenas em 2 acórdãos, a relatora evidenciou o especial dever de cuidado a que o agressor se encontrava obrigado, por conta dos laços que o uniam à vítima. É sabido que em todos os casos de violência doméstica este dever é violado, mas não deixa de ser caricato que dos 20 acórdãos analisados, somente em dois o desrespeito do agressor para com vítima tenha sido observado desta perspetiva.

"Os laços familiares básicos devem constituir para o agente fatores inibitórios acrescidos."

Subcategoria 3.5: Contexto da agressão

A imagem global do facto e a perceção do episódio em apreciação, são fatores importantes na delimitação da fronteira entre condutas que têm dignidade

punitiva à luz do tipo de violência doméstica e aquelas que, não obstante serem impróprias e indignas para a vítima, não se subsumem ao tipo. A *ratio* do tipo tipificado no artigo 152º do CP, não reside na proteção da família, mas sim na proteção individual na família, na tutela da sua dignidade, protegendo-a de um abuso de poder na relação afetiva.²⁰⁷

Em 2 acórdãos, a relatora fez menção ao contexto em que a agressão foi perpetrada para justificar a sua decisão, focando que os factos ocorreram num quadro de relacionamento conjugal deteriorado, e que, apesar dessa degradação, os cônjuges se mantiveram livremente no casamento, interagindo sempre em condições de paridade e igualdade conjugal:

“O arguido e a assistente, apesar de estarem casados há tanto tempo, não se deram sempre bem. Pelo contrário. Muitas vezes entravam em conflito, divergindo de opiniões e discutindo um com o outro, o que fizeram várias vezes ao longo dos anos. Ora, se o casal discutia entre si, é porque havia um espaço de autonomia e de reconhecimento do outro para essa discussão. Com efeito, se um ordena e o outro acata, não há aqui qualquer discussão. Não há espaço para resposta. Só há discussão/resposta entre iguais. Se um tiver um ascendente sobre o outro, há-de acabar por impor ao mesmo a sua vontade e os seus argumentos vencendo-o, anulando-o. Onde, se o casal não se entendia e se discutiam é porque ambos se encontravam num plano de reconhecida igualdade, ou pelo menos, nenhum dos dois permitia que o outro lhe não reconhecesse essa igualdade (impedindo a supremacia de um sobre o outro e, portanto, a sua anulação enquanto pessoa). Tal circunstância constitui já um inegável indício da inexistência da tal superioridade de um à custa da diminuição da dignidade do outro, pressuposta pelo tipo penal em apreço.”

“No quadro global de vida em relação como o presente, resulta incompreensível a afirmação feita no despacho recorrido de que «os factos ora indicados não obstante considerados graves, em termos de agressões físicas não decorrem nos autos qualquer lesões com gravidade».”

²⁰⁷ Nuno Brandão, 2010, *op cit.*, p. 21

5.8.2 – A Semântica nos Desembargadores de Sexo Masculino

Categoria 1 – Arguidos

Subcategoria 1.1: Aspetos e/ou características psicossociais dos arguidos

Quanto à situação pessoal do arguido, foram referidas as expressões: 1) *"Durante anos teve consumo abusivo de álcool e drogas"*; 2) *"Apresenta problemas de relação com valores essenciais penalmente tutelados"*; 3) *"O arguido reconhece a sua problemática aditiva"*; 4) *"Não reconhece o seu consumo excessivo de bebidas alcoólicas e drogas, enquanto condição médica a tratar"*; 5) *"Padece de um problema alcoólico"*; 6) *"Não tem meios de subsistência. Ingere bebidas alcoólicas em excesso negando esse hábito. Padece de epilepsia não valorizando esse diagnóstico. Não tem família em Portugal. Provoca mau ambiente entre os colegas de trabalho"*.

Quanto às condições pessoais, sociais, económicas e profissionais do arguido, as mesmas foram valoradas em 13 acórdãos, através de expressões como: *"subcomissário da PSP atestou a sua condição sócio económica"*; *"Tem a seu favor a inserção social"* e *"foi valorado o relatório social do arguido"*. Num caso, a referência efetuada teve conotação negativa porquanto o arguido *"não se encontra inserido a nível familiar e social"*.

Subcategoria 1.2: Traços de personalidade e postura revelada pelo arguido

Quanto à personalidade, os arguidos foram considerados como: 1) *"Revelou ser uma pessoa seca, rude, conservador e de modos pouco refinados"*; 2) *"Tendências agressivas"*; 3) *"Manifesta características negativas de personalidade"*; 4) *"Personalidade persistente e insensível"*; 5) *"Padece de distúrbios de personalidade acompanhado de traços paranoides"*; 6) *"Tem uma sensibilidade diminuída para avaliar a sua conduta que o torna perigoso"*; 7) *"Apresenta perturbação de personalidade, é impulsivo e emocionalmente instável, lida mal com a frustração e revela descontrolo emocional"*; 8) *"Personalidade de deficiente formação e inadequada sensibilização dos valores que nas condições apuradas se mostrou visível"*; 9) *"Personalidade totalmente desajustada às imposições sociais que espelham os mais elementares direitos da pessoa humana"*.

Quanto à postura do arguido, foram ditas expressões como: 1) *"Manteve ao longo do processo uma postura inadequada"*; 2) *"fixando-se em pormenores de circunstância e aduzindo argumentos justificativos que resultam numa negação de situações de confronto"*; 3) *"postura de desvalorização da sua conduta e ausência de adequada interiorização das suas responsabilidades"*; 4) *"Transpareceu uma certa memória seletiva"*; 5) *"faz antever a possibilidade de voltar a agir de modo idêntico"*; 6) *"Funda-se no carácter "dominial" da relação conjugal havida e na não aceitação de que a nova separação do casal não fosse passageira"*.

Subcategoria 1.3: Declarações prestadas

Quanto ao peso atribuído ao testemunho prestado pelo arguido: 1) *"Declarações fundamentais, reconhecendo de forma conformada e sincera que, no âmbito das discussões originadas pelos ciumes da ofendida a insultou"*; 2) *"Adotou um discurso rígido e contido, cauteloso nas palavras – não logrou convencer o tribunal"*; 3) *"O tribunal não atendeu às declarações prestadas pelo arguido quanto à sua situação económico profissional"*; 4) *"Não conferiu o arguido às suas palavras a mais pequena de credibilidade"*; 5) *"Centra o seu discurso em voltar a residir com a ofendida"*; 6) *"Declarações desconsideradas atento discurso inverosímil"*; 7) *"Discurso confuso, pouco plausível, hesitante e desculpativo"*; 8) *"Alguma instabilidade emocional, agitação e ideação persecutória"*; 9) *"Parece que o arguido labora com base numa realidade paralela ou alternativa à que ficou assente como provada"*.

Destacamos a consideração feita pelo juiz desembargador que, perante o *"discurso calmo"* prestado pelo arguido concluiu que a *"versão dos factos não se revelou credível por ter sido pouco objetiva e sincera. Quis fazer transparecer que todos os problemas do casal eram tratados com pacificidade e compreensão da sua parte, mesmo relativamente a assuntos que qualquer homem médio colocado na posição do arguido trataria com algum transtorno, emotividade e até mesmo exaltação"*.

Subcategoria 1.4: Contactos com o sistema de justiça

As condenações anteriores dos arguidos foi fator tido em conta nas fundamentações apresentadas, através de menções como: 1) *"sem antecedentes criminais"*; 2) *"Não tem condenações por crime idêntico"*; 3) *"Antecedentes criminais de idêntica natureza foram relevantes"*.

Em 3 situações, a necessidade de prevenção especial foi percebida como elevada, uma vez que o arguido: 1) se encontrava detido por ter *"incumprido as medidas de coação impostas"*; 2) tinha *"antecedentes criminais pelo mesmo crime, estando atualmente a cumprir pena por violação dos deveres de suspensão da mesma"*; 3) havia estado *"internado compulsivamente"* por 3 vezes pela prática do mesmo crime, sempre na pessoa dos ofendidos, seus pais.

Subcategoria 1.5: Confissão e interiorização

Quanto à confissão dos factos: 1) *"Negou constantemente que tivesse qualquer relação com a ofendida"*; 2) *"O arguido negou, no essencial – sem grande convicção, diga-se –, toda a factualidade por que vem acusado"*; 3) *"Negou quase em absoluto os factos exceto assumir que discutiam frequentemente sobre assuntos do quotidiano"*; 4) *"Assumiu a discussão no interior da residência e a sua origem mas negou as agressões e os insultos"*; 5) *"Admitiu que impôs regras e castigos, tendo agredido com duas bofetadas numa ocasião"*; 6) *"Reconheceu serem frequentes as discussões, mas negou parcialmente os factos"*; 7) *"Descrevendo o sucedido de forma distante, impassível, mais ou menos automática"*.

Em 4 acórdãos o juiz desembargador apenas mencionou que o arguido *"negou parcialmente a prática dos factos"* e em 9 acórdãos, que este *"negou a prática dos factos"* sem fazer outras considerações.

Quanto à interiorização da conduta: 1) *"Revela manifesta falta de respeito com que o mesmo sempre a tratou"*; 2) *"Não interiorizou o desvalor da sua conduta e não reconhece a gravidade dos factos"*; 3) *"Não se mostrou arrependido, nem interiorizou devidamente o desvalor"*

das suas condutas"; 4) "Aceita o desvalor da sua conduta e entende-a como uma prática educativa"; 5) "Não se encontra ciente do caráter negativo e danoso da sua conduta nem da necessidade de respeitar a liberdade dos outros"; 6) "Referiu não se recordar dos factos constantes da acusação, afirmando que nunca teve intenção de magoar ninguém", num contexto onde o arguido regou a mulher e um agente da PSP com gasóleo, acendendo um isqueiro com intenção de atear fogo; 7) "Não mostrou arrependimento nem pediu desculpa à ofendida. Não faz uma adequada análise dos factos. Manifesta dificuldade em compreender e aceitar que não poderá voltar a partilhar com a ofendida a casa comum".

Em 2 acórdãos o juiz desembargador apenas mencionou que o arguido *"Não mostrou arrependimento"*.

Subcategoria 1.6: Sentimentos demonstrados pelo arguido em relação à assistente

Foi referido que: 1) *"Salientou que durante o matrimónio a assistente teve diversas crises psicóticas devida ao facto de não terem filhos, tendo desenvolvido uma compulsão por compras o que se transformou no motivo para as discussões"; 2) "Tratava a mulher com desprezo intelectual"; 3) "Tratava a ofendida de forma áspera e autoritária, chegando a dizer que era má mãe"; 4) "Chamou-a de deficiente (referindo-se ao fato de esta ter retirado um peito por conta do cancro de mama)"; 5) "Demonstra uma hostilidade latente contra os familiares"; 6) "As expressões que proferiu quanto à ofendida (...) evidenciam o ódio sentido pelo arguido quanto à sua mulher"; 7) "Revela animosidade em relação à ofendida"; 8) "Revela comportamento violento e exaltado face à ofendida"; 9) "Quer reatar a vida em comum. Sente-se injustiçado".*

Subcategoria 1.7: Atenuantes na determinação da medida da pena aplicada

Como atenuantes da pena aplicada, o juiz desembargador realçou factos como: 1) *"O arguido tinha 47 anos e estava desempregado"; 2) "Inserido na sociedade"; 3) "Consumo abusivo de álcool e drogas", que confere ao arguido "imputabilidade diminuída"; 4) "Não tem antecedentes criminais, encontra-se inserido social e profissionalmente" e "não*

*mantém contactos com a ofendida"; 5) "O arguido é delinquente primário (...) tem 65 anos de idade, e por isso "uma vida inteira" longe de condutas criminosas" mais, "beneficia de condição económica humilde, aparentando também ter um baixo nível de preparação cultural (que ajuda na tolerância à frustração)"*²⁰⁸.

Num dos acórdãos analisados, abonou a favor do arguido, o facto de o juiz desembargador entender que a agressão apenas ocorreu atenta a personalidade da ofendida: *"Releva a favor do arguido, o contexto em que agrediu a ofendida. As concretas circunstâncias em que o arguido agiu não evidenciam um comportamento cruel ou insensível ou uma intenção perversa por parte do arguido, apresentando-se antes como uma resposta – censurável, é certo – ao procedimento da queixosa"*. Ou seja, a ilicitude da conduta não foi ignorada, tão somente, ponderando a factualidade provada, entendeu o relator que a violência não foi "gratuita", dando provimento parcial ao recurso apresentado.²⁰⁹

²⁰⁸ Acórdão TRE de 06-04-2013, Pº 237/12.0GDSTB.E1. Sumário: *"Os factos que integram o tipo legal de homicídio qualificado na forma tentada podem integrar o conjunto de factos que materializam a violência doméstica exercida contra a vítima, pelo que tais factos integram o tipo penal de violência doméstica previsto e punível pelo artigo 152º nº 1 al. a), nº2 e 5 do CP, em concurso aparente com o crime de homicídio qualificado na forma tentada pelo art. 132º nº2 b) do CP, sendo punido por este último crime por via da cláusula de subsidiariedade expressa do art. 152º nº1 do CP."* Perante a factualidade provada e o contexto envolvente da conduta do arguido, o juiz entendeu que, *"as circunstâncias respeitantes às necessidades de prevenção geral são elevadas, graduando-se a sub-moldura penal neste domínio, como forma de as explicitar adequadamente, entre o meio e o limite máximo da pena (mais próximo contudo daquele primeiro)"*. O arguido vinha condenado numa pena de prisão, em cúmulo jurídico de 12 anos, porém, o TRE teve como atenuantes da pena o facto de *"o arguido beneficia de condição económica humilde, aparentando também ter um baixo nível de preparação cultural (sendo que este facto é "de per si" e em abstrato, potenciador de reações menos elaboradas e mais "imediatistas" - já que em abstrato, a preparação cultural consente outro tipo de elaboração "escapista", que ajuda na tolerância à frustração)"* e, ser *"delinquente primário o que, sendo embora o padrão de conduta exigível a qualquer cidadão não é despiendo, se se considerar que o mesmo tem 65 anos de idade, e por isso "uma vida inteira" longe de condutas criminosas (facto que deverá ser valorado em seu abono)"*.

²⁰⁹ Acórdão TRE de 03-25-2010, Pº 345/07.9PAENT.E1: *"Na verdade, apesar de ter resultado provado que o arguido é pessoa calma, cordata e paciente, certo é que, a personalidade evidenciada pela ofendida faz-nos acreditar que o arguido em algum momento, quicá cansado de uma relação que vinha sendo pautado pelo desentendimento e por atitudes mais possessivas por parte da ofendida, se tenha descontrolado e desferido a bofetada depois de constatar que a ofendida partiu o computador e que agia de forma igualmente descontrolada, pois pretendia, ainda, atirar o computador pela janela"*. Mais acrescenta que, *"nos termos afirmados na sentença recorrida, releva a favor do arguido o contexto em que deu a bofetada à ofendida, com desentendimento do casal e a constatação do facto de a ofendida ter acabado de partir o computador. Não tem antecedentes criminais, revelando-se os factos aqui em apreciação como episódio isolado da sua vida. Assim, o juiz decidiu "absolver o arguido, em conformidade com o que em sede própria se deixou exposto, relativamente à prática de um crime de violência doméstica, previsto e punível pelo artigo 152.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, do CP" e "declarar o arguido autor material de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punível pelo artigo 143.º, n.º 1, do CP" condenando "na pena de 100 dias de multa à razão diária de 8€"*.

Categoria 2 – Vítimas

Subcategoria 2.1: Testemunho prestado

Os juízes desembargadores do TRE, caracterizaram o testemunho prestado pelas vítimas como: “coerente”; “emotivo”; “credível”; “espontâneo”; “sincero”; “pormenorizado”; “emocionado”; “objetivo”; “hesitante”; “circunstanciado no tempo e no espaço”; “lógico”; “seguro”; “isento”; “convincente”; “sereno”; “confuso”; “consistente”; “direto”; “convicto”; “linguagem simples”; “descreveu os fatos sem os empolar”; “obsessivo”; “genérico”. Num acórdão foi dito que o depoimento *“não foi absolutamente credível”* e, num outro, o relator considerou que o depoimento prestado *“revelou segurança e uma transparência própria de quem ao fim de vários anos de angústia e de silêncio se sente livre para relatar episódios de uma vida familiar desconhecida”*.

Cumprе referir que, nos casos em que os juízes desembargadores consideraram compreensível, natural e comum nos casos de violência doméstica que, por vezes, as declarações das vítimas sejam hesitantes, imprecisas e até mesmo inconsistentes, pois que a estas não pode ser exigido que se recordem *ipsis verbis* das expressões proferidas pelos arguidos, ou pequenos detalhes que, no geral não se mostram decisivos para a tomada de decisão.

Ao nível do conteúdo, em 6 acórdãos, o relator referiu especificamente que a vítima:

- 1) *“Confirmou que esta foi a única vez que o marido a agrediu”*; 2) *“Enquadrou os fatos no contexto”*; 3) *“Assumiu que os seus ciúmes contribuíram para o mau estar entre o casal”*; 4) *“Afirmou que exista envolvimento de ambos em discussões e agressões verbais e físicas recíprocas”*; 5) *“Confirmou a presença de um clima de conflito desde o início da vida comum com alterações verbais entre o casal”*; *“O seu depoimento não contribuiu para o esclarecimento dos fatos, denotando alheamento inevitavelmente influenciada pela sua ligação ao arguido”*, seu companheiro há 21 anos.

Subcategoria 2.2: Sentimentos demonstrados pela vítima em relação ao arguido

Em relação aos sentimentos demonstrados pelas vítimas face ao comportamento do arguido, em sede de audiência de julgamento, o mesmo foi descrito pelos juízes desembargadores como: 1) Ressentimento para com o arguido; 2) Inimizade latente para com o arguido; 3) Tristeza pela forma como o arguido a tratou; 4) Aparenta ter carácter possessivo e instável; 5) Obsessão e possessão porque *"a ofendida contactou uma das testemunhas de defesa para lhe pedir que intercedesse junto do marido para este voltar para casa"*; 5) Determinação porque a vítima *"não revelou medo do arguido nem tampouco receio pela sua vida ou integridade física"*.

Subcategoria 2.3: Vitimação

Essencial para a caracterização do crime de violência doméstica, é a existência de uma vítima e de um vitimador, sendo evidente a sua posição de dominação e prevalência sobre a pessoa daquela. Muitas vezes, são as vítimas que, de modo inconsciente, se colocam numa posição inferior à do cônjuge. Dos acórdãos analisados, os juízes desembargadores referiram comportamentos adotados pelas vítimas que reforçam o carácter dominante do agressor, e que foi entendido como desculpa para os seus atos: 1) *"A ofendida foi desvalorizando e atribuindo ao álcool o comportamento do arguido, dizendo que o casamento correu bem e que ele era um bom marido e bom pai"*; 2) *"Postura submissa que sempre foi aceitando as imposições do marido, pondo-se na sua dependência económica e emocional"*; 3) *"Nega ter sido agredida pelo arguido"* e *"tem apoiado o marido desde que este foi detido por a ter agredido"*; 4) *"É notório o controlo que o arguido exercia sobre a vítima e as circunstâncias como a controlava"*.

Transcrevemos a opinião de um dos juízes desembargadores que nos parece descrever um comportamento frequente no tipo de crime em análise: *"em função da experiência, que vítimas de violência doméstica, dependentes e vulneráveis, vão suportando esse tipo de atos, muitas vezes na esperança de que os agressores se modifiquem, sem quererem quebrar os*

laços familiares e as consequências advenientes para os filhos e faltando-lhes apoio e coragem para abandonarem o que foram tentando construir”.²¹⁰

Em três situações específicas, pareceu-nos que o relator interpretou o comportamento e o discurso da vítima como de vitimização: 1) *“Não se entende a pretensão do assistente uma vez que sempre se movimentou orientado por uma aspiração de internamento, se necessário compulsivo (...). Só após o despacho de arquivamento proferido pelo MP é que se deu um qualquer clic que levou o assistente a litigar pela pretensão de criminalização das condutas psicologicamente desvairadas do cônjuge ao requerer a instrução para contrariar o arquivamento dos autos”*²¹¹; 2) *“Ao ser instada para esclarecer o porquê de ter mantido durante tanto tempo uma relação que, desde cedo, se pautou por divergências relativamente a assuntos importantes para a vida do casal, respondeu que quis fazer um esforço porque achava que tudo ia mudar (manifestando um sentimento que parecia superar tais dificuldades), mas por outro lado, porque pretendia tornar-se independentes, isto é, estudar e formar-se (o que, segundo disse, fê-la manter o casamento), ou seja, verifica-se a presença de objetivos muito determinados por parte de quem diz ter sido vítima de maus tratos”*²¹²; 3) *“Não se olvida que este exercício em desequilíbrio*

²¹⁰ Acórdão TRE de 09-22-2015, Pº 671/14.0PBFAR.E1

²¹¹ Acórdão TRE de 02-14-2012, Pº 327/07.0GCMMN.E1 – Neste acórdão, é entendimento do juiz desembargador que *“os episódios que se passaram entre o assistente e a arguida, sendo embora violentos, desagradáveis e constrangedores, não têm a ver com a violência doméstica prevista no mencionado art.º 152.º do CP”*. E estriba a sua convicção no fato de quando o pai do assistente apresentou queixa, este *“não pretendem que a denunciada venha a ser punida criminalmente, pretendem sim, que à mesma sejam aplicadas medidas de recuperação, nomeadamente internamento hospitalar compulsivo, por forma a que esta recupere do seu estado de saúde mental e físico”* tendo o próprio arguido mencionado que *“o presente procedimento criminal possa conduzir a um tratamento efetivo da denunciada”*.

Ou seja, este relator entende que *“quaisquer incómodos que o quadro ansioso-depressivo de natureza reativa da arguida causassem ao assistente não consubstanciavam uma situação de violência doméstica mas antes a obrigação do marido em suportar (enquanto o casamento não se dissolver, designadamente por divórcio) as consequências da doença mental de sua esposa (cuja existência aliás já sabia padecer antes de casar), procurando propiciar-lhe tratamento, como aliás fez durante os cerca de dois anos que o casamento durou”*. Mais exemplificou a situação: *“Se o marido não deixa dormir a esposa, lesando-a de forma assinalável no seu bem-estar físico e psíquico, por, recusando submeter-se a uma operação às vias respiratórias, passar as noites a ressonar, a esposa não vai apresentar queixa por violência doméstica ou por ofensa à integridade física simples”*; *“Se a esposa se levanta a meio da noite a correr atrás do marido com um cutelo aos gritos de «ah, malandro, quem és tu e o que fazes na minha cama», isso não será violência doméstica se for uma manifestação da doença até aí não detetada de Alzheimer”*.

²¹² Acórdão TRE de 03-05-2013, Pº 43/09.9GBRDD.E1 – Face à matéria de fato provada, o relator entende que *“não resultou evidente a presença de maus-tratos(...)”. Antes pelo contrário, o Tribunal convenceu-se de que o arguido e a ofendida cessaram a vida conjugal de forma conflituosa e marcada (...) por muitas alterações verbais, presença de insultos por parte do arguido e de, pelo menos uma situação de ameaça de morte. Não obstante, não nos parece que tais factos isoladamente considerados tenham a virtualidade de preencher o ilícito de violência doméstica, pois não se revestem da gravidade ou reiteração exigidas”*. O Relator diz ainda que a ofendida *“revelou ser pessoa consciente das consequências dessa união, com formação cultural e profissional, mas não obstante entendeu permanecer na relação marital porque queria acabar a sua formação universitária e por que achava que tudo poderia melhorar, o que, nas suas palavras, não aconteceu, no entanto, não se constata, em momento algum, que, em face de tal atuação, tenha ficado subjugada à vontade do arguido, se tenha visto vitimada sem alternativas ou numa situação de dependência do mesmo”*.

(na relação conjugal) *foi criado com o consentimento tácito da ofendida e sedimentado com o dever temporal em que a mesma adota uma atitude de sujeição (beneficiando de condições objectivas, desde logo, da autonomia financeira que lhe permitiam afastar-se, assumindo postura de paridade, ao invés de postura de submissão) a qual sempre regressa para junto do arguido por “amor” e pelo “conforto do seu lar”* .

Subcategoria 2.4: Lesões que o comportamento do arguido provocou na vítima

*“As expressões proferidas pelo arguido “não vales nada” e “qualquer puta é melhor que tu”, não podem deixar de ser considerados objetivamente atentatórios da honra e consideração da visada”*²¹³. No entendimento dos relatores, o comportamento do agressor provocou nas vítimas: medo, receio ou temor; humilhação; tristeza, mágoa ou angústia; ansiedade, nervosismo, perturbação, irritação ou inquietação; insegurança; vexame; fragilidade psicológica; retração social ou alheamento; vergonha; dores; constrangimento; desmotivação; descrença; falta de amor próprio; fragilidade física; sofrimento.

Categoria 3 – Conduta Ilícita

Subcategoria 3.1: Lugar da prática dos factos

O crime de maus tratos é frequentemente praticado por pessoas que, fora das paredes da casa de morada de família, se revelam pacíficas e muito respeitadoras dos outros mas que, dentro de casa transformam-se. Esta dualidade de comportamentos que um indivíduo pode ter dentro e fora de casa, é corroborada pelos depoimentos prestados pelas testemunhas de defesa, que descrevem o agressor como um pessoa pacífica, respeitadora e trabalhadora mas, nada relatam sobre a vida familiar do arguido revelando, na maioria das vezes, desconhecimento total quanto a esta.

²¹³ Acórdão do TRE de 01/28/2014, Pº1617/11.3PBFAR.E1

Foram identificados 16 acórdãos onde, o relator fez notar esta característica típica do crime de violência doméstica, através de expressões simples como: *"Molestada no interior da residência"; "Crimes ocorrem na intimidade do lar, longe do olhar de terceiros"; "Perpetrados no seio familiar, no interior da residência familiar"; "certo que há que distinguir entre aquele que é o comportamento público tanto sozinho como numa dinâmica de casal, e a sua vivência na intimidade do recato do lar";* ou *"Estas condutas frequentemente ocorrem na intimidade do lar"*. Ou, através de expressões mais descritivas: *"Poucas testemunhas ou quase nenhuma têm conhecimento direto dos factos, pois e, em especial, quando em causa estamos perante situações de mau trato psicológico, a tendência é a de não deixar marcas visíveis (como no caso das agressões físicas – hematomas, escoriações equimoses, etc.), sendo que tendem a decorrer no recato do lar, entre quatro paredes, na presença dos ali residentes, na maior das vezes, os filhos, de tenra idade, os quais por regra não permitem apurar o que de facto aconteceu, desde logo porque se recusam a testemunhar"*²¹⁴.

Num dos acórdãos, e a propósito de raramente haver testemunhas oculares das agressões cometidas neste contexto, o relator chamou a atenção para o oposto da situação supra descrita: *"Estranha-se o fato de a assistente não ter apresentado qualquer testemunha presencial, não obstante os fatos terem sido praticados em local público (jardim do Bonfim) e em hora de grande movimento de pessoas."*²¹⁵

Subcategoria 3.2: A ilicitude dos factos

Os juízes desembargadores do TRE, consideram que o grau de ilicitude da conduta dos arguidos foi elevado em 6 acórdãos, atendendo à elevada culpabilidade do agente, à conduta altamente reprovante atendendo relação com a vítima e a zona do corpo em que a atingiu, e ao *"modo de execução e gravidade das consequências"*. Transcrevem-se algumas considerações feitas pelos relatores a este propósito:

²¹⁴ Acórdão do TRE de 03-05-2013, Pº43/09.9GBRDD.E1

²¹⁵ Acórdão do TRE de 01-22-2013, Pº 704/09.2GDSTB.E1

*"O grau de ilicitude do facto é elevado dado que o arguido violou o interesse penalmente protegido da integridade física da ofendida, o dolo é direto, as exigências de prevenção geral são prementes dado que as agressões praticadas no seio da família nuclear exigem especiais cuidados da sociedade."*²¹⁶

*"Qualquer cidadão médio sabe que agredir física e verbalmente a pessoa que jurou amar e respeitar e a quem o liga um contrato de casamento, é algo profundamente censurável e ofensivo das regras que presidem à vida em sociedade."*²¹⁷

Conduas houve que, tendo em atenção o número de atos praticados pelo agente e a gravidade dos mesmos, na opinião dos relatores, não apontam para um elevado desvalor da conduta. Ou seja, *"as consequências na saúde da ofendida não são muito gravosas apontando para um grau de ilicitude mediano/baixo"*²¹⁸, contudo, *"não se colocam dúvidas sobre a violação de direitos de personalidade da assistente, todavia não se entende que tenha havido efetivamente afetação da sua dignidade enquanto pessoa"*²¹⁹, continuando a necessidade de prevenção geral a ser *"significativa na medida em que se reprova a culpa do agente procurando tranquilizar a consciência jurídica da comunidade"*²²⁰.

Num dos acórdãos analisados, o relator fundamentou o diminuto grau de ilicitude da conduta do agente, da seguinte forma: *"A simplicidade do que se provou demonstra que o arguido, após ter discutido com a ofendida, agarrou-a pelo pescoço, apertando-o e*

²¹⁶ Acórdão do TRE de 09-12-2011, Pº 331/08.1GCSTB.E1

²¹⁷ Acórdão do TRE de 07-11-2013, Pº 126/12.8GAMAC.E1

²¹⁸ Acórdão do TRE de 02-14-2012, Pº 478/09-7GBLLE.E2 – *"O arguido cometeu o crime sob a forma de dolo direto, sendo que o modo de execução (insultos e agressões físicas com um soco e empurrão), as circunstâncias, o curto espaço de tempo em que a conduta teve lugar e sempre na sequência de discussões entre o casal (que, como vimos, não deixa de ser subsumível no tipo de violência doméstica), assim como as consequências na saúde da ofendida, que não são muito gravosas, apontam para um grau de ilicitude mediano/baixo."*

²¹⁹ Acórdão do TRE de 05-18-2010, Pº 2195/06.0PBSTB.E1 *"Ficou provado que a conduta do arguido provocou na assistente as já referidas sensações de sofrimento, humilhação e tristeza, mas não se apurou que as ofensas sofridas fossem de gravidade tal que tivessem atingido a sua dignidade humana, a sua saúde física, psíquica e mental".* Na perspetiva do relator, *"ainda que assumam gravidade os factos provados, não são eles de molde a justificar a sua integração no tipo criminal em análise, sem riscos de se cair na banalização do conceito de maus tratos e de violência doméstica – bem longe da importância e gravidade com que o legislador quis revestir a sua incriminação"*. Apesar de não ser exigido o *"dolo específico, bastando o dolo genérico; não se exige reiteração da conduta (...), mas pressupõe-se uma conduta maltratante que seja especialmente grave, porque só a essas se reporta o tipo criminal em questão"*. Assim, o TRE decidiu negar provimento ao recurso apresentado pela ofendida, por julgar que *"no caso presente não se encontram reunidos os requisitos indispensáveis para o preenchimento do crime acusado, por não serem bastantes para tanto os factos provados"*.

²²⁰ Acórdão do TRE de 03-20-2012, Pº 484/10.4PBSTR.E1

*empurrou-a contra a estante dizendo que a matava – tem pois razão o arguido quando diz que foi só um episódio de separação entre um casal de namorados recente. A atitude não é particularmente ofensiva da integridade física e psíquica da ofendida. Não é especialmente censurável.”*²²¹ Da matéria de facto dada como provada, não nos parece que a decisão proferida tenha sido inadequada, porém, o discurso utilizado não foi a mais sensato, principalmente numa altura em que existe uma elevada consciência social do crime em questão.

O direito e a justiça “*representam uma determinada visão do mundo e impõem um determinado modelo de ordem social, cuja eficácia e legitimidade estará dependente, sobretudo, da capacidade de ir ao encontro dos valores determinantes numa determinada sociedade*”²²² e, nesta perspetiva, a linguagem utilizada pelos juízes é de extrema importância.

São prementes as razões de prevenção geral, uma vez que a violência doméstica é um crime frequente, perturbando fortemente as relações familiares e a paz social. Este facto é referido em 10 acórdãos, através de expressões simples como: “*Elevada consciência social*”; “*Consciencialização para a sociedade da grave conduta*”; “*Atos de desvalor social acentuado*”; “*Refere o impacto que a pena aplicada tem na sociedade*”; ou, através de expressões mais fundamentadas: “*As exigências de prevenção geral são prementes dado que as agressões praticadas no seio da família nuclear exigem especiais cuidados da sociedade*”²²³; “*A necessidade de prevenção geral é significativa na medida em que se reprova a culpa do agente procurando tranquilizar a consciência jurídica da comunidade*”²²⁴; “*Qualquer cidadão médio sabe que agredir física e verbalmente a pessoa que jurou amar e respeitar e a quem o liga um contrato de casamento, é algo profundamente censurável e ofensivo das regras que presidem*

²²¹ Acórdão do TRE de 06-25-2013, Pº 176/11.7PBSTR.E1. Na opinião do relator, “*valorando a fatualidade apurada nos autos, não parece que a mesma expresse uma imagem global de violência por parte do ora recorrente sobre a ofendida, que, pela gravidade ou natureza das ofensas, justifique o enquadramento da conduta sob as vestes do crime de violência doméstica*”, porque “*a ação levada a cabo pelo arguido e descrita na fatualidade, pelo seu carácter isolado e pela natureza com que se desenha, não se configura como maus tratos, na medida em que não é particularmente ofensiva da integridade física e psíquica daquela e por isso, não é especialmente censurável. (...) Inexiste assim, o acentuado desvalor social e a singular desconsideração pela pessoa e personalidade da ofendida, critérios exigidos pelo Artº 152 do CP, para que uma determinada conduta ofensiva mereça a censura proveniente deste enquadramento jurídico. (...) Conclui-se assim, que os factos objetivamente cometidos pelo arguido (...) devem ser enquadrados na previsão normativa do Artº 143 nº1 do CP, na medida em que o arguido quis e atingiu a ofendida na sua integridade física, bem sabendo que essa conduta lhe era proibida por lei.*” Neste caso, o TRE revogou a sentença recorrida, “*convolvendo-se a qualificação jurídica do crime cometido pelo arguido para o de ofensa à integridade física simples, pelo Artº 143 nº1 do CP.*”

²²² MACHADO, Helena e SANTOS, Filipe, (2009), *op cit.*, p. 2

²²³ Acórdão do TRE de 09-12-2011, Pº 331/08.1GCSTB.E1

²²⁴ Acórdão do TRE de 03-20-2012, Pº 484/10.4PBSTR.E1

à vida em sociedade"²²⁵; *"As elevadas exigências de prevenção geral que no caso se fazem sentir, tendo em conta a frequência com que este tipo de crimes continua a ocorrer e – dizemos nós - o sentimento de insegurança e impunidade que o mesmo gera na comunidade, quer pela frequência com que ocorre, como alguma comunicação social nos dá conta diariamente, quer pela dificuldade da sua prova, já que normalmente ocorre no seio familiar"*²²⁶; *"Encontramo-nos perante um ilícito criminal que "de per si" é sempre gerador de significativo alarme social e que é praticado nesta localidade com alguma frequência"*²²⁷; *"Uma pena inferior, perante tais circunstâncias, não só não daria satisfação às exigências de prevenção que no caso se fazem sentir, como poderia ser encarada pela comunidade como uma forma mitigada de desculpabilização, contribuindo para o sentimento de desconfiança que reina na sociedade sobre a eficácia do sistema de justiça jurídico penal, designadamente, na prevenção do crime de violência doméstica."*²²⁸

Subcategoria 3.3: Forma de violência

A forma de violência exercida contra a vítima, foi referida em 17 acórdãos através de expressões como: *"Violação dos direitos de personalidade da assistente"*; *"insultou e molestou fisicamente ciente que a ofendida não tinha como se defender"*; *"após ter discutido com a*

²²⁵ Acórdão do TRE de 07-11-2013, Pº 126/12.8GAMAC.E1. Este acórdão foi bastante polémico, quando o jornal Correio da Manhã fez manchetes com o título "Juíza defende que bater em mulher não é crime". Num artigo de opinião, em 29-08-2013 para o mesmo jornal, o Prof. Dr. Rui Pereira referiu que *"um homem que bateu na mulher (e só não terá conseguido fazer o mesmo à filha porque a vítima o impediu) foi ilibado de responsabilidade penal por uma juíza de instrução, que não o pronunciou pelo crime de violência doméstica. A juíza confirmou, assim, o despacho de arquivamento do inquérito proferido pelo MP de Mação, por entender que a agressão, só por si, não implica que o arguido tenha agido com dolo – que dependeria de ele saber que não podia praticar a agressão. Esta decisão é mais do que discutível. O dolo, tal como é definido no artigo 14º do CP, só requer que o arguido saiba que está a bater na mulher e queira fazê-lo. E o desconhecimento da proibição só exclui o dolo, ao abrigo do artigo 16º, se a proibição for neutral no plano dos valores (por exemplo, o arguido ignora que incorre em desobediência se organizar uma manifestação sem pré-aviso). Aliás, nem sequer é concebível que um português pense, no século XXI, que pode bater na mulher no exercício de "prerrogativas" conjugais. Ao julgar o recurso de tão insólita decisão, a Relação de Évora veio recordar o óbvio: "Qualquer cidadão médio sabe que agredir física e verbalmente a pessoa que jurou amar e respeitar (...) ofende as regras que presidem à vida em sociedade e, por isso, não é permitido por lei". Mas a decisão da primeira instância prova quão distante pode estar o direito aplicado do direito escrito: apesar de a violência doméstica englobar, desde 2007, quaisquer maus tratos físicos ou psíquicos, reiterados ou não, uma decisão judicial pode esvaziar o tipo de crime. É preciso alterar as mentalidades dos que ainda acham natural que os maridos servissem as mulheres e os filhos ou os educadores "corrijam" os alunos – desde que não levistem a palmatória acima do ombro, como aprendeu, à sua custa, Stephen Dedalus, o "jovem artista" (de) James Joyce. Vinte e duas mulheres assassinadas em Portugal por maridos, companheiros ou namorados (presentes ou pretéritos), só no primeiro semestre de 2013, esperam mais e melhor do Tribunal de Mação – que, em sua defesa, só poderá alegar que "absolveu" sem dolo o agressor."* Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/opiniao/detalhe/absolvicao-sem-dolo.html>.

²²⁶ Acórdão do TRE de 06-03-2014, Pº 204/12.3GBRMZ.E1

²²⁷ Acórdão do TRE de 06-04-2013, Pº 237/12.0GDSTB.E1

²²⁸ Acórdão do TRE de 06-03-2014, Pº 204/12.3GBRMZ.E1

ofendida, agarrou-a pelo pescoço, apertando-o e empurrou-a contra a estante dizendo que a matava"; "Atos de desvalor social acentuado (...) com uma repercussão assinalável na saúde psicológica" da ofendida; "Expressões carregadas de um indesmentível desvalor objetivamente ofensivo"; "Atos de agressão com paus, cordas e outras ferramentas".

Transcrevem-se duas descrições mais detalhadas de episódios de violência: *"Quando BT se encontrava sentada nas escadas, a chorar, o arguido puxou-a por um dos braços e empurrou-a, tendo a mesma embatido na parede. Outra, na sequência de uma discussão, o arguido começou a agarrar a sua companheira e desferiu-lhe pontapés em várias partes do corpo, fazendo-a cair ao solo. Com esta prostrada no solo, o arguido continuou a desferir-lhe pontapés pelo corpo, só cessando com as agressões devido à intervenção de terceiros"*²²⁹; *"Os objetos utilizados para agredir (o cano de uma arma, um cabo elétrico, um cinto) e as circunstâncias em que agredia (...) são por si demonstrativas da intenção do arguido de humilhar, de ferir na honra e dignidade e também de demonstrar a sua superioridade. Com efeito, ficou o tribunal em crer que o arguido batia qualquer que fosse o motivo, donde o receio provocado nos demais elementos da família, que nunca sabiam quando iam ser agredidos mas que viviam na eminência de o ser."*²³⁰

Transcreve-se ainda a consideração feita por um juiz desembargador quanto à *"palmada que a arguida desferiu ao arguido"* que *"se limitou a breve e ligeiro toque nas costas deste, como se de um aviso se tratasse, não sendo ao contrário do que parecia resultar do teor da acusação, de uma pancada que ofendesse o corpo do arguido."*²³¹

Subcategoria 3.4: O especial dever de cuidado

O especial dever de cuidado foi mencionado em 11 acórdãos, através de expressões como: *"Conduta altamente reprovante atendendo à relação com a vítima"; "O agente deve ter conhecimento da especial relação que mantém com a vítima"; "Sobre si recaía o dever de tratar com respeito"; "Sobre ele recaía o dever de tratar com respeito e consideração atentos os laços que os ligavam"; "Sobre ele recaía o dever de a tratar com respeito e consideração atentos os*

²²⁹ Acórdão do TRE de 02-24-2015, Pº 921/13.0OPBFAR

²³⁰ Acórdão do TRE de 09-22-2015, Pº 671/14.0PBFAR.E1

²³¹ Acórdão do TRE de 03-05-2013, Pº 1363/10.5PAPTM.E1

laços que os uniam, designadamente o facto de terem um filho comum"; "Arguido não possui qualquer respeito para com a sua ex-companheira enquanto pessoa e mãe da filha de ambos"; "Atentado à dignidade pessoal da assistente no quadro de uma relação conjugal que então o ligava àquele suficientemente relevante"; "Comportamento de todo incompatível com a dignidade da ofendida enquanto sua esposa e mãe do seu filho"; "O dever de cooperação importa para os cônjuges a obrigação de socorro e auxílio mútuos".

Num caso, foi a mãe e o padrasto do menor a violarem o especial dever de cuidado, tendo o relator dito que *"a relação dos arguidos ao comportamento do menor ultrapassa os limites a qualquer correção e repreensão que pretendessem dar ao mesmo"*.

Subcategoria 3.5: Contexto da agressão

Em 14 acórdãos, o juiz desembargador teve em atenção a imagem global do fato, ou seja, interpretou e caracterizou o quadro global da agressão de forma a determinar se ela evidencia um elevado desvalor da dignidade pessoal da vítima. Na maioria, as agressões aparecem conotadas com a prolongada e continua degradação da vida em comum e de respeito mútuo que é suposto existir no seio familiar que, em alguns, não pode ser imputado somente ao arguido.

Transcrevem-se passagens retiradas dos acórdãos analisados, para percebermos a forma como a imagem global do fato é percebida pelos juízes desembargadores do TRE:

*"Visto na globalidade dos elementos atendidos, tem relevo significativo, se bem que, quanto ao período durante o qual praticou a violência doméstica, acrescida da indeterminação do número de vezes em que ocorreram e os seus contornos concretos, devam favorecer ligeiramente o arguido."*²³²

²³² Acórdão do TRE de 05-05-2015, Pº 703/10.1GBSLV.E1

*"Agressão de que foi vítima a esposa do arguido, só surgiu por virtude desta ter ido em socorro da filha e não, por haver naquela altura qualquer outra desavença entre os cônjuges (...) nomeadamente o ser delinquente primário, a sua situação económica, a sua idade, o ser doente e não haver factos donde se possa inferir que possa ser acolhido noutra habitação, ou numa instituição afigura-se-nos que, é excessivo forçar o arguido a sair de casa."*²³³

*"O arguido em algum momento, quiçá cansado de uma relação que vinha sendo pautado pelo desentendimento e por atitudes mais possessivas por parte da ofendida, se tenha descontrolado e desferido a bofetada."*²³⁴

*"Não se encontrando esclarecido o número de ocasiões em que tal ocorreu, a quantidade de murros e pontapés em causa ou qualquer elemento relativo à forma e intensidade como foram desferidos, ao local do corpo da ofendida atingido e suas consequências, em termos de lesões corporais e desconhece-se também a motivação da conduta em causa."*²³⁵

*"A simplicidade do que se provou demonstra que o arguido, após ter discutido com a ofendida, agarrou-a pelo pescoço, apertando-o e empurrou-a contra a estante dizendo que a matava – tem pois razão o arguido quando diz que foi só um episódio de separação entre um casal de namorados recente."*²³⁶

*"De acordo com o relatado pela ofendida, os episódios que terão ocorrido durante o casamento não são mais do que indiciadores de que os membros do casal tinham pontos de vista diversos relativamente a questões fundamentais e lapidares daquele relacionamento a dois que, uma vez em conflito, gerariam, como geraram, problemas conjugais. contexto em que estas expressões foram proferidas, ou seja, após a rutura da vida em comum, numa altura em que o casal não mantinha entendimento."*²³⁷

"Atentas as circunstâncias concretas em que os fatos ocorreram, consistiu na descarga da irritação dos recorrentes sobre o menor, sem qualquer poder-dever de educação ou repreensão. (...) Não pode deixar de se anotar que não está em causa apenas um episódio – embora grave, deve dizer-se – mas

²³³ Acórdão do TRE de 05-05-2015, Pº 11/13.6GFPTG.E1

²³⁴ Acórdão do TRE de 03-25-2010, Pº 345/07.9PAENTE1

²³⁵ Acórdão do TRE de 09-12-2011, Pº 331/08.1GCSTB.E1

²³⁶ Acórdão do TRE de 06-25-2013, Pº 1176/11.7PBSTR.E1

²³⁷ Acórdão do TRE de 03-05-2013, Pº 43/09.9GBRDD.E1

vários comportamentos reiterados ao longo do tempo (por quem tinha o especial de ver de zelar pela segurança e bem estar do menor, imprescindíveis a um desenvolvimento equilibrado do mesmo), pelo que não podem tais comportamentos – reiterados – configurar o poder-dever de educar ou corrigir, o qual supõe, sempre, por um lado, que o agente atue com essa finalidade (o que no caso não se demonstrou nem se conclui da matéria de facto dada como provada), por outro, que os castigos infligidos sejam criteriosamente ponderados e proporcionais à falta ou faltas cometidas, o que é de todo incompatível com a violência física, com castigos corporais ou com castigos humilhantes e atentatórios da dignidade do menor, pois estes nunca serão adequados ou justificados pelo dever de educar. (...) Os arguidos agiram, “não com o mero intuito de educar... de contribuir para que este adquirisse as necessárias competências para que... pudesse desenvolver a sua vida de forma frutífera e harmoniosa, mas com a intenção de castigar e de o fazer sentir diminuído perante si e outros”.²³⁸

5.9 - Discussão de resultados

Categoria 1 – Arguidos

É praticamente pacífico na jurisprudência²³⁹ o entendimento de que a falta de averiguação das condições pessoais do arguido e da sua situação económica configura o vício de insuficiência da matéria de facto para a decisão de Direito. Nesta medida, os factos relativos ao processo de socialização, à personalidade e carácter, às condições pessoais do arguido e à sua conduta anterior e posterior aos factos são relevantes para fundamentar a decisão proferida pelos relatores, independentemente de serem homens ou mulheres, pois podem estar diretamente relacionadas com as motivações para o crime e a forma como este foi cometido.

Da subcategoria relativa às características psicossociais dos arguidos, claramente se retira que os relatores valoraram de forma positiva a boa inserção profissional e social dos arguidos, que lhes permitiu elaborar um juízo de prognose favorável relativamente ao comportamento futuro destes. Por outro lado, valorizam

²³⁸ Acórdão do TRE de 03-11-2014, Pº 317/09.9GFSTB.E1

²³⁹ Cfr. acórdãos do STJ, de 29-04-2003, 06-11-2003 e 11-11-2004

de forma negativa as dificuldades de inserção social, o desemprego e a falta de suporte familiar, que consideram como fatores de risco para a continuação da conduta ilícita ou como obstáculo à reinserção dos arguidos. Ambos os sexos, referiram a modesta condição económica do arguido como fator atenuante na medida da pena aplicada.

Ambos os sexos referiram o consumo e a dependência de drogas e álcool, como fator motivacional da conduta do agente. Para ambos, o fato de o arguido não reconhecer que sofre desta(s) condição(ões) surge como uma justificação e ao mesmo tempo uma causa para o crime, constituindo-se como motivação e fator de risco para a reiteração da conduta, ou um obstáculo à reinserção social dos arguidos. Apesar de ser uma conduta valorada negativamente pelos relatores, a mesma não foi tida como atenuante do grau de ilicitude das condutas perpetradas, salvo num acórdão²⁴⁰ cujo relator é de sexo masculino, em que o consumo abusivo de álcool e drogas atribuiu ao arguido uma imputabilidade diminuída.

Da avaliação efetuada, verifica-se que tanto os relatores de sexo feminino como os relatores de sexo masculino entendem que o comportamento delituoso do arguido tem na origem fragilidades significativas no que se refere às suas competências interpessoais, por vezes potenciadas pelo consumo abusivo de álcool e/ou problemáticas pessoais que constituem potenciais fatores de risco.

A forma como os relatores avaliam a personalidade do arguido e que aspetos têm em consideração, relevam na aferição do grau de ilicitude da conduta perpetrada e consequentemente na medida da pena, podendo ser valorados de forma positiva ou negativa na formulação de um juízo atenuante ou agravante, das exigências de prevenção geral e especial.

Também aqui, os arguidos foram descritos, pelos relatores de ambos os sexos, de forma semelhante como pessoas autoritárias, agressivas, controladoras, com dificuldades em avaliar a sua conduta.

²⁴⁰ Acórdão do TRE de 09-17-2013, Pº 97/11.8PFSTB.E1

Relativamente às declarações prestadas, excetuando um acórdão²⁴¹ proferido por relator do sexo masculino, no geral, o depoimento do arguido não mereceu grande credibilidade face ao testemunho da ofendida, chegando a ser referido como inútil ou sem sentido. A exceção foi o relator ter valorado as declarações do arguido mencionando que *“foram fundamentais para o tribunal formar a sua convicção, uma vez que admitiu parcialmente os factos, pois de forma conformada e sincera reconheceu que no âmbito de discussões entre o casal, originadas pelos ciúmes da ofendida (o que a mesma admitiu) lhe chamava de “puta” e “vaca”. Afirmou que efetivamente tem duas armas, duas caçadeiras, pois é caçador.”*

Resultou da análise efetuada que os relatores de ambos os sexos apenas valorizam de forma negativa, os antecedentes criminais dos arguidos em caso de condenação anterior pelo mesmo crime, ou por crime conexo à violência doméstica, por considerarem que este é um fator de agravamento da medida da pena, porquanto o agente não interiorizou o desvalor e a ilicitude da sua conduta anterior. Ou seja, é partilhada a opinião de que apesar de ter sido dada ao agente um oportunidade de “retratamento”, este não a aproveitou, pelo a necessidade de prevenção geral e, em alguns casos prevenção especial, o arguido tinha antecedentes criminais de idêntica natureza, na pessoa da mesma vítima.

Os juízes estabelecem um paralelo entre a verbalização da confissão e arrependimento com a interiorização do mal cometido e/ou o arrependimento sincero. Ou seja, extrapolam do comportamento do arguido para dimensões internas, apenas com base no discurso e talvez também da atitude dos arguidos em sede de audiência.

Neste contexto, os relatores de ambos os sexos foram unânimes no modo como avaliaram as questões internas da interiorização do mal e do arrependimento demonstrado pelo arguido, referindo que estes negaram ou apenas admitiram parcialmente a prática de fatos menos graves, não demonstraram arrependimento, adotaram comportamentos desculpabilizantes e por vezes de vitimização. Esta não assunção de culpa e interiorização do mal que a sua conduta representa, é percebida

²⁴¹ Acórdão do TRE de 03-11-2010, Pº 103/07.0GAFAL.E1

pelos relatores de ambos os sexos, como fundamental nas necessidades de prevenção geral.

Na subcategoria “Sentimentos demonstrados pelo arguido em relação à assistente”, os relatores de sexo masculino foram mais descritivos e mais reprovadores dos sentimentos expressados pelos arguidos em relação à ofendida, que os relatores de sexo feminino, chegando num dos acórdãos²⁴² a imputar à ofendida o desprezo demonstrado pelo arguido.

Os fatores tidos como atenuantes na determinação da medida da pena, foram unânimes nos relatores de ambos os sexos, valorizaram as condições económicas (ou a falta delas); a avançada idade do arguido conjugada com a falta de antecedentes criminais, não terem expressado manifestações de vingança e até mesmo de contactar a vítima.

Categoria 2 – Vítimas

Na subcategoria “Testemunho prestado”, os relatores de sexo masculino foram mais descritivos quanto ao testemunho prestado pelas vítimas, usando os mesmos conceitos, ou sinónimos, para os descrever. Ambos fizeram referências a testemunhos lógicos, coerentes, detalhados, objetivos, espontâneos, seguros, convictos, sinceros, descomprometidos, encarando os discursos hesitantes e inseguros como uma tipicidade dos testemunhos de vítimas de violência doméstica.

Nos acórdãos em que o relator é do sexo feminino, apenas foram feitas referências à forma como os depoimentos foram prestados, e não ao seu conteúdo, ao contrário dos acórdãos em que o relator é do sexo masculino.

As considerações tecidas pelos juízes desembargadores de ambos os sexos, quanto aos sentimentos demonstrados pela vítima em relação ao arguido, foram

²⁴² Acórdão do TRE de 06-30-2015, Pº 1340/14.7TAPTM.E1

unânicos, não obstante, nesta subcategoria, os sentimentos demonstrados pela vítima terem sido descritos de forma mais pormenorizada pelos relatores do sexo feminino, ao contrário do que sucedeu aquando da descrição dos sentimentos demonstrados pelo agressor.

Quanto à vitimização, os relatores de sexo masculino, são muito mais descritivos, atribuindo bastante relevo negativo à postura da vítima e ao modo como esta lidou com a violência e com o agressor. Parece-nos que o fator “senso comum” tem bastante peso na atribuição do grau da ilicitude da conduta perpetrada pelo agressor.

Os relatores de ambos os sexos recorreram a termos idênticos ou semelhantes, para descrever as lesões sofridas pelas vítimas. Em comum, encontramos conceitos como: medo, humilhação; vexame; tristeza; fragilidade psicológica e fragilidade física.

Categoria 3 – Conduta Ilícita

Quanto ao lugar onde ocorre a violência, é unânime para os relatores de ambos os sexos a condutas típicas do crime de violência doméstica são habitualmente praticadas em círculos privados ou muito restritos, longe dos olhares alheios, nem sempre denunciadas seja por medo de represálias, vergonha de expor publicamente a situação ou falta de capacidade para o fazer.

É pacífico o entendimento entre os relatores de ambos os sexos, que as razões de prevenção especial não são despiciendas no contexto de violência doméstica. Assim, a proteção dos bens jurídicos implica a utilização de medidas de prevenção geral, para dissuadir a prática de crimes, quer para manter e reforçar a confiança da comunidade na validade e na força de vigência das normas do Estado e na tutela dos bens jurídicos.

Em todos os 69 acórdãos analisados, na fundamentação da decisão do tribunal *a quo*, é referido que o arguido atuou livre, voluntária e conscientemente, bem sabendo que as suas condutas eram proibidas por lei.

É entendimento comum entre os relatores, que cada um dos cônjuges mantém o dever de respeitar os direitos individuais do outro, os direitos conjugais que a lei lhe atribui e os seus interesses legítimos, não atentando contra a vida, a integridade física ou moral, a honra e o bom nome do outro²⁴³. Nesta perspetiva, uma só agressão física integra a violação do dever de respeito entre os cônjuges, independentemente do contexto em que foi desferida.

O conjunto dos fatos fornece a gravidade do ilícito global perpetrado, sendo decisivo para a sua avaliação a conexão e o tipo de conexão verificada entre esses factos. Concordam os juízes relatores do TRE, independentemente do seu sexo, que o crime de violência doméstica não pode ser cometido com reciprocidade, apesar de os relatores de sexo masculino fundamentarem de forma mais descritiva as situações em que as agressões tiveram lugar.

Embora se assista a uma cada vez maior sensibilização e empenho por parte dos juízes no combate à violência doméstica, não podemos deixar de notar que o discurso utilizado ainda se vai mantendo fiel a certos modelos sociais que se encontram enraizados na nossa sociedade.

As diferenças entre homens e mulheres advêm dos papéis tradicionais que lhe são comumente atribuídos, por uma sociedade ainda maioritariamente patriarcal, que relega as mulheres para o domínio privado ou doméstico e os homens para o domínio público, o mundo dos negócios. O pai era o chefe da família, e a mulher e os filhos deviam-lhe obediência.

Sociologicamente, as sociedades contemporâneas têm a sua génese numa estrutura tradicionalmente patriarcal, caracterizada por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher num ambiente familiar, e embora esta

²⁴³ Cfr. Art. 1672º do CC

percepção esteja a mudar, existem ainda diferenças que se refletem no modo como percebemos os sexos “feminino” e “masculino”.

CONCLUSÃO

Não se pode concluir, pela análise efetuada, que as decisões proferidas pelos relatores do sexo masculino sejam substancialmente diferentes das decisões proferidas pelos relatores de sexo feminino. Das decisões analisadas, conclui-se que os relatores homens, dão maior relevância ao fator “senso comum”, o que os leva a descrever de forma mais detalhada aspetos que consideram mais relevantes para aquele caso concreto. Apesar de não serem tão descritivas e basearem mais a fundamentação das suas decisões na letra da lei, os relatores de sexo feminino atendem, na generalidade da amostra analisada, aos mesmos fatores de decisão que os colegas de sexo masculino.

No nosso modesto entendimento, esta particularidade faz com que o *corpus* dos acórdãos dos relatores de sexo masculino contenha considerações mais detalhadas das vítimas e do contexto em que a agressão teve lugar. Não queremos com isto dizer que os homens defendem os homens e as mulheres defendem as mulheres. Tão somente se pretende concluir que os homens, suportados no senso comum, tendem a fazer uma abordagem mais sociológica e menos jurídica do caso. Por oposição, as mulheres centram o seu discurso na letra da lei, fazendo raras considerações quanto às vítimas e ao contexto em que a agressão teve lugar.

Não podemos olvidar, que num Estado de Direito democrático, o Direito e a Justiça *“representam uma determinada visão do mundo e impõem um determinado modelo de ordem social, cuja eficácia e legitimidade estará dependente, sobretudo, da capacidade de ir ao encontro dos valores determinantes numa determinada sociedade.”*²⁴⁴.

Existe para o cidadão, uma discrepância entre a lei e a prática da lei, tendendo os tribunais a ser percecionados pela sociedade, como espaços nos quais os episódios de violência doméstica (e de conflito em geral) terminam. Daí a permanente vigilância exercida pela sociedade sobre os tribunais, no sentido de avaliar se os mesmos estão a responder positivamente àquelas elevadas expetativas.

²⁴⁴ MACHADO, Helena e SANTOS, Filipe, (2009), *op. Cit* p. 2

Concluimos que a violência doméstica, ainda é percebida como um forma de violência contra mulher, devendo a criminalização da conduta violenta atender à necessidade de prevenção especial e geral de futuras agressões e proteção das vítimas.

Parece-nos que se deseja uma melhor resposta ao problema da violência doméstica, nas suas diferentes facetas, considerando-se e agilizando todo o trâmite processual no sentido de ser mais rápido e mais eficaz, contribuindo como uma medida dissuasora para o agressor e protetora relativamente à vítima.

O prestígio da justiça perante a sociedade, apresenta-se como um fator determinante para a aceitação da atividade judicial por parte dos seus destinatários e dos cidadãos em geral, sendo a pressão da opinião pública, algo com que o juiz tem de contar e saber distanciar-se, por forma a manter a serenidade, independência e isenção essenciais à decisão justa.

Se as decisões judiciais podem ser compreendidas de maneiras diferentes, o discurso a utilizar pelos juizes, tem de ser uniforme. O que não resulta das decisões analisadas, porque quando o relator descreve de forma pormenorizada um acontecimento e o enquadra na lei, esta decisão vai ser melhor entendida pelo cidadão comum, por oposição a decisões que descrevem de forma exaustiva a lei aplicada, limitando-se a fazer um breve resumo da conduta agressora e dos resultados que esta produziu.

Com isto pretendemos dizer que, sem fugir à precisão factual, a linguagem jurídica utilizada nas decisões judiciais deve ser simples, compreensível e ter como objetivo chegar ao mais vasto público possível, evitando a especulação e uma errada percepção do real do seu conteúdo.

Os relatores não podem utilizar o critério do “homem médio” somente para descrever o comportamento criminal ou ilícito do agente. Devem usá-lo aquando da feitura dos acórdãos, porque o acórdão é feito para o agressor, para a vítima e para a sociedade em geral. Para o cidadão comum, não importa saber a evolução do tipo

legal do crime de violência doméstica, importa sim conhecer e compreender a decisão tomada perante um determinado episódio de vida, por forma a perceber se esta foi (ou não) justa.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Madalena; *"(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica"*, 3ª edição, Coimbra: Quarteto Editora, 2006.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto; *"Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem"*, 2.ª edição, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

AMCV - Avaliação e Gestão de Risco em Rede. Manual para Profissionais. Associação de Mulheres Contra a Violência, Manual produzido no âmbito do Projecto e-MAR, com apoio financeiro do POPH – eixo 9.7.7. Lisboa, 2013.

Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Direcção da; *"Apresentação in Do crime de maus tratos"*, in cadernos Hipátia, n.º1, Lisboa: Edições APMJ, 2001.

AZEVEDO, Maria & GUERRA, Viviane; *"Infância e violência doméstica: guia prático para compreender o fenómeno"*, Edições LACRI – Laboratório de Estudos da Criança, São Paulo, 2003

BARTLETT, Katherine; *"Gender Law"*, in *Duke Journal of Gender Law & Policy* 1-20, 1994, disponível on-line: <http://scholarship.law.duke.edu/djglp/vol1/iss1/1>.

BELEZA, Teresa Pizarro; *"Anjos e monstros – A construção das relações de género no direito penal"*, in *Revista Ex Aequo* nº10, 2004.

BELEZA, Teresa Pizarro; *"Clitemnestra Por Uma Noite': A Condição Jurídica das Mulheres Portuguesas no Séc. XX"*, in *Panorama da Cultura Portuguesa no Sec. XX*, Porto: Edições Afrontamento e Fundação Serralves, 2001.

BELEZA, TeresaPizarro; *"Direito das mulheres e da igualdade social: a construção jurídica das relações de género: uma proposta de estudo e de ensino"*, Coimbra: Edições Almedina, 2010.

BELEZA, Teresa Pizarro; *"Maus tratos conjugais: o artigo 153º do Código Penal"*, Materiais para o estudo a parte especial do Direito Penal, estudos monográficos 2, Lisboa: Edições AAFDL 1989.

BELEZA, Teresa Pizarro; *"Violência doméstica"*, in Revista do Centro de Estudos Judiciários, 1.º Semestre 2008, nº 8 (especial), Lisboa, 2008.

BRANDÃO, Nuno; *"A tutela penal especial reforçada da violência doméstica"*, in Revista Julgar, nº 12 (especial: Crimes no seio da Família e sobre Menores), 2010.

BRAVO, Jorge dos Reis; *"A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica"*, Revista do Ministério Público, nº 102, 2005.

BUZAWA, E. S. & BUZAWA, C. G.; *"Domestic violence: The changing criminal justice response"*, 3ª edição, Edições: Sage Publications, California, 2003.

CAIADO, Nuno & CORREIA, Luís M.; *"Eis o futuro: vigilância electrónica por geolocalização para a fiscalização da proibição de contacto no âmbito do crime de violência doméstica"*, in Revista do Ministério Público, nº 129, Lisboa, 2013.

CARIDADE, Sónia; SOUSELA, Luísa & MACHADO, Carla; *"Género e violência na intimidade: que relação?"*, in Revista do Centro de Estudos Judiciários, nº 13, Lisboa, 2010.

CARVALHO, Américo Taipa; *"Comentário Conimbricense ao Código Penal – Parte Especial"*, Tomo I, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2008.

CEJ, Centro de Estudos Judiciários; *"Violência doméstica – avaliação e controlo de riscos"*, e-book da colecção de formação contínua 2013/2014, disponível em www.cej.mj.pt.

CEJ, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciário; *"Quem são os futuros magistrados - Estudo de Caracterização dos Auditores de Justiça do XXVII Curso Normal de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais"*, Relatório do curso de formação de magistrados 2008/2010.

CIG, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros; *"Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica"*, 1ª Edição, Lisboa, 2013.

CIG, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros; *"Relatório de execução do IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica"*, 2014, disponível em www.cig.gov.pt.

CISNEROS, María Poza; *"Violência doméstica: la experiencia española"*, in Revista Julgar, nº 12, Lisboa, 2010.

COELHO, Cláudia & GONÇALVES, Rui Abrunhosa; *"Stalking: uma outra dimensão da violência conjugal"*, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, nº 2, Coimbra, 2007.

Comissão Revisora do Código Penal, Actas das Sessões, Parte Especial, Lisboa: Edições AAFDL, 1979.

CORNELL, Drucilla; *"The Imaginary Domain: Abortion, Pornography and Sexual Harassment"*, Published by Routledge, New York, 1995.

COSTA, José Martins Barra da; *"Sexo, Nexo e Crime: Teoria e Investigação da Delinquência Sexual"*, Edições Colibri, Lisboa, 2003.

COSTA, Maria & DUARTE, Cidália. *"Violência familiar"*, Porto, Edições Ambar, 2000.

CRESPO, José Ángel Folguera; *"Poder Judicial, Medios Informativos y Opinión Pública, em Poder Judicial e Medios de Comunicación"*, in Estudios de Derecho Judicial, n.º 39, Madrid, 2001.

DGAI, Direcção Geral da Administração Interna - Núcleo de Estudos e Análise prospetiva em Segurança Interna; *"Manual do Policiamento da Violência Doméstica: Um guia para profissionais das forças de segurança"*, 2012.

DGAI, Direcção Geral da Administração Interna - Núcleo de Estudos e Análise Prospetiva em Segurança Interna; "Relatórios Anuais de Monitorização 2014" disponível em www.dgai.mai.gov.pt.

DIAS, Isabel; *"Violência e justiça: respostas e desafios"*; in Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XX, Porto, 2010.

DIAS, Isabel; *"Violência na Família, uma abordagem sociológica"*, Edições Afrontamento, Porto, 2010.

DIAS, Sofia & ALARCÃO, Madalena; *"A suspensão provisória do processo em casos de violência conjugal: um estudo exploratório"*, in Ousar Integrar: revista de reinserção social e prova, n.º 11, 2012.

DUAILIBI, Ronaldo & PINSKY, Ilana; *"Alcohol and violence: psychiatry and public health"*, in Revista Brasileira Psiquiátrica, Vol 27, nº3, São Paulo, 2005.

DUARTE, Cidália; *"Percepções da relação conjugal: violência e (in)satisfação conjugal"*; Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 1999.

DUARTE, Madalena; *"Movimentos na Justiça – O Direito e o Movimento Ambientalista em Portugal"*, Edições Almedina, Lisboa, 2011.

DUARTE, Margarida; *"O lugar do direito nas políticas contra a violência doméstica"*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2012.

DUTTON, Donald G.; *"The neurobiology of abandonment homicide. Aggression and Violent Behavior"*, vol. 7, nº 4, Published by Elsevier Science Ltd, 2001.

EATON, Mary; *"Justice for Women? Family, Court, and Social Control"*, Open University Press, Philadelphia, 1986.

ESTEVES, Daniela; *"Juizes portugueses: uma perspectiva sociológica"*, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Minho, 2011.

FÉRIA, Maria Teresa; "O crime de maus-tratos conjugais"; in Ousar vencer a violência sobre as mulheres na família : guia de boas práticas judiciais; Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Lisboa, edição da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, 2005.

FERREIRA, A.C.; DIAS, J. P.; GOMES, C.; DUARTE, M.; FERNANDO, P. & CAMPOS, A.; *"Quem são os nossos magistrados? Caracterização profissional dos juizes e magistrados do Ministério Público em Portugal"*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

FERREIRA, Elisabete; *"Da intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal em Portugal"*, Edições Almedina, Coimbra, 2005.

FERNANDES, Plácido Conde; *"Violência doméstica: novo quadro penal e processual penal"*, in in Revista do Centro de Estudos Judiciários, 1.º Semestre, Lisboa, 2008.

GRACIA, Enrique. & HERRERO, Juan; *"Acceptability of domestic violence against women in the European Union: a multilevel analysis"*, in Journal of Epidemiology & Community Health, nº 60, London, 2005.

HOWE, M. E. & ALPERT, E. J.; *"A public health approach to intimate partner violence"*, in MITCHELL, C. & ANGLIN, D. (Eds.); *"Intimate partner violence: A health-based perspective"*, Oxford University Press, Oxford, 2009.

HEISE, L. & GARCIA-MORENO, C.; *"La violence exercée par des partenaires intimes"*, in KRUG, E.G., DAHLBERG, L.L., MERCY, J.A., ZWI, A. & LOZANO-ASCENCIO, R. (Eds.); *"Rapport mondial sur la violence et la santé"*, Organisation mondiale de la Santé, Genève, 2002.

HAMBERGER, K. H.; *"Risk factors for intimate partner violence perpetration: Typologies and characteristics of batterers"*, in MITCHELL, C. & ANGLIN, D. (Eds.); *"Intimate partner violence: A health-based perspective"*, Oxford University Press, Oxford, 2009.

HOLTZWORTH-MUNROE, Amy & STUART, Gregory; *"Typologies of male batterers: Three subtypes and the differences among them"*, in Psychological Bulletin, nº 116, Department of Psychology from Indiana University, 1994.

JOHNSON, Angela N.; *"Intersectionality, Life Experience & Judicial Decision Making: A New View of Gender at the Supreme Court"*, Notre Dame Journal of Law, Ethics and Public Policy, nº 28, University of Notre Dame, Indiana, 2014.

KRUG, Etienne G., DAHLBERG, Linda L., MERCY, James A., ZWI, Anthony B., & LOZANO, R.; *"The World report on violence and health"*, World Health Assembly, Geneva, 2002.

LEITE, André Lamas; *"A Violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito penal e a criminologia"*, in Revista Julgar, nº 12, Lisboa, 2010.

LEONARDO, José; *"Crimes violentos em contexto familiar"*; Família, Violência e crime, de Polícia e Justiça, 3ª Série número especial temático, 2004.

LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana & LEANDRO, Alexandra; *"Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens"*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Edições Sersilito-Empresa Gráfica Lda., Lisboa, 2009.

LOURENÇO, Nelson & CARVALHO, Maria João Leote; *"Violência doméstica: conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência"*, in Thémis: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Ano II, nº 3, Lisboa, 2001.

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza; *"Violência contra as Mulheres"*, in Cadernos Condição Feminina, n.º 48, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 1997.

LUSSIER, Y.; WRIGHT, J.; LAFONTAINE, M.; BRASSARD, A. & EPSTEIN, N. B.; *"Évaluation et le traitement de la violence conjugale"*, in LUSSIER, Y.; WRIGHT, J &

SABOURIN, S (Eds.), *"Manuel clinique des psychothérapies de couple"*, Presses de l'Université du Québec, Québec, 2008.

MACHADO, Carla; *"Novas formas de vitimação criminal"*, Edições Psiquilibrios, Braga, 2010.

MANITA, Celina; RIBEIRO, Catarina & PEIXOTO, Carlos; *"Violência doméstica: compreender para intervir Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas"* Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, 2009.

MARQUES, Ana Paula Teixeira; *"A violência doméstica: a intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projectos de vida alternativos: um estudo de caso"*, dissertação de Mestrado em Educação Social, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2009.

MARTINS, D. & QUINTAL, M.; *"Violência Doméstica: Uma Perspectiva Jurídica"*, Órgão de Informação e Cultural da PSP, 2001.

MARTINS, Sónia & MACHADO, Carla; *"O olhar judicial sobre a violência conjugal: um estudo qualitativo com juizes"*, in Revista do Ministério Público, nº 112, 2007.

MATOS, M.; *"Violência conjugal"*, in MACHADO, C. & GONÇALVES, R. A.; *"Violência e vítimas de crimes"*, Vol. I: Adultos, Edições Quarteto, Coimbra, 2002.

MATOS, Ricardo Jorge; *"Dos maus tratos a cônjuge à violência doméstica: um passo à frente na tutela da vítima?"*, in Revista do Ministério Público, nº 107, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; *"Actas das sessões da Comissão Revisora do Código Penal – Parte Especial"*, Edição Reis dos Livros, Lisoa, 1979.

NARANCH, Laurie; *"Naming and framing the issues: demanding full citizenship for women"*, in Cynthis R. Daniels (ed.), *"Feminists Negotiate the State. The Politics of Domestic Violence"*, New York: University Press of America, 1997.

NEVES, J. F. Moreira; *"Violência doméstica :bem jurídico e boas práticas"*, in Revista do Centro de Estudos Judiciários, nº 13, 1º semestre 2010.

NEVES, J. F. Moreira; *"Violência doméstica: sobre a lei de prevenção, protecção e assistência às vítimas"*, Verbo juridico, 2010.

NICOLAIDIS, C. & LIEBSCHUTZ, J.; *"Chronic physical symptoms in survivors of intimate partner violence"*, in MITCHELL, C. et ANGLIN, D. (Eds.); *"Intimate partner violence: A health-based perspective"*, Oxford University Press, Oxford, 2009.

NUNES, Carlos Casimiro & MOTA, Maria Raquel; *"O crime de violência doméstica – a alínea b) do nº 1 do art. 152º do Código Penal"*, in Revista do Ministério Público, nº 122, 2010.

NUNES, Francisco Manuel dos Ramos; *"Contributos para a construção de um sistema integrado de protecção às vítimas de violência doméstica: georreferenciação do perigo"*, in Revista do Ministério Público, nº 126, 2011.

PAIS, Elza; *"Violência doméstica – perfil da prevenção e da intervenção em Portugal"*, in Polícia e Justiça, n.º especial, 2004.

PAIS, Elza; *"Homicídio Conjugal em Portugal: Rupturas Violentas da Conjugalidade"*. Hugin Editores, Lisboa, 1998.

PERISTA, H.; CARDOSO, A.; SILVA, A. & QUINTAL, E.; *"Estudo de avaliação do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013)"*, Centro de Estudos para a Intervenção Social, Lisboa, 2013.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.; *"Manual de Investigação em Ciências Sociais"*, 5ª Edição ed., Edições Gradiva, Lisboa, 2008.

RAINHO, José; *"Decisão da matéria de facto – exame crítico das provas"*, in Revista do Centro de Estudos Judiciário, 1º Semestre, 2006.

REGO, Guilhermina. & NUNES, Rui; "Plano Municipal contra a Violência Doméstica do Município do Porto", Câmara Municipal do Porto, Porto, 2013.

ROSMANINHO, Teresa; " *Violência Doméstica em Portugal*", in Boletim da Ordem dos Advogados, nº 19, 2002.

SAGIV, Masua; " *Cultural Bias in Judicial Decision Making*", Boston College Journal of Law & Social Justice, Vol. 35, nº 2, Boston, 2015.

SALGUEIRO, Gabriela; " *Situação Jurídica da Mulher Casada, Direitos e Deveres Recíprocos dos Cônjuges*", in Revista da Ordem dos Advogados, 2012. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/GabrielaS.pdf

SANTOS, Boaventura de Sousa; " *Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da Reforma*", Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia e Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

SANTOS, Vítor Sequinho; " *Violência doméstica – aplicação de medidas de coacção urgentes*", in Revista do Centro de Estudos Judiciários, nº 13, 1º Semestre de 2010.

SHARON, E. Rush; " *Feminist Judging: An Introductory Essay*", Rev. of Law & Women's Studies 1993.

SILVA, Germano Marques; " *A Reforma do Código de Processo Penal e as perspectivas de evolução do direito processual penal*", in Scientia Iuridica: Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro, n.º 277/279, Tomo XLVIII, 1999.

SILVA, Germano Marques; " *Direito Penal Português – Parte Geral – III Teoria das penas e medidas de segurança*", 2ª Edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2008.

SOUSELA, Luísa; MACHADO, Carla & MANITA, Celina; " *Violência íntima no feminino: contextos, motivos e significados*", in Revista do Centro de Estudos Judiciários, nº 7, 2007.

STETS, Jan & STRAUS, Murray; *"Gender Differences in Reporting Marital Violence and Its Medical and Psychological Consequences"*, in *Physical Violence in American Families: Risk factors and adaptation to violence in family*, Transaction Publishers, 1990.

TEIXEIRA, Carlos Adérito; *"Princípio da oportunidade: manifestações em sede processual penal e a sua conformação jurídico-constitucional"*, Edições Almedina, 2000.

TORRES, António Maria M. Pinheiro; *"Em defesa dos direitos da família – a bioética"*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

WALKER, Lenore; *"The Battered Woman Syndrome"*, 1.^a ed., Springer Publishing Company, New York, 1979.

WIKLER, Norma.J., *"On the Judicial Agenda for the 80s: Equal Treatment for Men and Women in the Courts"*, in *Judicature* Vol. 64, nº 5, 1980.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha dos Acórdãos

<u>ACORDÃO</u>	
DATA	
PROCESSO	
DECISÃO	
RELATOR	

<u>VÍTIMA</u>	
SEXO	
ESTADO CIVIL	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	
PROFISSÃO	
DEPENDÊNCIA ECONÓMICA	
RELAÇÃO C/ OFENSOR	

<u>AGRESSOR</u>	
SEXO	
ESTADO CIVIL	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	
PROFISSÃO	
DEPENDÊNCIA ECONÓMICA	
RELAÇÃO C/ A VÍTIMA	
CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS	
DOENÇAS	
CONDENAÇÕES ANTERIORES	
USO ARMA	

<u>CARACTERIZAÇÃO AGRESSÃO</u>	
LOCAL	
REITERADO	
DURAÇÃO	
STALKING	
TIPO VIOLÊNCIA	
TIPO AGRESSÃO	
ARMA USADA	

<u>DECISÃO 1ª INSTÂNCIA</u>	
CRIME ACUSADO	-
CRIME CONDENADO	
PENA APLICADA	
OUTRAS MEDIDAS APLICADAS	
SUBSTITUIÇÃO PENA	

<u>RECURSO</u>	
QUEM APRESENTA	
PEDIDO	
FUNDAMENTOS	
QUESTÕES APRECIADAS	
TRE	
DECISÃO	

Anexo 2

Quadro Resumo Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Feminino

[Quadro Resumo Do Recurso Apresentado - Relator do Sexo Feminino.pdf](#)

Anexo 3

Quadro Resumo Do Recurso Apresentado: Relator do Sexo Masculino

[Quadro Resumo Do Recurso Apresentado - Relator do Sexo Masculino.pdf](#)

Nº PROCESSO	CRIME ACUSADO	CRIME CONDENADO	PENA APLICADA	CUMULO JURÍDICO	PENA ACESSÓRIA APLICADA	QUEM RECORRE	PEDIDO	Decisão TRE
1	241/13.0PBSTB.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1, 2 do art.º 152º CP	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1, 2 do art.º 152º CP	3 anos e 6 meses de prisão efetiva	...	Proibição de contacto com a ofendida por igual período. Pagamento de indemnização à ofendida 5.000€ e Centro Hospitalar do Sotulur EPE de 112.520.	Arguido	Atenuação do enquadramento jurídico penal para ofensa à integridade física simples (art.º 142º do CP) ou mortaldade a intenção, a pena deve suspender na sua execução.
2	1360/14.7AP7M.E1	Violência Doméstica - alínea d) e c) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	Absolvido	MP/Assistente	Condenação do arguido pelo crime acusado.	Nega provimento ao recurso. Confirma a sentença 1ª instância.
3	1373/14.3PBSTB.A.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	Pronúncia	MP	Aplicação da medida de caução prisão preventiva até conclusão do processo.	Recurso procedente. Atenuação da medida de caução para prisão preventiva.
4	2360/14.0GBABF.A.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	Pronúncia	Arguido	Atenuação da medida de caução imposta para outra que não implique o uso de pulverizadora eletrónica.	Nega provimento ao recurso. Confirma a sentença 1ª instância.
5	780/13.5GCLL.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP (absolvido)	Crime integridade física qualificada art.º 149º do CP	3 meses prisão substituída por 90 dias multa 70 - 400€	...	Arguido	Absoluição da condenação ou atenuação para ofensa à integridade física simples (art.º 142º do CP), do qual deve ser absolvido por insuficiência de acusação particular.	Nega provimento ao recurso. Confirma a sentença 1ª instância.
6	752/14.0BAP7M.A.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	Pronúncia	Arguido	Atenuação da qualificação jurídica dos factos constantes da acusação e atenuação do enquadramento jurídico penal para ofensa à integridade física simples (art.º 142º do CP).	Nega provimento ao recurso. Confirma a sentença 1ª instância.
7	105/12.15GCTAB.E1	Homicídio qualificado na forma tentado - art.º 131º e 152º do CP	Pronúncia	Arguido	Absoluição.	Nega provimento ao recurso. Confirma a sentença 1ª instância.
8	11/12.3PBVE.E1	Omício	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	2 anos e 4 meses de pena suspensa	...	Requerer da pena subordinada a regime de acompanhamento pela DGERS	Arguido	Absoluição.
9	11/12.3PBVE.E1	Omício	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	3 anos e 2 meses de pena suspensa	...	Suspensão da pena subordinada ao pagamento de 7.000€ de indemnização à assistente. Proibição de contacto com a assistente.	Arguido	Redução da pena aplicada e do valor indemnizatório.
10	954/12.0PBSTB.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1, 2 e 4 do art.º 152º CP	Amoza agravada - art.º 153º e 159º do CP	120 dias multa/ 5€ - 400€	...	MP	Realidade da sentença por não constar o crime do qual o arguido foi acusado (art.º 379º do CP)	Nega provimento ao recurso.
10	122/12.5GCLUB.E1	Omício	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	2 anos e 2 meses de pena suspensa	...	Suspensão da pena subordinada ao pagamento de 3.000€ de indemnização à assistente. Frequência do programa educativo para prevenção violência doméstica. Proibição de contacto e de frequentar/pertencer junto de	Assistente	Aplicação do art.º 26º da Lei 33/2002 - Agravamento da medida de caução aplicada com recurso a meios técnicos de controlo à distância.
11	584/12.3GBLLE	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP 2 Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP Crime integridade física qualificada art.º 152º do CP Amoza agravada - art.º 153º e 159º do CP	Condenado Condenado Condenado Condenado	2 anos e 6 meses 2 anos e 6 meses/ cada 9 meses prisão 3 meses prisão	6 anos prisão efetiva	Arguido	Redução das penas particulares aplicadas aos crimes de violência doméstica. Redução do cumulo jurídico aplicado para no máximo 5 anos, para suspensão da pena na sua execução. Redução do valor das indemnizações.	Julgamento inválido, bem como todos os atos subsequentes. Devolução à 1ª instância para realização de novo julgamento.
12	523/11.3GBGDL.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	Condenado	3 anos e 2 meses de prisão	11 anos e 4 meses de prisão	Arguido	Redução das penas particulares de violência doméstica para 2 anos e 6 meses, e do homicídio para 8 anos, ulhando o cumulo jurídico entre os 8 e 10 anos.	Parcialmente procedente. Confirma a pena pelo crime de violência doméstica. Reduz a pena aplicada pelo crime de homicídio para 8 anos, reduzindo o cumulo jurídico aplicado para 9 anos e 6 meses de prisão efetiva.
13	198/12.5GBRAZ.E1	Omício	Violência Doméstica - do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	3 anos de pena suspensa	...	Arguido	Absoluição.	Nega provimento ao recurso.
14	738/12.0GBABF.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1, 2, e 4 e 5 do art.º 152º CP	Absolvido	MP/Assistente	Condenação do arguido pelo crime acusado.	Recurso procedente. Atenuação da medida de caução imposta para ofensa à integridade física simples (art.º 142º do CP).
15	381/11.4GDF.A.E1	Omício	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	2 anos e 2 meses de pena suspensa	...	Pagamento de indemnização à ofendida 800€	Arguido	Absoluição da condenação ou atenuação para ofensa à integridade física simples (art.º 142º do CP)
16	511/10.0GCTRE.E1	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP Detenção de arma proibida (alínea d) do nº 1 do art.º 16º do RIAM) Comunicação por detenção de arma feta de comunicação ilegal (RIAM)	Condenado Condenado Condenado	3 anos pena suspensa 1 ano e 4 meses pena suspensa	3 anos e 6 meses pena suspensa	Arguido	Redução da pena particular aplicada pelo crime de violência doméstica para 1 ano e 6 meses suspensa na sua execução. Redução da pena de multa pelo crime de detenção de arma proibida. Revogação da declaração de perimento da arma de fogo. Redução da pena aplicada pelo crime de violência doméstica para 2 anos e 6 meses.	Parcialmente procedente. Absoluição do crime de detenção de arma proibida. Revogação da declaração de perimento da arma de fogo. Redução da pena aplicada pelo crime de violência doméstica para 2 anos e 6 meses.
17	523/11.4PAOLH.E1	Omício	Violência Doméstica - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	2 anos e 6 meses pena suspensa	3 anos pena suspensa	Arguido	Absoluição ou manutenção a condenação, atenuar a pena aplicada pelo crime de violência doméstica para limite não superior a 1 ano, suspensa na sua execução. Aplicação de pena de multa pela condenação do crime de violação de imposições, proibições ou interdições.	Parcialmente procedente. Redução das penas aplicadas: crime de violência doméstica - 2 anos e 3 meses; crime de violação de imposições, proibições ou interdições - 8 meses, atenuação do cumulo jurídico para 2 anos e 6 meses de prisão efetiva.
18	968/09.0PBK3C.E1	Violência Doméstica - do nº 1 e 2 do art.º 152º CP	Não pronunciada	Assistente	Realidade do despacho recorrido. Convalidação do crime de violência doméstica em crime de ofensa à integridade física simples.	Recurso procedente. Substituição do despacho recorrido por outro que contenha os factos indicados que permitam concluir pela pronúncia (ou não) do arguido.
19	181/04.2PAVRS.E1	Omício	Maua tratos - nº 1 e 2 do art.º 152º do CP (redação anterior a 2007) - concarso efetivo	1 ano e 6 meses pena suspensa (por 2 anos)	1 ano e 6 meses pena suspensa (por 2 anos) e 150 dias multa (5, 1.000€)	Pagamento de indemnização à ofendida 5.000€	Arguido	Absoluição de todos os crimes.
20	444/10.0GBLSV.E1	Omício	Maua tratos - alínea d) do nº 1 e 2 do art.º 152º do CP (redação anterior a 2007)	3 anos e 6 meses de prisão efetiva	5 anos de prisão efetiva	Pagamento de indemnização aos ofendidos nos montantes de 7.500€ (pospós) e 5.000€ e 2.500€ aos filhos	Arguido	Absoluição de todos os crimes.

[illegible]